

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANGELITA MÁRCIA CARREIRA GANDOLFI LANÇA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:
INTERFACES DE UMA ATUAÇÃO POLÍTICA**

FRANCA

2012

ANGELITA MÁRCIA CARREIRA GANDOLFI LANÇA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:
INTERFACES DE UMA ATUAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: formação e prática profissional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Djanira Soares de Oliveira e Almeida

FRANCA

2012

Lança, Angelita Márcia Carreira Gandolfi
Serviço social e educação: interfaces de uma atuação política /
Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança. – Franca : [s.n.], 2012
183 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Djanira Soares de Oliveira e Almeida

1. Serviço Social – Política educacional. 2. Políticas públicas e sociais – Educação – Ribeirão Preto (SP). 3. Educação – Brasil.
I. Título.

CDD – 361.613

ANGELITA MÁRCIA CARREIRA GANDOLFI LANÇA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:
INTERFACES DE UMA ATUAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: formação e prática profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Dr^a. Djanira Soares de Oliveira e Almeida

1^a Examinadora: _____
Prof^a. Dr^a. Eliana Bolorino Canteiro Martins – UNESP/Franca

2^a Examinadora: _____
**Prof^a. Dr^a. Célia Conceição Fontes Parvewski
Fundação Educacional de Ituverava/UNIFRAN**

Franca, 14 de setembro de 2012

Dedico este trabalho a todos que me fizeram quem sou, na perspectiva pessoal, profissional, social, cultural. Àqueles que direta ou indiretamente estiveram relacionados à minha vida ao longo da construção social e histórica de ser humano, e contribuíram para que chegasse até aqui! Aos que incentivaram a persistir e aos que estimularam a desistir...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço o dom da vida, a saúde física e psíquica, que possibilitou a vivência do Mestrado... Obrigado, Senhor!

A meus pais, Antônio e Maria José, por serem referência de dignidade, honestidade, simplicidade, amor, carinho, amizade, mesmo nos momentos mais turbulentos. A vocês, que nunca me fizeram desistir...

À minha querida irmã Aline, melhor amiga e companheira, compartilhadora de muitas possibilidades e desafios...

A meu esposo Leandro, pela oportunidade da convivência, paciência/impaciência, compreensão/incompreensão diante do processo de construção do estudo... Os conflitos nos proporcionam o repensar e a mudança de nossas atitudes..., ficamos mais fortes e mais maduros. Você se fez muito importante nesse processo...

Às minhas filhas, Isabella que me desafia a cada dia ser uma pessoa melhor, com quem muito aprendo... e Helena, que nem bem chegou ao mundo, ainda em gestação, e foi quem mais próximo estive de minhas experiências na elaboração da Dissertação...

Aos demais familiares que estiveram presentes ao longo desse percurso, colaborando de forma direta ou indireta para que eu tivesse o acesso, a permanência e a conclusão dessa Pós-graduação, muito obrigada!

Aos amigos e amigas de outros momentos e aqueles que emergiram com o Mestrado... Que bom poder conhecer vocês... Em especial, Priscila e Evana...

À querida Professora e Orientadora Dr^a. Djanira Soares de Oliveira e Almeida, por seus ensinamentos, acolhimentos e exigências nos momentos mais oportunos. Avalio que a caminhada foi de muito aprendizado! Serei eternamente grata.

Aos colegas profissionais (sujeitos da pesquisa), que participaram ativamente do estudo e disponibilizaram suas realidades e vivências em prol da construção de conhecimentos. Diria que este trabalho não é meu, é nosso!

À Banca Examinadora do Exame de Qualificação, composta por Prof^a. Dr^a. Eliana Bolorino Canteiro Martins e Prof^a. Dr^a. Célia Maria David, pelas valiosas críticas e contribuições construtivas frente à proposta inicial do estudo.

Ao Grupo de Pesquisa – Educação: Linguagens, pela troca de experiências, vivências, estudos, conhecimentos, aprendizados.

À Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, por poder fazer parte de seu contexto. Aos funcionários em geral, que dão vida à realidade da Universidade (Professores, funcionários da Biblioteca, da Pós-graduação, dentre outros). Grata pela confiança.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por acreditar na proposta da Pesquisa e contribuir para que a dedicação à construção do conhecimento científico se estabelecesse de forma integral, sob respaldo de bolsa de estudos.

Abraço a todos(as) com um MUITO OBRIGADA!

*“Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o q'eu queria”*

Leon Gieco

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Serviço Social e educação**: interfaces de uma atuação política. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012.

RESUMO

A dissertação fundamenta-se em pesquisas de natureza bibliográfica e de Campo (quantitativa e qualitativa), sob referência do método materialista histórico dialético. Apresenta como objetivo principal a compreensão do processo de inserção do Serviço Social na Política Educacional do município de Ribeirão Preto/SP, em atenção ao perfil de educador social e político do Assistente Social. Aborda em seu desenvolvimento a trajetória histórica da Educação e do Serviço Social na sociedade brasileira desde o início, identificando proximidades e distanciamentos entre as duas áreas na conjuntura econômica, política, social e cultural do país, em busca de evidenciar os desafios e possibilidades da atuação do Assistente Social no sistema educacional, em específico nas instituições de ensino públicas e privadas. Em resposta às descobertas e evidências da Pesquisa, realiza alguns apontamentos e/ou sugestões para a categoria profissional em prol de seu fortalecimento e legitimação na sociedade, bem como frente ao seu processo de regulamentação e inserção na Política Social de Educação. A pretensão é a de contribuir com o debate e a realização de ações estratégicas em torno da temática, que se apresenta como pauta contemporânea de discussões, embora evidencie conflitos e contradições de longa data.

Palavras-chave: educação. Serviço Social. educador.

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Social Services and education: interfaces of a political action.** 2012. 183 p. Dissertation (Master's Degree in Social Service) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012.

ABSTRACT

The dissertation is based on research of bibliographic nature and Field (quantitative and qualitative), in reference to the historical materialist dialectical method. It shows as the main objective the understanding of the process of integration of Social Work in Education Policy in Ribeirão Preto / SP, in response to the profile of social and politician educator of the Social Worker. It addresses in its development the historical trajectory of Education and Social Services in Brazilian society since the beginning, identifying proximities and distances between the two areas in a set of economic, political, social and cultural of the country, in search to highlight the challenges and possibilities of the Social Worker's action in the educational system, specifically in institutions of public and private learning. In response to the findings and evidence of the research, it is made some notes and / or suggestions for the professional category in favor of its strengthening and legitimacy in the society, as well as front of its regulatory process and integration into the Social Policy of Education. The intention is to contribute to the debate and implementation of strategic actions around the theme that presents itself as a contemporary agenda of discussions, although evidences conflicts and contradictions of long standing.

Keywords: education. Social Work. educator.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COC	Sistema COC de Educação
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCI	Diário Comércio Indústria e Serviços
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
ES	Ensino Superior
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSUS	Índice de Desempenho do SUS
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IPC-Maps	Índice de Potencial de Consumo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
RP	Ribeirão Preto
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESI	Serviço Social da Indústria
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UNIESP	União das Instituições Educacionais de São Paulo
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Ribeirão Preto no Brasil.....	107
Figura 2 – Localização de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo	107
Figura 3 – Região Administrativa de Ribeirão Preto.....	107
Figura 4 – Brasão de Armas de Ribeirão Preto.....	108
Figura 5 – Bandeira de Ribeirão Preto.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Economia em Ribeirão Preto	109
Quadro 2 – Território e População em Ribeirão Preto.....	110
Quadro 3 – Condições de Vida em Ribeirão Preto.....	112
Quadro 4 – Panorama Educacional de Ribeirão Preto.....	114
Quadro 5 – Contexto da Educação em Ribeirão Preto	114
Quadro 6 – O Serviço Social na Política de Educação do Município de Ribeirão Preto.....	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Localização das Instituições em Ribeirão Preto	123
Gráfico 2 – Caracterização das Instituições.....	124
Gráfico 3 – Amplitude Institucional	126
Gráfico 4 – Atendimentos das Instituições na Política de Educação	127
Gráfico 5 – Fundação das Instituições e Inserção do Serviço Social	128
Gráfico 6 – Referenciais Quantitativos de Instituições e Profissionais.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	25
1.1 Procedimentos Teórico-metodológicos	26
CAPÍTULO 2 A EDUCAÇÃO E SEU CONTEXTO.....	40
2.1 As Interfaces Política, Econômica, Social e Cultural da Educação Brasileira	42
2.2 A Educação a Partir dos Fatos	58
CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO.....	73
3.1 Trajetória do Serviço Social – Aproximações com a Educação	75
3.2 Inserção do Serviço Social na Política Social de Educação – Especificidades da Dimensão Sócio-educativa	90
CAPÍTULO 4 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	105
4.1 Abordagens do Universo de Pesquisa	107
4.2 O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação de Ribeirão Preto.....	116
4.3 Vozes e Olhares	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Quadro 6: O Serviço Social na Política de Educação do Município de Ribeirão Preto.....	173
APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas.....	178
ANEXOS	
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética	180

ANEXO B – Ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto/SP	181
ANEXO C – Devolutiva da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto/SP	182
ANEXO D – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Utilizado com os Sujeitos na Pesquisa.....	183

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, a temática deste estudo tem se apresentado como um dos debates centrais à categoria profissional do Serviço Social. Apesar de possuir uma tradição de atuação no âmbito das políticas públicas sociais, em especial a da Assistência, Saúde e Previdência, no que compete à Educação, a categoria ainda luta pela conquista do espaço e legitimação profissional, frente movimentos em prol da regulamentação da inserção dos Assistentes Sociais nas instâncias escolares do sistema educacional brasileiro.

O interesse de abordar o assunto em uma Dissertação de Mestrado, ou seja, trazer a discussão para o campo científico, é fruto da persistência de curiosidades e questionamentos advindos da vivência profissional cotidiana em espaços promotores de educação informal. Apesar do estímulo partir de uma realidade particular, o interesse da pesquisa é o de colaborar com o todo frente o processo de construção de conhecimentos que se aproximem do real, que superem a aparência em busca da essência dos acontecimentos sociais. Aprofundar a compreensão em relação às duas áreas se fazia urgente, uma vez que a realidade de intervenção impulsionava a interpretação de que as proximidades e distanciamentos do Serviço Social e da Educação extrapolavam o ambiente de encontro de ambas, ou seja, a instituição educacional. Os papéis desempenhados expressavam-se diretamente relacionados ao processo de desenvolvimento da sociedade, o que justificava a pertinência das indagações sobre em que perspectiva tais contribuições se davam, quais seriam as contradições, as ideologias, por quais caminhos se caminhava e para onde? Tornava-se notório que a interdisciplinaridade das referidas áreas do saber e de atuação só agregaria vantagens ao processo educativo da sociedade, mas não se mostrava evidente como era o seu estabelecimento frente à conjuntura social, política, econômica e cultural do país, em um cenário atual, onde os ditames capitalistas, neoliberais e globais avançam, provocando implicações no modo de organizar e gestar a vida.

As inquietações epistemológicas exigiam respostas e a partir desta constatação, a Pesquisa propôs-se a contextualizar a Educação sob aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais na sociedade brasileira, demonstrar em uma abordagem histórica, as correlações existentes entre Serviço Social e Educação em atenção às suas semelhanças e distanciamentos diante da práxis social e educativa, bem como identificar o contexto de inserção dos Assistentes Sociais na Política de Educação no município de Ribeirão Preto/SP. Pretendia-se compreender se, mediante tal processo, o Assistente Social se configura no âmbito político e ideológico como um educador social. Delimitou-se como universo de pesquisa o município de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, por este se apresentar como referência de desenvolvimento na região em diversos setores, garantindo representatividade ao estudo.

As reflexões desenvolvidas no decorrer na Pesquisa foram fundamentadas por pensadores clássicos e contemporâneos da área da Educação e do Serviço Social, contribuindo para a estruturação do trabalho sob uma linha teórico-filosófica crítica de interpretação do objeto de estudo, frente às contradições e movimentações do real. A aproximação com o contexto da Educação e do Serviço Social exigiu olhares voltados para a percepção do mesmo em sua historicidade, considerando as duas áreas desde o surgimento no cenário brasileiro. Reportar-se ao passado se configurou como uma alternativa necessária à compreensão do presente, bem como a produção de sentidos e significados na perspectivas do amanhã, com o desvelar de algumas questões.

Tanto a Educação quanto o Serviço Social surgem pautados nos interesses da classe burguesa, atrelados a preceitos religiosos da Igreja Católica, servindo de instrumento para a manutenção da ordem social vigente. No entanto, ao longo do percurso de desenvolvimento da humanidade, os conflitos e as contradições intrinsecamente presentes no contexto social, evidentes pelo acirramento e agravamento das expressões da Questão social, exigiram às diversas instâncias da sociedade readequações na forma de responder e posicionar-se diante de tal cenário. Em consonância com as transformações sócio-históricas em âmbito político, econômico, social e cultural, o Serviço Social e a Educação foram construindo através de movimentos de categoria, uma trajetória teórico-ideológica divergente de suas origens, influenciada por grandes teóricos, tais como Marx e Gramsci, preconizando a universalidade de direitos na percepção de uma sociedade em sua totalidade e não dividida sobre aqueles que podem ou não usufruir deles, sob preceitos hierarquizados da classe burguesa capitalista.

Embora constatados avanços no plano teórico por meio de produções científicas e textos legais, o processo de implementação de tais ações na realidade concreta ainda encontra-se distante do ideal. São diversos desafios e limites que se encontram diretamente relacionados à conjuntura de formação sócio-econômica do país, difíceis mas não impossíveis, de serem transpostos por estarem determinados na cultura, na ideologia, na forma das pessoas conceberem o homem e o mundo.

A intenção de garantir o encontro das duas áreas com a inserção do Assistente Social na Política Educacional do país através da rede pública de ensino por meio do Projeto de Lei Nº 3688/2000 ainda em tramitação, caracteriza-se como um passo importante para a conquista do espaço profissional na área educacional, porém não garante que a lógica desse encontro sirva aos interesses da demanda de atendimento escolar, de seus alunos, de seus sujeitos e também à comunidade e à sociedade em uma perspectiva de emancipação, libertação. Além das barreiras relacionadas ao contexto político-ideológico do país, há barreiras intrínsecas ao

Serviço Social e à Educação que necessitam ser transpostas para que as áreas de fato possam se relacionar e posicionar-se mediante a interdisciplinaridade do processo educativo da sociedade, não como responsáveis unicamente pelo mesmo, mas com um papel importante a desempenhar.

A referência às experiências dos colegas Assistentes Sociais que atuam no âmbito da Política Social de Educação no município de Ribeirão Preto foi valiosa para a aproximação com a realidade profissional no setor, esclarecendo alguns questionamentos e suscitando outros, estabelecendo a necessidade de um processo contínuo de busca por conhecimentos, pelo desvelar das implicações do real. Não basta estar inserido nos ambientes do sistema educacional, seja do setor público ou privado, torna-se imprescindível a reflexão dialética de como se dá esta inserção, para que fins, por quê? A identificação da lógica ideológica que perpassa tais relações se torna fundamental para desmistificar alguns condicionantes que se estabelecem no cenário de atuação profissional.

Constata-se que o Assistente Social na Política de Educação municipal e também do país, em decorrência de seu projeto ético-político profissional, têm uma especificidade e particularidade que se estabelece na contra-corrente do caminhar da sociedade neoliberal capitalista global. Além das contribuições que o profissional pode desempenhar no meio escolar diante de sua atuação técnico-operacional, há um compromisso que excede os limites de tal ambiente que é o dever político de atuar frente a conquista e garantia dos direitos em prol da população, da construção de uma sociedade de bases cidadã, democrática.

Este caráter político da profissão confere ao Assistente Social por meio da dimensão sócio-educativa de atuação, o seu estabelecimento perante as relações de trabalho enquanto educador. Não um educador conforme conhecemos, sob os parâmetros e funções do ensino formal, escolar. Mas um educador social, político, que atua diretamente no campo da construção histórica da cultura, da ideologia. Por meio do contato direto com o público de atendimento, o profissional utiliza-se de recursos teórico-metodológicos que possibilitam a compreensão por parte dos sujeitos de suas problemáticas em relação ao contexto sócio-histórico, instrumentalizando os mesmos através do conhecimento de suas realidades, a buscar direitos, ao reconhecimento de sua localização na sociedade enquanto agentes transformadores. Poder-se-ia dizer que a atuação profissional é inerentemente educativa, com intenções e propósitos específicos de contribuir para relações mais justas e igualitárias da vida em sociedade.

Dessa forma, a união de esforços frente o trabalho interdisciplinar do Serviço Social e da Educação representa, se consolidada e fiel a compromissos éticos estabelecidos para com a

sociedade em sua totalidade, um grande potencial de atuação nos parâmetros da cultura, da ideologia, da formação humana e social condizente às vivências contraditórias do cotidiano, à criação de um outro jeito de compreender e interpretar as relações sociais, à formação de olhares aguçados, questionadores e críticos a fim da construção da realidade sócio-histórica, da sociedade.

A abordagem detalhada sobre as considerações expostas até então se encontra expressa nos Capítulos que estruturam didaticamente a Pesquisa, conforme referências que se seguem.

O *Capítulo 1 Metodologia da Pesquisa* contempla abordagens em relação à organização e estrutura do estudo em termos teóricos e filosóficos, bem como aos recursos metodológicos utilizados para realização da Pesquisa. Faz referência à temática e ao objeto de investigação, apontado para alguns questionamentos e indagações. Ao longo de seu desenvolvimento, apresenta como se estabeleceu a organização do pensamento em relação aos objetivos, problemática, hipóteses e metas diante da proposta de busca por respostas no processo de construção do conhecimento. Inicialmente faz menção às características e compromissos da Pesquisa Científica em atenção às especificidades que a determinam no âmbito das ciências sociais para adentrar nas particularidades da Pesquisa no campo do Serviço Social. Realiza considerações a respeito do compromisso do estudo científico em tal contexto para com a coletividade, devendo proporcionar reflexos e impactos na e para a sociedade, visando o bem comum. Esclarece-se que a fundamentação teórico-metodológica da Pesquisa se dará pela perspectiva materialista histórico-dialética, por compreender que a mesma é a que oferece maiores recursos à interpretação do objeto, frente as movimentações e contradições do real em sua historicidade. Para tanto, o marco teórico faz referência a autores clássicos como Karl Marx e Gramsci, bem como ditos contemporâneos como Yamamoto, Martinelli, Saviani, Severino, Aranha, Romanelli, Pedro Demo, Faleiros, dentre outros (mencionados no aporte bibliográfico), com a preocupação de fundamentar as abordagens sob uma linha crítica. O Capítulo evidencia também as mudanças adotadas diante dos rumos e caminhos inicialmente traçados, exigências de adequações decorrentes do desenvolvimento do estudo frente o processo de reavaliações e de aproximação com o real. Apresenta justificativas em relação às Pesquisas escolhidas para concretização do estudo, referindo-se às Pesquisas Bibliográfica e de Campo. Quanto à abordagem de Campo, retrata que a sua realização se dará por meio da Pesquisa de tipo Quantitativa e Qualitativa.

Através do *Capítulo 2 A Educação e seu Contexto*, se iniciam propriamente as discussões e reflexões em relação à temática da Pesquisa. As abordagens pretendem a

compreensão de forma aprofundada do contexto da Educação no cenário brasileiro, questão necessária ao desenrolar do estudo, uma vez que seria impossível falar das correlações entre o Serviço Social e a Educação sem antes garantir a aproximação de conhecimentos com esta última. Assim, o Capítulo de maneira geral faz menção à Educação frente o seu processo de consolidação e estruturação na sociedade brasileira, em atenção à conjuntura política, econômica, social e cultural ao longo da história. Referir-se ao assunto mediante a perspectiva histórica mostrou-se imprescindível para compreensão das ideologias envolvidas no contexto educacional, bem como para o reconhecimento das definições do papel da Educação na sociedade. Com vistas a alguns esclarecimentos conceituais importantes, inicialmente faz menção à Educação como inerente às relações humanas, estando presente na sociedade desde que o homem se entende por homem, com a responsabilidade de transmitir a cultura de geração para geração, perpetuar símbolos, valores, visões de mundo, relações de poder, dentre outros. A Educação se estabelece na história anteriormente à sistematização dos conhecimentos e sua institucionalização e transmissão através da escola. A instituição escolar se estruturou com a finalidade de responder às exigências da educação formal, enquanto a informal e a não-formal eram delegadas a competências de outras instituições sociais, tais como família, igrejas, comunidade, sociedade, sem a pretensão da formalização dos conhecimentos em conteúdos a serem propagados como verdades. Atrelada aos interesses das classes dominantes e a valores moralistas herdados do catolicismo, a Educação, representada pelas instituições escolares ao longo de sua constituição, sempre se apresentou como um espaço contraditório de interesses, de relações de poder, sob uma trajetória marcada pela função ideológica de propagar os ideais políticos, econômicos e culturais da sociedade capitalista. Embora a Educação tenha conquistado consideráveis avanços rumo a atender os interesses da coletividade, por meio de legislações que a concebem como direito via Política Pública Social, no cotidiano se expressam variados desafios à implementação das propostas de uma educação participativa, democrática, emancipadora. O rompimento com perspectivas tradicionais, conservadoras e a adoção de parâmetros teórico-filosóficos de linha crítica para subsidiar as ações pedagógicas não foram suficientes para que na realidade concreta fossem vencidas algumas dificuldades, tais como acesso, permanência e formação da demanda escolar enquanto sujeitos ativos do processo educativo, dentre outros. A luta pela educação brasileira como um direito democrático, garantido a todos de fato, ainda persiste, mostrando-se imprescindível a consolidação de uma sociedade democrática e cidadã.

O *Capítulo 3 Serviço Social e Educação*, realiza a aproximação entre as duas áreas do saber e de atuação. Inicialmente aborda o processo de surgimento e consolidação do Serviço

Social na sociedade brasileira sob a perspectiva histórica, objetivando desvendar as suas especificidades para a partir de então, desenvolver a reflexão em torno das correlações e inter-relações com o cenário educacional, identificando possíveis semelhanças, desafios, limites e possibilidades entre as áreas. O texto se apresenta sob a análise paralela da realidade do Serviço Social e a da Educação, evidenciando no decorrer da evolução histórica as situações de proximidades e distanciamentos entre as duas áreas. Identifica como aspectos semelhantes ao processo de consolidação de ambas as áreas: surgimento vinculado à Igreja católica, surgimento não demandado diretamente pela população usuária, identidade atribuída, respondem aos valores e ideais da sociedade burguesa, contraditoriedade inerente à formação e atuação, posicionamentos a fim de adequação da demanda ao sistema vigente, práticas assistencialistas, rompimento com a perspectiva teórico-filosófico-conservadora e adoção da linha crítica como referenciais teórico-metodológicos, atuação política e ideológica, compromisso para com a sociedade, dificuldade de implementação dos subsídios teórico-filosóficos críticos nas ações, dentre outros. Quanto às diferenças, o foco se estabelece na questão da legitimidade: a Educação no decorrer de seu desenvolvimento conquistou legitimidade por meio de sua definição enquanto Política Pública Social bem como pelo reconhecimento de sua importância na sociedade pelos diversos atores que a compõem; em relação ao Serviço Social, apesar da existência de legislações que regulamentam a profissão no cenário brasileiro, no cotidiano profissional são travadas diversas lutas para o reconhecimento e legitimação da atuação profissional frente a sociedade como um todo. Considerando as aproximações entre as áreas, bem como o fato das políticas públicas sociais se expressarem como campo de atuação para o Serviço Social, a profissão pode contribuir em diversos aspectos na Política Educacional brasileira, atuando interdisciplinarmente no contexto do sistema educacional, nas escolas. Sob este prisma, promovem-se reflexões em relação à dimensão sócio-educativa profissional, que se expressa pela atuação política e confere ao Assistente Social a possibilidade de mediante a práxis se caracterizar como um educador social, um educador político independente da área de atuação, que no contato com a demanda promove oportunidades para seu reconhecimento enquanto sujeitos sócio-históricos, ativos no processo de construção de uma sociedade de bases efetivamente democráticas.

Por meio do *Capítulo 4 Vozes e Olhares*, verifica-se o encontro com o objeto de estudo no empírico, em suas expressões no cotidiano da realidade social. Em um primeiro momento realiza-se a apresentação do Universo de Pesquisa, buscando compreender as particularidades do contexto de Ribeirão Preto/SP, onde a Pesquisa de Campo se concretiza. Para subsidiar e fundamentar as observações em relação ao município, são utilizadas

informações e referências estatísticas provenientes de órgãos e instituições de pesquisa renomados, possibilitando a representação dos dados populacionais, amplitude territorial, perspectivas de desenvolvimento econômico e social, recursos e estrutura de equipamentos públicos, organização do sistema educacional, dentre outros. Destinar o olhar para a conjuntura econômica, social, política e cultural do município mostrou-se de extrema importância para localizar a problemática da Pesquisa em atenção às particularidades que se estabelecem em tal cenário. O fato de inexistir no município qualquer estudo em relação à presença do Assistente Social no contexto da Política de Educação, justifica o trabalho desenvolvido em torno da Pesquisa Quantitativa, resultante no Mapeamento, ou seja, na identificação da existência e localização dos profissionais de Serviço Social atuantes em tal Política em Ribeirão Preto, sob o recorte das instituições promotoras de ensino formal, de natureza pública e privada. Por meio do Mapeamento, cujos dados encontram-se demonstrados no Apêndice A e nos Gráficos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, tornou-se possível identificar os sujeitos para desenvolvimento da Pesquisa Qualitativa. Esta, por sua vez, garantiu o envolvimento dos sujeitos com o processo de construção de conhecimentos, oportunizando que os mesmos dessem voz às suas experiências cotidianas e contribuíssem com seus olhares a respeito do processo de inserção da categoria profissional na Política Social de Educação. A Pesquisa contou com o envolvimento de 09 Assistentes Sociais que se disponibilizaram diante do contexto do Mapeamento a participar das entrevistas, identificados como Sujeito 1, Sujeito 2, Sujeito 3 e assim sucessivamente. As entrevistas foram norteadas por um roteiro de questões semi-estruturadas, conforme disposto no Apêndice B, envolvendo assuntos centrais a comprovação e/ou refutação das hipóteses levantadas no estudo. O confronto das abordagens teórica e empírica no espaço da realidade no município de Ribeirão Preto, teve como resultados além da concretização dos objetivos da pesquisa, a percepção e identificação de situações desafiadoras, bem como propositivas à categoria profissional independente da atuação na Política de Educação.

As *Considerações Finais* pretendem apresentar alternativas de atuação/intervenção frente às possibilidades e desafios identificados com a Pesquisa, além de estimular e instigar novos debates sobre a temática. Desta forma, emerge novas agendas de estudo, o que contribui para o desenvolvimento da categoria profissional e de seus sujeitos, da sociedade. Observa-se no processo de inserção do Serviço Social na Política Nacional de Educação em Ribeirão Preto/SP, um cenário em construção, com obstáculos a transpor e caminhos a percorrer, que dizem respeito tanto a questões internas à profissão, quanto externas, intrínsecas à realidade social, às relações contraditórias e de poder presentes no cotidiano. As

abordagens permitem a interlocução com o todo, com o contexto brasileiro, salvo as particularidades próprias a cada localidade.

CAPÍTULO 1 METODOLOGIA DA PESQUISA

“Toda a nossa ciência, comparada com a realidade, é primitiva e infantil – e, no entanto, é a coisa mais preciosa que temos”.
Albert Einstein (1879-1955)

Esse momento se configura como um dos espaços de maior atenção do pesquisador frente à pretensão da construção de conhecimentos científicos. É nesse contexto que se apresenta a metodologia do estudo, ou seja, como será a sua organização em termos intelectuais e prático-operacionais. São definidas e apresentadas as abordagens, as técnicas, os métodos e os procedimentos que serão utilizados na busca por respostas aos problemas da Pesquisa, critérios fundamentais à cientificidade.

1.1 Procedimentos Teórico-metodológicos

A Pesquisa é algo que faz parte do processo histórico de constituição da humanidade. O homem em seu tempo e espaço, seja por questões relacionadas à própria sobrevivência, seja por interesses ou curiosidades particulares e/ou coletivas, sempre se moveu pela busca de aproximar-se do desconhecido, pela elaboração de conhecimentos.

Desta forma, a pesquisa de caráter científico não se apresenta como a única forma de buscar o conhecimento. Ela apresenta-se como uma das possibilidades, com a especificidade de ser fundamentada em normas, regras e procedimentos específicos. Pressupõe uma postura epistemológica e metodológica por parte do(a) pesquisador(a), exigindo a definição de um método que contemple suas visões de homem e mundo, bem como seja capaz de proporcionar maiores condições de aproximação do real em relação ao objeto de estudo.

O mundo ocidental confere às pesquisas científicas um caráter particular de racionalidade e objetividade, como se somente o conhecimento produzido por tal perspectiva fosse o real e o verdadeiro, em desconsideração aos demais conhecimentos produzidos nas sociedades, a exemplo do espiritual, do intuitivo-místico, astrológico, dentre outros, gerados pela fé, tradição, crenças.

No entanto, o conhecimento científico não deve ser considerado como algo consolidado, acabado, impossível de ser questionado. Quanto a esta questão, Minayo (1994, p. 12) realiza a ressalva de que:

A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história da ciência revela não um “a priori”, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento.

De acordo com o pensamento da autora, o conhecimento científico é algo que se encontra relacionado a um contexto espacial e histórico que conferem particularidades ao processo de construção. A pesquisa se expressa como “[...] uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente.” (MINAYO, 1994, p. 23).

Para Gohn (2005, p. 255), “[...] o que torna a ciência necessária é o fato da realidade não ser transparente. A aparência e a essência dos fenômenos não coincidem, embora uma revele elementos da outra.”

No campo das Ciências Humanas e Sociais, diferentemente das Ciências Exatas e Naturais, o objeto de estudo das pesquisas científicas é a própria realidade social, em atenção às suas múltiplas relações e inter-relações do cotidiano. Faz-se necessário esclarecer que tal objeto é mutável e histórico, onde sujeito e objeto se identificam frente à vivência de um mesmo contexto. As pesquisas desta área do conhecimento são realizadas em ambientes “não-controlados”, sendo impossível recortar o objeto e separá-lo de suas relações para observação e análise, atentando-se para as problemáticas subjetivas que compõem o real. Ademais, possuem um objetivo coletivo, que é o de colaborar para o desenvolvimento e emancipação da sociedade em geral.

O ato de fazer ciência encontra-se alicerçado em um pressuposto formativo, educativo e emancipatório (DEMO, 2002). O processo de construção do conhecimento científico exige compromisso com os sujeitos e o objeto de pesquisa, bem como com a sociedade no geral. Deve servir aos interesses coletivos e não somente aos interesses do pesquisador. Este último revela-se a serviço do conhecimento, do bem comum.

Por essas questões, a pesquisa não possui neutralidade, ela está relacionada às abordagens sobre o objeto de estudo de acordo com a concepção de homem e mundo do pesquisador, determinando a escolha do método científico, o modo como a pesquisa se realizará de fato.

Para Demo, as pesquisas têm que expressar o cuidado metodológico, que caracteriza como a preocupação permanente com a cientificidade e sobre o que se produz. “[...] a qualidade acadêmica de qualquer proposta está antes de tudo na acuidade epistemológica, ou seja, na preocupação com a possibilidade do conhecimento e da captação da realidade.” (DEMO, 2002, p. 351).

No bojo das Ciências Humanas e Sociais, as pesquisas relacionadas ao Serviço Social ao longo do tempo têm proliferado em nível crescente, no entanto, ainda com a permanência da luta pelo reconhecimento de sua produção de conhecimentos no âmbito científico. Esta

problemática não é propriedade exclusiva do Serviço Social, mas também da própria área do conhecimento. As críticas encontram-se alicerçadas no fato do objeto de estudo não ser passível de controle (não é possível recortá-lo da realidade e observá-lo em laboratório), o método empregado não garantir respostas exatas ao problema, diferentes bases teórico-filosóficas de fundamentação da pesquisa, incoerência epistemológica e teórico-metodológica, dentre outros.

Em relação aos desafios da pesquisa científica no Serviço Social, Setubal (2007, p. 65) menciona que “A coexistência de correntes teóricas de interesses e métodos tão diferentes tem dificultado o rompimento com a conduta norteada pela pseudocriticidade e o desvencilhamento da compreensão que se tem da práxis como sinônimo de trabalho.” Sobre tal problemática, a reflexão de Sposati (2007) direciona-se para a “[...] ausência de uma política de pesquisa para a área”, bem como a dificuldade da Profissão “[...] explicitar eixos temáticos com mais precisão, de modo a orientar e dar rumos mais concretos para a pesquisa.”

Bourguignon defende a idéia de que a Pesquisa no Serviço Social deve ser pensada como uma preocupação formativa, pois diz ser,

[...] no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social, e é neste contexto que se enfrenta o desafio de construir articulações orgânicas, entre a produção de conhecimento e a prática profissional. (BOURGUIGNON, 2007, p. 49).

Em sua obra “A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social” de 2008, defende a idéia de que a particularidade da pesquisa em Serviço Social encontra-se na atitude investigativa como constitutiva e constituinte da prática profissional; na centralidade dos sujeitos nas pesquisas enquanto condição ontológica e não estratégia metodológica; no retorno e alcance social das pesquisas desenvolvidas.

As considerações acima evidenciam a existência de diversos desafios e problemáticas em relação à produção científica no Serviço Social. Enfrentar e/ou romper com tais questões tem exigido aos pesquisadores um compromisso ético, bem como uma atenção epistemológica constante.

Abordar o contexto em que se insere a Pesquisa Científica, em particular a Pesquisa no Serviço Social, fez-se necessário para evidenciar que a categoria ao longo de suas experiências na construção do conhecimento tem reconhecido seus limites e desafios, e em consequência dos mesmos tentado buscar a superação, mediante a constância de um processo que envolve reflexão, ação, reflexão, proposição.

Ciente das exigências que a Pesquisa Científica faz ao Pesquisador(a), assumimos o compromisso ético, técnico e político de tentar colaborar para a construção de conhecimentos em prol do desenvolvimento e emancipação da área do Serviço Social, bem como de seus sujeitos, sociedade em geral. O conhecimento respaldado pela análise crítica e auto-crítica serve de instrumento de luta à coletividade, à transformação da realidade:

[...] o ato do conhecimento configura uma ‘difícil travessia do singular ao particular, mediado pelo universal, imergindo numa realidade em constante movimento, sem saber ao certo onde chegará (Barbiani, 2004), estamos admitindo o movimento de ordem-desordem-organização de que nos fala Morin. (2001, 564 apud MORAES; JUNCÁ; SANTOS, 2010).

A Pesquisa se caracterizará então pela busca de aproximação da realidade social, por meio da realização de questionamentos e indagações a respeito do objeto de estudo, sob um diálogo constante entre a teoria e os dados.

A proposta deste estudo após o Exame de Qualificação sofreu algumas alterações em decorrência de sugestões apresentadas pela Banca Examinadora. Tais modificações serão apresentadas no decorrer do texto.

Iniciaremos pelo título da pesquisa. Frente a necessidade de maior coerência e representatividade ao conteúdo do estudo, passa a ser definido como “*Serviço Social e Educação: interfaces de uma atuação política*”, e não mais “*Ação Social Educativa: o Assistente Social como Educador*”. O título identifica o estudo mediante a definição de sua temática. Desta forma deve ser objetivo e ter condições de representar o trabalho científico de acordo com o recorte metodológico que se faz necessário frente à realidade.

Em relação ao tema-problema do trabalho científico, Severino (2002, p. 74, grifo do autor) aborda:

O raciocínio – parte essencial de um trabalho não se desencadeia quando não se estabelece devidamente um problema. Em outras palavras, o tema deve ser *problematizado*. Toda argumentação, todo raciocínio desenvolvido num trabalho logicamente construído é uma demonstração que visa solucionar determinado problema. A gênese dessa problemática dar-se-á pela reflexão surgida por ocasião das leituras, dos debates, das experiências, da aprendizagem, enfim da vivência intelectual no meio do estudo universitário e no ambiente científico e cultural.

Em consideração a tais apontamentos, a temática deste estudo refere-se às interfaces sócio-históricas e às correlações existentes entre as áreas do Serviço Social e da Educação ao longo de seus processos de constituição e consolidação. O problema se evidencia inter-relacionado à temática, expressando alguns questionamentos e indagações: Existem e se

existem quais são as proximidades e as disparidades entre a área Educação e o Serviço Social? Como se estabelecem em relação à conjuntura¹ política, econômica, social e cultural do País? Que possibilidades e desafios expressam a inserção do profissional de Serviço Social na Política de Educação Brasileira? Para que caminhos se direcionam as experiências profissionais existentes na área até então? Quais as perspectivas? Quais os encaminhamentos? Sob qual lógica os Assistentes Sociais ocupam tais espaços? Poder-se-ia considerar o Assistente Social um educador social em decorrência da dimensão sócio-educativa de sua atuação?

O interesse em desenvolver um estudo científico pautado em tal temática, restrita a tal problema, é resultante de um conjunto de incômodos e indagações advindos da vivência profissional em instituições promotoras de Educação de âmbito informal, relacionados também a inquietudes em relação à formação e consolidação da categoria profissional. O entendimento de educação formal, informal e não-formal é baseado na concepção de Gohn (2006, p. 28), conforme citação abaixo:

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimentos e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos.

Refletindo sobre o Serviço Social e a Educação em sua concepção ampliada, chega-se a um ponto crucial da pesquisa: não sei se fui eu (pesquisadora) quem escolheu o objeto de estudo, ou se foi o objeto quem me escolheu.

Em decorrência da amplitude da realidade social e das exigências da Pesquisa Científica em torno de aprofundamento teórico-metodológico, houve a necessidade de se realizar recortes em relação ao objeto de estudo. Assim, este trabalho científico se direcionará no âmbito teórico-filosófico ao questionamento e compreensão das relações existentes entre o Serviço Social e a Educação no cenário brasileiro desde seus surgimentos, com enfoque no estudo teórico-prático para a apreensão de tais desdobramentos no município de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, em específico nos contextos de atuação do Serviço

¹ Além da abordagem ao contexto político, econômico, social e cultural, o Projeto de Pesquisa inicial previa a inclusão da análise antropológica. No entanto, devido a considerações da Banca do Exame de Qualificação, bem como avaliações da pesquisadora e orientadora, optou-se por não abranger tal foco, uma vez que ampliaria o leque da Pesquisa sem uma coerência com os objetivos e metas delineadas.

Social na área educacional, de ensino formal², em abrangência aos setores público e privado, no contexto presente.

Para Minayo (1994, p. 15),

O objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória.

A respeito do objeto no processo de construção do conhecimento, Lara (2007, p. 79) considera que,

[...] o pesquisador parte da imediaticidade (objeto de estudo) que é síntese das determinações - sociais, políticas, econômicas e ideológicas – para na construção de categorias (mediações), aproximar-se de uma compreensão que contemple as múltiplas determinações do objeto, na sua totalidade.

Em observação aos posicionamentos dos autores sobre o objeto de pesquisa nas ciências sociais, há que se atentar ao fato do mesmo possuir uma essencialidade qualitativa, histórica, ideológica, de modo que sujeito e objeto se encontram e relacionam, em um mesmo contexto, pois ambos pertencem à realidade, sob uma movimentação constante do real.

Os sujeitos da Pesquisa serão caracterizados por profissionais Assistentes Sociais, em atuação no município de Ribeirão Preto, vinculados às unidades de ensino formal, tanto do setor público quanto do privado.

Bourguignon (2008) chama atenção para o fato de que os sujeitos de pesquisa não são elencados sem propósitos, ocasionalmente. Por detrás de tal escolha encontra-se subentendido o que se pretende alcançar cientificamente. Portanto, há que se ter um cuidado epistemológico em não transformar o sujeito em objeto no processo de desenvolvimento da pesquisa, em respeito a sua ontologia e não metodologia. A questão exige um compromisso ético por parte do(a) pesquisador(a) em respeito ao posicionamento político do sujeito, à sua condição de ser humano:

² Aderiu-se às sugestões da Banca do Exame de Qualificação, delimitando o foco para apenas as instituições de educação formal, não incluindo as de educação informal conforme proposta inicial da pesquisa, uma vez que as instituições de ensino não-formais em geral vinculam-se à Política Nacional de Assistência Social e não à Política de Nacional de Educação, o que poderia acarretar distorções no foco e objetividade do estudo.

A aproximação ao sujeito que participa de nossas pesquisas se faz através da busca da compreensão da sua experiência, do conhecimento gerado a partir dessa experiência e da sua vivência cotidiana, que tomados em relação ao nosso objeto de estudo, compõem um dos elementos a serem apreendidos na sua relação com as múltiplas determinações de natureza econômica, social, política e cultural. (BOURGUIGNON, 2008, p. 144).

Os sujeitos são co-participantes do processo de construção do conhecimento, pois através de suas vivências representam o objeto, a realidade social, frente as diversas implicações na vida cotidiana.

A Pesquisa, o ato de fazer ciência, exige a definição de uma metodologia científica capaz de proporcionar a superação do imediatismo dos fatos, do senso comum no processo de investigação. No âmbito da Pesquisa em Serviço Social de acordo com Moraes, Juncá e Santos (2010, p. 443), “[...] precisamos estranhar mais o que nos parece tão familiar e nos familiarizarmos mais com aquilo que ainda é sem dúvida estranho.” Tal posicionamento, de acordo com os autores, direciona para um movimento de construção – desconstrução – reconstrução – proposição no processo do conhecimento. Em relação à metodologia, Faleiros (2002, p. 117) considera que se encontra em constante construção, implicando na análise das condições e das forças em presença para empreender uma ação com a crítica dos caminhos possíveis e das conseqüências previsíveis teórica e praticamente em decorrência da disposição estratégica e tática dos meios e recursos, para produzir efeitos. Para Minayo (1994), a metodologia se expressa como um caminho do pensar e da prática exercido perante a realidade; envolve concepções teóricas de abordagem, um conjunto de técnicas e o potencial criativo do investigador.

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar impasses teóricos para o desafio da prática. (MINAYO, 1994, p. 16).

No processo metodológico de construção da Pesquisa, as questões referentes ao método não se dissociam da epistemologia do(a) pesquisador(a). Sobre a questão, Triviños (2006) aponta que anteriormente à escolha do método e da metodologia em um processo de investigação, o(a) pesquisador(a) deve ter clareza de sua opção “ontológica e gnosiológica”, uma vez que estas influenciarão diretamente na forma de apropriação, análise e compreensão da realidade.

Em atenção às observações dos autores sobre a importância da definição metodológica da Pesquisa Científica, este estudo em específico possui a proposta de pautar-se no método materialista histórico dialético. Considera-se que no âmbito das ciências sociais, é o que possibilita a análise dos acontecimentos na inter-relação das partes com o todo, reconhecendo os condicionantes históricos que determinam a realidade social concreta, em uma movimentação constante (reflexão, ação, reflexão), capaz de impulsionar maior aproximação ao real, bem como ser o que ideologicamente comunga da visão de homem e mundo da pesquisadora.

O método materialista histórico dialético faz referência aos ideais marxistas de Karl Marx (1818-1883), considerado responsável pela revolução do pensamento filosófico por envolver concepções políticas em seus ideários, em uma tendência materialista. Tal corrente teórico-filosófica reconhece que a realidade existe independente da consciência, de forma que é da matéria, do plano real, que advém a consciência – idéias – e não ao contrário. Triviños (1987, p. 51-52) aponta para a existência de três bases filosóficas no marxismo, sendo elas: o *materialismo dialético* que “[...] realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”; o *materialismo histórico* que “[...] estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade”; e a *economia política*.

Dentre as características relevantes da concepção materialista encontram-se a percepção de materialidade do mundo, a evidência da matéria anterior à consciência e a crença de que o mundo é conhecível. A matéria é percebida enquanto em um estado de constante movimento, onde o homem é reconhecido enquanto ser histórico e social, em uma visão de realidade objetiva e histórica. Pautada em tal lógica, a Pesquisa busca compreender a essência dos fenômenos, de modo que o objeto em estudo são os elementos e relações existentes entre os fenômenos e o método mais utilizado é o dialético. Pressupõe mudanças, alterações e transformações no contexto estudado em um nível mais amplo da realidade social.

Gil (1999) argumenta que o método dialético pode ser compreendido enquanto um método interpretativo da realidade, embasado por 03 concepções, sendo elas: a *unidade dos opostos* (na realidade a contradição é inerente aos objetos e fenômenos que se encontram unidos, indissociáveis, em uma movimentação de luta que impulsiona o desenvolvimento da realidade); a *quantidade e qualidade* (todos os objetos e fenômenos encontram-se inter-relacionados, absorvendo critérios de qualidade e quantidade, de modo que as mudanças

quantitativas influenciam as mudanças qualitativas na realidade, resultando na transformação da realidade por meio de saltos); *negação da negação* (no processo de mudança a negação é uma constante. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que se estabelecia anteriormente).

De acordo com Sanfelice (2008, p. 88),

[...] nossa opção, por termos privilegiado a dialética de bases materialista e histórica, marxiana e marxista, decorre do fato de ela se constituir em poderosa ontologia, em forte epistemologia que nos facilitam compreender e explicar as relações substantivas que os homens estabelecem com a natureza e consigo mesmos, através de toda a história. Estamos convencidos disso, pois a dialética materialista histórica é uma postura, um método e uma práxis.

Diferentemente dos métodos utilizados nas ciências naturais (física, química, biologia, dentre outras) que buscam atingir a racionalidade, a objetividade e a neutralidade, o referente método utilizado nas ciências sociais possibilita o que Sanfelice (2008) menciona em “fazer a ciência da história”. Não uma história exata e acabada, mas em constante movimento e transformação. Assim, diante da impossibilidade de se apreender em sua plenitude a realidade social devido a sua complexidade, busca-se um desvelar capaz de aproximar-se das tramas constitutivas do real, observadas as contraditoriedades dos fenômenos em seu próprio movimento e no movimento com o todo. A dialética marxista é muito maior que um método de investigação, caracteriza-se por um processo onde as representações intelectuais também sofrem constante transformação.

De acordo com Gil (1999), o método científico nada mais é que um conjunto de procedimentos (intelectuais e técnicos) utilizados para o alcance do conhecimento. Caracteriza-se como um meio e não um fim.

Diante da necessidade de subsídios teóricos, filosóficos e práticos para fundamentar e consolidar a proposta metodológica em uma perspectiva crítica, a Pesquisa terá como marco teórico autores clássicos tais como Karl Marx e Gramsci, bem como ditos contemporâneos como Yamamoto, Martinelli, Saviani, Severino, Romanelli, Aranha, Pedro Demo, Faleiros, dentre outros, referenciados no aporte bibliográfico.

A pesquisa terá como alicerce procedimentos teóricos e técnico-metodológicos específicos mediante a intenção de aprofundamento e encontro com o seu objeto de estudo na realidade social em suas nuances históricas.

O estudo terá como recurso para a sua realização a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa de Campo.

Sobre a Pesquisa de tipo Bibliográfica, Marconi e Lakatos (2002) apontam que a ela compete a identificação, levantamento e estudo de toda bibliografia tornada pública em relação à temática de estudo. Apresenta como tipos de fontes bibliográficas a imprensa escrita, meios audiovisuais, material cartográfico, publicações. As autoras fazem referência à Pesquisa Bibliográfica como sendo pautada em fontes secundárias de estudo. As autoras Miotto e Lima (2007, p. 44), referem-se à pesquisa bibliográfica com a particularidade de ser:

[...] sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica, uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica exige atenção por parte do(a) pesquisador(a) em relação à coerência metodológica e epistemológica.

A Pesquisa de Campo expressa para o estudo o momento de ida ao encontro da realidade social, de seu objeto, oportunizando o contato com os sujeitos como colaboradores do processo de construção de conhecimentos em torno da temática. Desta forma, define-se para este estudo a utilização da Pesquisa de Campo de tipo Exploratória. Segundo Marconi e Lakatos (2002), a Pesquisa de Campo Exploratória remete a investigações de fontes empíricas, sob o objetivo de formular questões ou problemas sob a finalidade de elaborar hipóteses, proporcionar familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, com vistas a realizar pesquisas futuras mais detalhadas ou modificar e clarear conceitos.

De tipo Exploratória, a Pesquisa de Campo contará com a abordagem quantitativa e qualitativa.

Apesar de haver nas ciências sociais predominância na utilização de técnicas de pesquisa com abordagem qualitativa, frente à particularidade de seu objeto ser essencialmente subjetivo e qualitativo, não há a exclusão da utilização de técnicas quantitativas para representação do cenário de tal objeto em determinado contexto. Acredita-se que ambos podem se complementar em uma análise crítica com atenção à totalidade dos fatos, mediante à complexidade da realidade. A problemática não se encontra na utilização dos métodos e instrumentos de pesquisa, mas sim em como se faz uso dos mesmos.

Partindo deste pressuposto, a Pesquisa Quantitativa possui a proposta de realizar o mapeamento dos Assistentes Sociais inseridos em instituições de ensino formal, de natureza pública e/ou privada do município de Ribeirão Preto/SP. Cabe a ressalva de que tal procedimento se valida na medida em que inexistente qualquer estudo e/ou levantamento estatístico em relação ao assunto até a intenção deste. Como recursos para atingir tal objetivo, serão realizados contatos telefônicos e presenciais e/ou por meio de documentações obtidas junto ao CRESS 9ª Região, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselhos Municipais de Direitos, dentre outros. As informações e os dados obtidos serão apresentados mediante quadros e gráficos. Além de demonstrar a realidade do município em relação à presença do Serviço Social na Política Educação, o mapeamento serve de subsídio para a definição da Amostra a ser considerada na Pesquisa Qualitativa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002), o desafio da amostragem é o de escolher uma parte (amostra) com a intenção de que ela se configure como representativa do todo, capaz de refletir em percepções do mesmo.

A proposta do Projeto apresentada no Exame de Qualificação previa uma amostra de 20 profissionais, alocados nas categorias: instituição de educação formal, instituição de educação informal, instituições públicas e instituições privadas. No entanto, conforme já exposto anteriormente, em decorrência de sugestões da Banca examinadora, bem como de constatações mediante a aproximação com o objeto de estudo e a realidade social, tais intenções sofreram modificações. Na perspectiva real, a amostra da pesquisa encontra-se representada por 09 profissionais, inseridos em ambientes de educação formal, vinculados a instituições públicas e privadas de ensino. Assim, de acordo com Marconi e Lakatos (2002), a amostragem a ser utilizada é de natureza não-probabilística por tipicidade, caracterizando-se pela escolha de um sub-grupo de população que, à luz das informações disponíveis, possa ser considerado como representativo de todo o universo da população.

A Pesquisa Qualitativa, por sua vez, terá como foco a abordagem aos sujeitos por meio de entrevistas semi-estruturadas³ realizadas pessoalmente, bem como por meio do encaminhamento do Roteiro de Entrevista via correio eletrônico (e-mail/internet)⁴. As entrevistas foram gravadas de acordo com o consentimento dos(as) entrevistados(as), o que possibilita a transcrição exata das falas. Considera-se a amostragem representativa para o

³ Roteiro de Entrevista – APÊNDICE B.

⁴ A opção de envio e retorno do roteiro de entrevista via e-mail foi incluída após o Exame de Qualificação, em decorrência de alguns sujeitos a apresentarem como condicionalidade de participação na Pesquisa.

estudo, uma vez que contemplou todos os que manifestaram interesse em participar das entrevistas, todos os que encaminharam as respostas do roteiro das entrevistas via e-mail, não abrangendo somente aqueles que por diversos motivos não puderam se envolver com a Pesquisa nessa etapa. Torna-se necessário explicitar que foram realizados contatos (via telefone, via correio eletrônico) com todas(os) Assistentes Sociais identificados no mapeamento, visando informar sobre a pesquisa e identificar interesses e possibilidades de participação. A pesquisa qualitativa busca refletir as vozes e olhares dos profissionais que vivenciam diretamente as implicações do objeto de pesquisa, oportunizando um diálogo mais próximo e afim com a realidade, sob um processo ativo de participação na construção de conhecimentos sobre o assunto.

De acordo com Otávio Cruz Neto (1994), a pesquisa qualitativa é a mais comumente utilizada no âmbito das ciências sociais, por ser considerada a que melhor oportuniza o diálogo aprofundado com a realidade, bem como torna possível evidências em relação às oportunidades e limites das diversas realidades existentes no cotidiano social, oferecendo ao pesquisador(a) um infinito leque de procedimentos e descobertas. Minayo (1994) refere-se à Pesquisa qualitativa como aquela que se ocupa daquilo impossível de ser quantificado. Pode-se dizer então, que tal pesquisa lida com as questões de aspecto subjetivo das relações humanas e sociais; o seu dever é o de suscitar dados e informações sobre a vivência, experiência, relações sociais, opiniões dos sujeitos, fazendo emergir além da aparência a essência dos acontecimentos.

Vale ressaltar que, tanto a pesquisa de abordagem quantitativa quanto a qualitativa, somente confirmam sua validade enquanto instrumento metodológico, se forem subsidiadas por um método teórico-filosófico. É este que dará vida aos instrumentos, direcionando observações da realidade de cunho conservador ou crítico.

Em relação a este aspecto, Bourguignon (2007, p. 52) retrata que:

Não deve ser mérito apenas das pesquisas qualitativas a busca do compreender o sujeito, em uma perspectiva crítica, pois não podemos descartar que o sujeito também se revela através dos dados quantitativos, estes trazem à tona expressões concretas de sua realidade, quando trabalham condições de vida, renda, ocupação. O diferencial está na forma como tratamos estes dados, buscando revelar o quê e o para quê, e por que enfatizamos o quantitativo. São as determinações objetivas, expressas através da pesquisa, que podem fundamentar análises sobre a riqueza da realidade, avaliar projetos e programas sociais e redirecionar ações que garantam a dignidade deste sujeito e os seus direitos sociais, civis e políticos. Precisamos evidenciar que os dados quantitativos não expressam apenas o desenvolvimento econômico de um país, mas como este desenvolvimento incide sobre as condições de vida do cidadão.

A pesquisa, conforme mencionado anteriormente, possui como recorte espacial, *locus* de observação (GIL, 1999), o município de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo/BR. Esclarece-se que o município foi considerado representativo para o estudo por possuir de acordo com dados do IBGE/2010, uma população de 604.682 habitantes, classificado como o 8º município mais populoso do estado e a 3ª maior cidade do interior paulista e brasileiro, sendo a 17ª maior do Brasil em área urbana com 127Km². Por ser considerado um pólo de desenvolvimento em diversas áreas (econômica, cultural, política, saúde, educação, dentre outras) na região onde se encontra, observou-se o potencial do município para respaldar a proposta deste estudo. No entanto, como o processo de construção do conhecimento na área social se dá mediante a constante movimentação do real, não há certezas e propostas definitivas. O que há são previsões e intenções teórico-metodológicas que serão refutadas e/ou confirmadas no decorrer da trajetória da Pesquisa Científica em decorrência das aproximações com o real. Espera-se que o planejamento teórico-metodológico seja capaz de contribuir no processo de construção de conhecimentos, em atenção aos objetivos propostos, tanto no aspecto geral como no específico. Torna-se importante pontuar que o objetivo geral da Pesquisa é o de demonstrar que o Assistente Social no processo de atuação profissional pode assumir no âmbito ideológico o papel de educador social, com oportunidades de trabalhar para que os sujeitos se reconheçam enquanto agentes sócio-históricos, capazes de reflexão – ação. Os objetivos específicos, por sua vez, buscam contextualizar as representações da educação na sociedade brasileira (política, social, econômica e cultural) em atenção ao seu processo de consolidação desde o início⁵; evidenciar a relação existente entre Serviço Social e Educação em atenção à história de ambas as áreas, apontando suas semelhanças e distanciamentos frente a práxis social e educativa⁶; identificar o contexto de inserção dos Assistentes Sociais na Política de Educação do município de Ribeirão Preto/SP, buscando compreender se a lógica de tal processo confere ao Assistente Social a possibilidade do exercício da práxis e a sua configuração ideológica de educador social⁷.

⁵ Optou-se por trabalhar a contextualização do cenário brasileiro em relação ao processo de consolidação da Educação desde o seu início, excluindo a intenção inicial de abordagem a partir do século XIX, uma vez que a conjuntura do sistema de educação apresenta-se inter-relacionada a um processo histórico de passado, presente e futuro em constante articulação, havendo a necessidade de observá-la ao longo de seu desenvolvimento para a compreensão de seus desdobramentos contemporâneos.

⁶ Neste 2º objetivo houve modificações na redação, visando clarear a proposta.

⁷ Este 3º objetivo específico foi reformulado em decorrência de sugestões da Banca examinadora no Exame de Qualificação. Organizou-se sob critérios lógico-científicos a proposta, bem como a redação, que passa a contemplar três intenções em apenas um objetivo.

Em atenção à Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares, a Pesquisa de Campo se desenvolveu somente após avaliação e aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP - CEP Câmpus de Franca, que ocorreu na data de 10/08/2011, sob o registro CEP: 045/2011. Vide ANEXO A.

CAPÍTULO 2 A EDUCAÇÃO E SEU CONTEXTO

Refletir a respeito da Educação na contemporaneidade exige um olhar ampliado e crítico em torno do passado com vistas ao hoje e ao amanhã, uma vez que a temática é uma constante de nossa vida em sociedade, influenciada por diversos condicionantes ao longo dos tempos.

A Educação em seu sentido amplo, existe desde que o homem se entende por homem, com um papel particular no que confere a transmissão de valores, costumes, crenças e conhecimentos. Pode-se dizer que a mesma interfere ativamente no modo de organização das sociedades, relacionada diretamente à cultura dos povos, que se consolida meio ao social e ao histórico.

Inerente às relações humanas, a Educação assume um papel fundamental diante da transmissão cultural de geração para geração, perpetuando visões de mundo e ideologias em consonância com os símbolos, valores e relações de poder de uma época. Sendo assim, fundamenta-se a premissa de que a mesma não é neutra frente às suas propostas, ao contrário, responde a interesses ora individuais, ora coletivos, de acordo com as diversas instituições sociais a quem responde (família, Igrejas, Estado, dentre outras).

A Educação em si, acontece na história bem antes da sistematização dos conhecimentos e da transmissão destes através das Escolas. Estas, por sua vez, passam a ser necessárias de acordo com o desenvolvimento das sociedades, que exigem a sistematização do saber, antes pertencente ao “senso comum” sob interesses comunitários, para a propagação de conhecimentos organizados mediante padrões científicos, tidos como verdadeiros, sob interesses políticos e econômicos. Com a presença das instituições escolares, inicia-se a separação entre os saberes teóricos e práticos, e conseqüentemente, o distanciamento entre o trabalho intelectual e braçal. A Educação a ser perpetuada por tais instituições passa a ser representada por ideais segregadores, com acesso para alguns e para outros não, em interesses divergentes entre a maioria e a minoria.

De acordo com Manacorda (2006), a história dos modelos educacionais segregadores teve início na Grécia por volta dos anos 600 a.C., cuja proposta previa a separação entre técnica e teoria: a aprendizagem técnica dizia respeito a ofícios práticos destinados à população “braçal” que iria adquirir determinados conhecimentos frente o acompanhamento dos ofícios dos artesãos, camponeses, ferreiros, dentre outros; a teoria, por sua vez, era destinada àqueles pertencentes à elite, que ocupavam postos sociais e políticos de destaque, considerados capazes de constituir a camada intelectual e pensante na condução da nação, em geral reis e descendentes. Roma também foi influenciada pelo modelo educacional grego, no entanto detinha a particularidade de vislumbrar através da Educação a formação da

consciência moral do indivíduo, contribuindo para a sua preparação para o trabalho e para a vida. Data-se que suas primeiras escolas surgiram por volta do IV d.C.. A Educação romana remete à família e à comunidade o compromisso do ensino de educar (transmissão de valores, comportamento social, dentre outros); o ensino de instruir passa a ser responsabilidade das “lojas de ensino”, (conhecimento como mercadoria), destinado a quem pudesse custeá-lo, na época a nobreza romana, que passa a dedicar-se à política prioritariamente e não a terra.

Os modelos grego-romanos influenciaram o mundo no que se refere à Educação sistematizada e formalizada, evidenciando desde então a separação das sociedades em classes, bem como as relações ideológicas e de poder existentes nos meandros do cenário educacional. Tais referências se tornam importantes para compreender que o processo de constituição do cenário educacional no mundo, desde os seus primórdios, é permeado por contradições, reforçando a diferença e desigualdade de acesso, permanência e continuidade no ensino regular. Apresenta-se ao longo da história de forma contextualizada, imbuída de sentidos e significados em consonância com a particularidade de seu tempo e espaço.

Diante da realidade brasileira observam-se vestígios dos modelos grego-romanos de educação. A atenção a uma minoria em detrimento de uma maioria sempre foi uma constante no cenário de constituição e consolidação do cenário educacional no país. Tal afirmativa exige esclarecimentos e aprofundamentos em torno da correlação entre a Educação e o político, o econômico, o social e o cultural, sob um processo dialético de busca por desvendar de forma contextualizada os caminhos percorridos e os que serão traçados e trilhados na história da nação.

2.1 As Interfaces Política, Econômica, Social e Cultural da Educação Brasileira

A proposta a partir de então será a de envolvimento com a história da Educação brasileira desde o seu início, na busca por compreender os meandros e a especificidade de sua trajetória, em atenção ao cenário político, econômico, social e cultural. O interesse não é o de realizar uma investigação cronológica dos fatos históricos, o que muitos autores e historiadores fazem com extrema propriedade e competência, mas, analisar as transformações estruturais e ideológicas que a Educação perpassou no país através do que a história nos conta, observando avanços e retrocessos em uma conjuntura.

O processo de implementação da Educação sistematizada no Brasil iniciou-se a partir de 1549, em decorrência da colonização portuguesa. Os padres Jesuítas, por meio da

Companhia de Jesus, caracterizavam-se como os responsáveis pela educação na colônia. Além de propagar os ideários cristãos e a cultura europeia, a educação jesuítica,

[...] submetida ao poder real, é instrumento importante para a garantia da unidade política, já que uniformiza a fé e a consciência. A atividade missionária facilita sobremaneira a dominação metropolitana e, nessas circunstâncias, a educação assume papel de agente colonizador. (ARANHA, 1996, p. 99).

No plano cultural houve grande impacto, uma vez que, sob um processo de aculturação, os nativos se viram obrigados a comungar um cenário de crenças, valores e costumes, que não expressavam sentido perante suas realidades. Os produtos primários existentes e produzidos, que até então serviam à subsistência e sobrevivência da população indígena, sob a lógica econômica agro-exportadora, passam a ser encaminhados para fora do país, beneficiando exclusiva e lucrativamente a nação colonizadora. No plano político, os interesses eram voltados exclusivamente para Portugal e não para a Colônia.

Em decorrência desse contexto, a estrutura social começa a se definir hierarquicamente com a presença dos escravos, funcionários da coroa e pequena nobreza. Observa-se que desde o início, em consonância com a especificidade de organização política, econômica e social da nação brasileira, foi se construindo e estabelecendo uma cultura pautada na exploração, hierarquia e desigualdade nas relações estabelecidas entre os diversos atores pertencentes à história. Condizente com esse momento, a Educação expressava claramente o seu compromisso com a elite, respondendo ideologicamente a seus interesses, destinada claramente para alguns e não para todos.

A educação profissional (trabalho manual), sempre muito elementar diante das técnicas rudimentares de trabalho, era conseguida através do convívio, no ambiente de trabalho, quer de índios, negros ou mestiços que formavam a maioria da população colonial.

A Educação feminina restringia-se a boas maneiras e prendas domésticas.

A Elite era preparada para o trabalho intelectual, segundo um modelo religioso (católico), mesmo que muitos de seus membros não chegassem a ser sacerdotes. Isto porque, diante do apoio real oferecido, a Companhia de Jesus se tornou a ordem dominante no campo educacional. (RIBEIRO, M. L. S., 1992, p. 25).

Em 1759, em virtude de disputas de poder no âmbito político, ideológico e econômico, a Companhia de Jesus foi expulsa do país, de modo que tal fato não interferiu na relação entre Fé e Estado, que se manteve como algo inquestionável. Promovido por Marquês de Pombal, tal acontecimento impulsionou o início de reformas na Educação, expressando os interesses

do referido momento histórico que exigia a formação de militares para a proteção da Colônia, bem como a preparação de profissionais para desempenhar serviços específicos.

Em decorrência da vinda da Família Real para o Brasil em 1808, houve a necessidade de se repensar a forma com que a sociedade estava estruturada até então, solicitando ao país que avançasse em seu desenvolvimento para acolher as exigências do novo contexto. O olhar começa a se voltar para as questões internas do país em detrimento das externas. Em relação à economia, foram implementados diversos planos de modernização, dentre eles expansão do comércio interno e externo com a abertura dos portos, incentivos à indústria, dentre outros. O distanciamento do domínio de Portugal significou a oportunidade política de se planejar e organizar os diversos setores do país, conforme suas especificidades e urgências, no entanto, pouco se avançou, pois quem continuava era um europeu e conforme sua cultura, estabelecia prioridades o direcionamento do Brasil. Quanto ao sistema educacional, houve criação de diversas instituições educativas e culturais com a criação dos primeiros cursos superiores. Considerando que o foco educacional da época era a profissionalização, as escolas assumiam natureza técnica e militar.

Com a Proclamação da Independência em 1822, começa-se a visualizar na Educação a possibilidade de desenvolvimento da nação brasileira, reconhecendo-a como meio para o desenvolvimento cultural de seu povo. Inicia-se um processo de discussões e reflexões a respeito da educação popular, questão esta que pode ser observada na 1ª Constituição Brasileira de 1824. Conforme Ribeiro,

Quanto a educação estava presente um sistema nacional de educação em seu duplo aspecto: graduação das escolas e distribuição racional por todo o território nacional. É assim que em seu artigo 230 declara: “Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais.” (SILVA apud RIBEIRO, M. L. S., 1992, p. 44).

Apesar de previsto em lei, o sistema educacional brasileiro não abandonou o seu caráter anterior desordenado e desarticulado. Continuou com gestão centralizada nas mãos de quem detinha o poder político e não de quem vivenciava as implicações do ensino na realidade cotidiana.

Em 1834, a Constituição Brasileira sofre alterações em decorrência de um Ato Adicional e a partir de então a responsabilidade para com a Educação é transferida para as províncias, delegando a estas autoridade e competência para gerir as demandas educacionais em seus contextos. A princípio, tais mudanças transpareciam o início de um processo de descentralização do sistema educacional brasileiro em prol do desenvolvimento da educação

popular. No entanto, apesar da promulgação de leis, pouco se implementou, uma vez que as províncias não dispunham de um cenário político, econômico, cultural e social propício para impulsionar avanços na Educação Brasileira, trabalhando com a inexistência de uma política nacional de educação.

Ressalta-se que no período Pós-Independência o país vivenciava um momento específico de sua história no que se refere à organização política e econômica de forma independente. A agro-exportação era o que se sobressaía, embora houvesse tentativas de fortalecimento do mercado interno. A sociedade, após um vasto período de influência portuguesa, encontrava-se culturalmente alicerçada sob os preceitos católicos e cristãos, organizada socialmente de forma hierárquica. Estas questões não eram passíveis de mudança, uma vez que foram naturalizadas e incorporadas pela população, que não visualizava outra possibilidade. O país já dispunha de referências legais para direcionar suas ações nos diversos setores, no entanto inexistia uma política que contemplasse o desenvolvimento nas diversas áreas e o que se observava eram ações fragmentadas e fragilizadas. No caso da Educação, embora já existisse um sistema educacional pautado em escolas primárias, secundárias e superiores, o ensino em qualidade e acesso. Insuficiente para a elite que chegava aos bancos escolares e para muitos das camadas populares, um sonho distante.

A partir de 1889, com o período republicano, o país enfrenta um processo de várias mudanças. Em relação à Educação, promoveu diversas reformas focalizando principalmente o Ensino Médio e Superior. A influência da corrente teórico-filosófica positivista de Augusto Comte foi marcante frente às proposições educacionais no início desse período.

O positivismo atuou de forma marcante no ideário das escolas estatais, sobretudo na luta a favor do ensino leigo das ciências e contra a escola tradicional humanista religiosa [...]. No Brasil, o positivismo influenciou as medidas governamentais do início da República e, na década de 1970, quando houve a tentativa de implantação da escola tecnicista. (ARANHA, 1996, p. 140).

O desenvolvimento da Educação era considerado imprescindível diante das alterações pelas quais a sociedade perpassava, acreditando-se na possibilidade da mesma contribuir para o desenvolvimento nacional. A base econômica era sustentada pelo ciclo cafeeiro e conseqüentemente a política era assunto dos coronéis, que assumiam o poder e o direcionamento do país.

De acordo com Romanelli, a educação caracterizou-se como recurso de mobilidade social até os anos 1920.

Os estratos que manipulavam o poder político e econômico utilizavam-na como distintivo de classe, e as camadas médias urbanas procuravam-na como a principal via de ascensão, prestígio e integração no universo dos estratos dominantes. Foi nessa sociedade que se originou e cristalizou o padrão de ensino superior brasileiro. Nele não havia uma função “educadora” para os níveis primário e médio, razão pelas quais estes não mereceram atenção do Estado, senão formalmente, e a escola média jamais conseguiu organizar-se, como tal, a não ser através de honrosas exceções partidas da iniciativa privada. (ROMANELLI, 2010, p. 266).

Posterior ao período de 1920, educadores e políticos começam a priorizar nas reflexões a escola primária. Tais discussões foram influenciadas pelo contexto político, econômico e social que se consolidava interna e externamente ao país. Idéias oriundas das correntes teórico-filosóficas críticas emergiam em todo mundo, em decorrência das crises econômicas e políticas, bem como após a 1ª Guerra Mundial, destacando-se como representante dessa linha Karl Marx. Grandes educadores e pensadores brasileiros emergiram nesse período.

Diversos acontecimentos históricos impulsionaram momentos de instabilidade, evidenciando fragilidade nas diversas relações. No campo econômico, a Revolução Industrial exigiu a reorganização de toda uma sociedade que conseqüentemente se deparou com um desenvolvimento urbano desordenado. A sociedade de classes era cada vez mais reforçada pelo distanciamento entre os proletários e a camada detentora dos meios de produção, com uma política voltada para questões urbano-comerciais. Foi um contexto oportuno para o desenvolvimento das ciências humanas, dentre elas História, Geografia, Psicologia, uma vez que o país evidenciava a necessidade de conhecimento e intervenções em áreas de demandas emergentes, em atenção às necessidades humanas.

Os movimentos populares revolucionários marcaram época nesse período, pleiteando mudanças emergentes de ordem política para o Brasil, uma vez que o país evidenciava instabilidade diante do cenário político, econômico e social. As insatisfações populares cresciam a passos largos, as desigualdades se expandiam diante dos desdobramentos da Revolução Industrial. O país encontrava-se em um momento de crise e este foi propício para que os militares assumissem o poder através de um golpe de Estado, instaurando-se a partir de então um período de gestão centralizadora e nacionalista, sob um regime repressor com início nos anos 1930 e término em 1985.

Após 1930, o país fundamenta seus ideais em uma política e economia nacional-desenvolvimentista, priorizando o mercado interno, com declínio nas importações. Foi um período marcado por intervenções do governo na economia, bem como nas políticas sociais. Este contexto refletiu na transferência de investimentos e recursos da área agrícola para a área

industrial, expandindo-se movimentos de oposição à ordem oligárquica industrial. Em relação à Educação, em 1931 houve a criação do Ministério da Educação e Saúde e em 1932 a elaboração do documento conhecido como Manifesto dos Pioneiros, resultante do Movimento Escolanovista, composto por diversos pensadores e educadores da época, que apontava para a necessidade da realização de reformas nacionais capazes de garantir à população o acesso à escolarização. De acordo com Aranha (1996, p. 172), o escolanovismo é resultado da busca de superação da escola tradicional, pautada na rigidez, “[...] magistrocêntrica e voltada para a memorização dos conteúdos.” Sob influência do pensamento do filósofo John Dewey (1859-1952), a Escola Nova se propunha romper com os preceitos da escola tradicional, porém, sem questionar a sociedade, os ideais liberais, os valores burgueses, de modo que os alunos deviam se adaptar ao contexto.

A educação nova que, certamente, pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. (BRASIL, 2006, p. 191).

De acordo com Saviani (1981), embora o escolanovismo apresentasse críticas à escola tradicional, não era capaz de romper com a visão de poder centrada da mesma. A educação assumia a responsabilidade de equalização social, devendo ser capaz de interferir e corrigir a marginalidade, sob a função de desenvolver ações de ajustes e adaptações dos indivíduos ao meio social. Para o autor, o aspecto lógico da educação foi redimensionado para o psicológico, ou seja, o foco transferiu-se dos conteúdos cognitivos para os métodos pedagógicos ou ainda, do panorama político para o técnico-pedagógico.

[...] a escola longe de ser um instrumento de equalização social é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultura burguesa, mas também em relação ao próprio movimento proletário, buscando arrancar do seio deste movimento (colocar à margem dele) todos aqueles que ingressam no sistema de ensino. (SAVIANI, 1981, p. 27-28).

Com a promulgação de uma nova Constituição em 1934, observaram-se avanços na área educacional em relação à Constituição de 1891, conforme pode-se observar em seu artigo 149, que instituía a Educação como “[...] direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos.” (BRASIL, 1934, online)

A Constituição Federal de 1937 (BRASIL, 1937) institucionalizou o Estado Novo com seu regime ditatorial, o que significou na história grandes avanços para o setor econômico e

social e uma defasagem em relação à liberdade política frente organizações e movimentos populares, bem como partidos políticos. Na educação, regulamentando o ensino primário gratuito e obrigatório e o ensino religioso facultativo. O ensino profissionalizante também passou a compor o sistema de educação brasileiro, resultando posteriormente na criação de diversas instituições educacionais ligadas ao setor Industrial e Comercial.

A partir de 1945, pós 2ª Guerra Mundial, o Brasil apresenta um cenário político e econômico populista desenvolvimentista, com propostas que giram em torno da redemocratização do país. Em 1946 é elaborada uma nova constituição que restabelece os direitos individuais e extingue a censura e a pena de morte, delegando sobre as eleições diretas para presidente. O setor industrial é alvo de grandes investimentos internos, bem como de capital externo, por meio da instalação no país de filiais de empresas internacionais. Conforme se pode visualizar, instaura-se um momento de abertura das fronteiras da economia brasileira ao capital estrangeiro. O Estado adota princípios liberais através de uma política de não intervenção na economia, mas de acúmulo de capital frente à exploração e baixos salários da mão-de-obra e expansão do setor industrial estrangeiro.

Em 1951, a gestão do país retoma suas bases nacionalistas desenvolvimentistas em contraposição ao ideário anterior liberal internacionalista, na perspectiva do crescimento e desenvolvimento industrial, bem como para a diferenciação e diversificação das iniciativas econômicas.

A preocupação do Estado concentrava-se em fortalecer o patriotismo e a consciência cívica, visualizando a Escola como instituição aliada a tal processo. Poucos avanços foram observados no campo educacional em relação ao atendimento dos anseios da população, embora houvesse iniciativas estaduais de ampliação do sistema educacional brasileiro nas instâncias primária, secundária e superior.

De acordo com Ney Almeida (2005, p. 120), o período dos anos 1950,

[...] estratificou uma sociedade que tinha num extremo a classe alta representada pela oligarquia agrário-comercial e burguesia industrial; no extremo oposto situava-se a classe trabalhadora. Entre ambas, a classe média formada por profissionais liberais e funcionários públicos. Para o ingresso nessas profissões desempenhadas pelos segmentos médios, a escola constituiu o papel principal, senão o único, patamar importante na busca de ascensão social e a educação escolarizada continua sendo a via de acesso à participação efetiva na sociedade.

Em relação aos anos 1956-1960, o que se destaca é a aliança de uma política econômico-nacionalista com a internacionalista, envolvendo investimentos de grandes capitais.

No aspecto cultural, o referente período foi um momento de grande efervescência nos campos da música, teatro e cinema, expressando uma postura de tomada de consciência da população frente os acontecimentos sócio-históricos. Instaure-se neste contexto um espaço propício para reivindicações populares e organização dos movimentos sociais. Em 1961, como resultado de lutas pela escola pública, gratuita e universal, cria-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), idealizada por políticos, intelectuais e estudantes.

O período de 1964 a 1985, conhecido historicamente como o período ditatorial brasileiro, expressou interesses de civis e militares com apoio do empresariado industrial e da classe burguesa, direcionando o país para um cenário político tecnocrata e centralizado, fundamentado no poder executivo, contrário ao populismo. Sob um regime autoritário, os direitos constitucionais foram suprimidos, os meios de comunicação foram censurados, restando à oposição perseguições de ordem política, prisões e torturas. O setor industrial e de serviços modernizou-se na dependência da concentração de renda, capital estrangeiro e endividamento externo.

Os movimentos sociais que emergiram na história brasileira frente à efetiva participação popular, vêm-se coibidos e fragilizados diante do autoritarismo e da repressão instaurada, perdendo força de mobilização. O país enfrenta uma era vigiada, em detrimento do regime democrático vivenciado nos anos que antecederam tal período repressor.

Ney Almeida (2005, p. 122) ressalta que:

Entra em cena nos anos 1960 uma ideologia basicamente voltada para a evolução da economia, oriunda da classe dominante, exclusivamente direcionada para manter seus privilégios e estender sua visão de mundo aos vários segmentos sociais, de forma a convencê-los a adotar essa mesma visão como sintoma do progresso econômico do capitalismo. A ideologia liberal burguesa, moderna e laicizada que domina o panorama social do período, veicula uma concepção liberal de mundo e de educação, impregnada de uma visão tecnicista no campo educacional. A classe média passa a considerar a utilidade do trabalho feminino como forma de a família alcançar maior bem estar social. Porém, esse trabalho não deve transpor os limites do socialmente adequado e a profissão de professora se alicerça como trabalho feminino por excelência.

A Educação passa a ser considerada um meio para o desenvolvimento do sistema político e econômico com propósitos que focam o desenvolvimento do país de acordo com as ideologias de mercado. Evidencia-se que não há preocupação com a emancipação humana através do ensino e formação cultural, muito pelo contrário, o que se dispunha era uma

educação vigiada e controlada, para um povo vigiado e controlado de acordo com os ideais de quem estava no poder.

No plano do ensino, a dualidade acesso versus qualidade é algo que transparece visivelmente na estrutura da educação brasileira. Diante das considerações de Freitas e Bicas (2009, p. 182), pode-se visualizar que,

Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu uma ampliação da cobertura dos serviços escolares e a história da educação foi palco das sucessivas tentativas de superar aquela dualidade formal do sistema educacional. Modificações administrativas e legais foram produzidas acelerando o ritmo da expansão e o Estado passou a responder as demandas dos grupos populares, tanto no que se refere à ampliação das vagas no ensino primário quanto à expansão do ensino secundário.

O fato é que nacionalmente a Educação ia se consolidando frente um cenário de expansão do ensino, que em termos quantitativos ia se solidificando na história. Em contraposição, a qualidade educacional não acompanhava o mesmo ritmo. Esta contradição se evidencia também diante da compreensão de que a escola brasileira foi se estruturando mediante princípios não democráticos, de modo que devido a condições objetivas e subjetivas de sua história, não garantia a todos igualdade de oportunidades no sistema educacional.

Em 1971, com a Lei 5692/71, observam-se avanços de ordem política em relação às propostas da educação brasileira, que se regulamentavam pela LDB 4024/61. Promove-se modificações na estrutura organizacional do sistema educacional, estabelecendo o ensino obrigatório para a faixa etária de 07 a 14 anos, sob respaldo da Constituição Federal de 1967. Dentre seus objetivos, apresentava a reforma no ensino de 1º e 2º graus, além de garantir um título para a educação especial e ênfase no ensino profissionalizante.

[...] as medidas preconizadas pela Lei 5692 encontram grandes dificuldades para penetrar nas redes escolares dos Estados. E mais uma vez a força do contexto se impõe. A grande mudança operada pelas leis de reforma foi de ordem política, isto é, sua função foi criar um clima favorável, removendo os óbices com o fim de garantir a continuidade do processo sócio-econômico. E a organização escolar brasileira vem refletindo com relativa fidelidade as tendências dominantes no plano sócio-econômico. Isto é válido inclusive para a elaboração da própria legislação de ensino... (SAVIANI, 1996, p. 162).

Em um país com bases sociais que evidenciavam o acirramento das desigualdades, a instituição escolar fundamentada em preceitos políticos e ideológicos desempenhou um papel fundamental, estabelecendo-se como uma alternativa de ascensão e transformação dos padrões sociais.

Para Romanelli (2010, p. 58),

[...] a escola evoluiu também em função dos papéis que lhe reconhecia a economia. Pelo menos enquanto perdurou a economia exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agende de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais. As relações entre o modelo econômico e o modelo educativo, nessa fase, não podiam ser medidas em termos de defasagem, porque, então, a educação escolar carecia de função importante a desempenhar junto a economia.

Evidencia-se a relação direta da Educação com as exigências econômicas, ao passo que a primeira passa a ser avaliada em termos de sua eficiência na medida em que dá conta de responder às necessidades do mercado econômico. Verifica-se que a educação encontra-se a serviço dos interesses econômicos e do capital e não a princípio e primordialmente de seus sujeitos humanos. Ainda de acordo com o pensamento de Romanelli (2010, p. 58),

[...] enquanto a modernização econômica implicar, como é o caso brasileiro, intensificação da importação tecnológica, a escola não será chamada a desempenhar papel de relevo, a não ser num dos setores básicos da expansão econômica: o do treinamento e qualificação de mão-de-obra.

Tais questões evidenciam um quadro político e ideológico determinista em relação aos planos que a educação brasileira foi traçando ao longo do tempo, com objetivos e propostas definidas em prol do desenvolvimento de uma nação que não define como prioridade o desenvolvimento humano-educacional, mas o desenvolvimento econômico em prol do capital, onde os atores sociais encontram-se a serviço de tal sistema.

A economia industrial impulsionou o desenvolvimento da urbanização de forma acelerada, colaborando para o êxodo rural e a instalação da população nas cidades de forma desordenada, sem muitas garantias de habitação, salubridade, dentre outros. O sistema educacional não se encontrava preparado para atender a demanda de pessoas que buscavam pelas escolas, instaurando outro descompasso na história da educação brasileira, o da procura e o da oferta, ou seja, não havia vagas para todos que pleiteavam o ensino. Mais uma evidência de que a Educação não foi planejada de acordo com princípios democráticos.

As contradições inerentes ao próprio sistema político e econômico instaurado, bem como as representações da divisão da sociedade em classes evidenciou problemáticas que necessitavam da intervenção do Estado.

Com a Questão Social⁸ exposta, começa-se a priorizar as políticas sociais como forma de intervenção estatal na sociedade, bem como manutenção das relações sociais e de formações sociais específicas.

De acordo com Faleiros (2000, p. 43),

As políticas sociais se referem, em uma primeira aproximação, ao processo de reprodução da força de trabalho através de serviços e benefícios financiados por fundos a eles destinados. Esta reprodução, quando estruturada pelo Estado capitalista, é um mecanismo distributivo de renda ou riqueza socialmente produzida, sob a forma de benefícios, proteção e serviços, sem que sejam afetadas, entretanto, as relações de produção capitalistas. Os mecanismos distributivos exprimem a correlação de forças existentes na sociedade e no próprio aparelho estatal, mas tem uma dimensão legitimadora do próprio Estado e do governo.

Para Pereira (2009, p. 166), as políticas sociais

[...] tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor.

O foco das políticas sociais no período em questão era direcionado para o setor previdenciário e trabalhista, visando atender os interesses emergentes e sanar as insatisfações da classe trabalhadora.

Nos anos próximos a 1985, últimos momentos do regime militar, o Brasil sofria interferências das profundas transformações que ocorriam no mundo do trabalho internacional, ocasionada em partes pela revolução tecnológica e pela robótica. Enfrentava a deteriorização das contas públicas e o desequilíbrio externo, aumento da inflação, de modo que as políticas públicas não eram prioridade nesse contexto. O clima de insatisfação da população foi se corporificando em movimentos sociais de oposição que exigiam a mudança de governo e em 1984 por meio da mobilização conhecida como “Diretas Já”, o país solicitava eleições diretas para Presidente e Vice-presidente da República por meio da aprovação de uma Emenda Constitucional que garantisse tal direito. A solicitação não foi aprovada em plenária e em 1986, inicia-se uma nova gestão presidencial eleita por votos indiretos, que assume o poder após 21 anos de regime militarista.

⁸ A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. “Assim, dar conta da questão social hoje é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, etc. Mas decifrar também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais.” (IAMAMOTO, 1999, p. 114).

O país assumia novamente o regime democrático após um longo período de autoritarismo. Os reflexos obtidos foram grande diversidade nos planos econômicos, perda de crédito em decorrência de uma dívida externa altíssima e uma reserva mínima em contrapartida.

No aspecto político, como destaque, houve a convocação de uma nova Constituinte que resultou na Constituição Federal de 1988. Esta por sua vez, continua em vigor até os dias atuais e foi caracterizada como um marco histórico no que compete a avanços em relação às políticas públicas. O Estado passa a ser chamado legalmente a intervir de forma direta nas problemáticas vivenciadas em sociedade, com o apoio da sociedade civil.

A “Constituição Cidadã”, como popularmente ficou conhecida, dentre seus princípios expressa claramente ideais de cidadania, conforme evidenciados no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais.

O princípio *civil* presente no art. 5 expressa que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”; No art. 6 o princípio *social* garante que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Quanto ao princípio *político*, encontra-se evidente no art. 14 e 17, de modo que o primeiro “garante a todo cidadão o direito ao voto direto e secreto para a escolha dos representantes, por meio dos quais é exercida a soberania popular” e o segundo “estabelece a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos”.

De acordo com Guimarães (1993, p.8),

A nova Constituição ampliou consideravelmente os direitos sociais e os estendeu a categorias sociais não contempladas nas constituições anteriores. Estabeleceu um novo perfil nas relações trabalhistas, determinou maior comprometimento do Estado e da sociedade no financiamento dos gastos sociais e instituiu a descentralização das atribuições e responsabilidades de intervenção na área social nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

As políticas educacionais, situadas no âmbito das políticas sociais, passam a ser regidas perante a Constituição sob um processo de descentralização, onde a União, os estados e os municípios se responsabilizam no contexto decisório e de controle de tais políticas, incorporando a participação popular em seu direcionamento e gestão por meio de órgãos representativos. Foram garantidas esferas públicas autônomas e democráticas na área das decisões políticas, a exemplo dos Conselhos paritários e deliberativos de direitos.

No âmbito das políticas sociais, compreendidas as de Educação, Saúde, Previdência, Assistência, dentre outras, o processo de descentralização político e administrativo não ocorreu conforme de fato deveria diante de processos democráticos de partilha de poder, gestão e decisão. O que se instaurou foi um cenário de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, que despreparada em consequência de sua formação histórico-cultural, se vê obrigada a participar frente ações interventivas e curativas diante das problemáticas sociais vivenciadas em sociedade, contando para tanto com incentivos governamentais. As Organizações Sociais Não-governamentais começam a emergir no cenário brasileiro meados dos anos 1980/1990, com vistas a responder juntamente ao Estado às demandas sociais emergentes.

Apesar de expressar grandes avanços em termos legais, a Constituição Federal de 1988 não conseguiu em sua complexidade e totalidade garantir a aplicabilidade de seus ideais, uma vez que a história política, econômica, cultural e social da nação brasileira havia se consolidado mediante um processo exploratório, não-democrático, baseado nas relações desiguais em uma sociedade de desigualdades ínfimas. Assim, a garantia e implementação de direitos civis, políticos e sociais é algo a ser construído e incorporado pela população sob um processo histórico e cultural de vivência de direitos e não apenas instituição dos mesmos em textos legais.

A nação brasileira possui um longo caminho a percorrer em uma sociedade que viu os direitos sociais serem garantidos anteriormente aos direitos civis e políticos, como uma ação de benesse e assistencialismo, a fim de conter os descontentamentos da população em prol da garantia da ordem nacional.

A partir de 1990, as eleições presidenciais passam a ser regidas pelos princípios da Constituição de 1988, garantindo o voto direto. As medidas econômicas do período 1990-1992 se atentaram para o congelamento temporário dos preços e salários, reformulação dos índices de correção monetária, demissão em massa de funcionários, extinção de autarquias, fundações e empresas públicas visando a redução de custos, o que ocasionou um momento de recessão e não diminuição na inflação. Em decorrência de improbidade administrativa e corrupção no cenário político-governamental, houve o *impeachment* do Presidente, impulsionado por uma movimentação popular de grande abrangência envolvendo a oposição governamental, estudantes, dentre outros segmentos da sociedade. Empossado o vice-presidente, o país prioriza planos de estabilização econômica, implantando ao longo de 1994 o “Plano Real”.

No período que vai de 1994 a 2002, a gestão governamental implementou diversas medidas político-econômicas, dentre elas a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações e modificações no conceito de empresa nacional, em apoio ao capital estrangeiro. Houve a proposição de reformas tributária, financeira e política. Em relação à economia deu-se continuidade ao Plano Real, com a implantação de ajustes como a desvalorização do câmbio e aumento da taxa de juros, ações de desaquecimento da demanda interna, equilíbrio da balança comercial e incentivo às exportações.

Após amplos embates e discussões, é aprovada e entra em vigor no ano de 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 9394/96. A referida Lei encontra-se em vigor até os dias atuais e representou avanços sobre o sistema escolar, principalmente em delegar ao governo a Política Educacional como de sua competência, envolvendo os estados e municípios através de processos de descentralização. Para Demo (1997, p. 68), “[...] é necessário perceber que a teoria e a prática da educação no país são terrivelmente obsoletas. O Brasil é um dos países mais atrasados do mundo nessa parte. A LDB não redime essa chaga, por mais que lance perspectivas inovadoras aqui e ali [...].” Quanto às críticas elaboradas pelo autor em relação à LDB/96, destaca-se a análise de que “[...] a visão de educação não ultrapassa a do mero ensino, como regra” e a do texto estar “enredado numa verdadeira ‘salada terminológica’, redundando em linguagem e postura ultrapassadas no todo.” Em consideração a tais observações, a nova LDB não consegue ultrapassar os obstáculos da concepção tradicional de educação, não inovando diante dos desafios modernos que se colocam na sociedade. Amplia-se o número de crianças matriculadas nas instituições escolares, no entanto a qualidade do ensino continua deficitária.

A partir de 2003, o país passa a ser conduzido pelas forças progressistas, representada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As ações políticas foram direcionadas em prol do crescimento econômico sustentável, com intervenções direcionadas ao pagamento da dívida externa e interna. Houve a instauração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como Plano de Estado, o que garante a continuidade das propostas, independente da gestão governamental, objetivando o desenvolvimento e crescimento econômico, cujos fundamentos encontravam-se alicerçados na estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e baixa vulnerabilidade externa. O PAC, implementado em 2007, 2º mandato do presidente⁹, assumia uma política voltada para a infraestrutura através de investimentos nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e

⁹ Presidente reeleito.

recursos hídricos com parcerias com a iniciativa privada, além de propor estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo.

Em relação à Educação, mais especificamente a profissionalizante, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1087), realizam as considerações de que,

Mais uma vez, na história da educação brasileira, com a eleição do presidente Lula da Silva em outubro de 2002, as expectativas de mudanças estruturais na sociedade e na educação, pautadas nos direitos inscritos na Constituição Federal de 1988, não se realizaram. Apesar da produção de conhecimentos sobre contradições, desafios e possibilidades da educação profissional, produzidas especialmente no âmbito da área Trabalho e Educação, que esperávamos ser apropriada pela política pública do Estado brasileiro, o que se revelou foi um percurso controvertido entre as lutas da sociedade, as propostas de governo e as ações e omissões no exercício do poder.

Referindo-se aos 02 (dois) primeiros anos de mandato do presidente Lula, os autores apontam que as propostas de mudanças conservam no aspecto ideológico e prático ações que governos anteriores impetraram e que careciam de transformações. As críticas fundamentam-se na persistência da hegemonia de políticas compensatórias, que possibilitam uma formação insuficiente à demanda excluída da educação regular, cursos alheios à educação básica e a uma política de formação continuada. Dependentes da parceria do setor público e privado, programas que visam a formação profissionalizante, tais como Escola de Fábrica e Pró-jovem são estruturados mediante a lógica empresarial do mercado de trabalho. Ademais, de acordo com os referidos pesquisadores, não há integração entre a educação básica e profissionalizante, de modo que as reformas assumem um caráter parcial e não integral.

Em 2010 foi lançado o PAC 2, apresentando propostas de complementaridade ao PAC ou ao PAC 1, conforme popularmente nomeado, porém focalizado na área social, com previsão de investimentos de 2011 a 2014, priorizando a qualidade de vida nas cidades e no campo. O Programa encontra-se estabelecido em 06 abordagens, dentre elas: Cidade Melhor (ações direcionadas às aglomerações urbanas, com obras de pavimentação e drenagem nas encostas, dentre outras); Comunidade Cidadã (investimentos em equipamentos públicos de segurança, saúde, esporte, lazer, com a presença do Estado nas comunidades); Água e Luz para todos (universalização do acesso à água e energia por meio de uma matriz energética sustentável e limpa, além de incentivos e ampliação de descobertas de petróleo no pré-sal); Transportes (investimento e integração de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos); Minha Casa, Minha Vida (potencializar a área da construção civil, gerar emprego e renda e reduzir os déficits de moradia).

Em 2011, dando continuidade à representação progressista, Dilma Rousseff assume a presidência do país, sendo a primeira mulher na história brasileira a ocupar tal posto. Dentre os objetivos da atual gestão encontram-se a continuidade aos programas do governo anterior, principalmente no que remete ao PAC 2. Em relação às propostas para a Política Educacional, encontram-se a de melhoria dos salários dos professores e a formação continuada, construção de creches e ampliação do Programa mais Educação.

De forma geral, em relação à constituição do cenário político-administrativo brasileiro, Chaui (2007) realiza uma pertinente observação, que contribuirá para a compreensão das questões trabalhadas até o momento.

[...] tanto nas épocas “democráticas” ou pluripartidárias, quanto nas épocas ditatoriais (sem partidos, com partidos clandestinos ou com bipartidarismo tutelado), a tônica antidemocrática foi dominante no interior dos partidos onde cada qual a sua maneira exprimia a sociedade brasileira no seu todo. No caso dos liberais, o elitismo dos “cartolas”; no caso dos populistas, a tutela e o clientelismo (Vargas, Ademar), ou o burocratismo justiceiro de classe média (Jânio Quadros); no caso da extrema direita, o integralismo ou a geopolítica e a segurança nacional; no caso das esquerdas, o estatismo e a versão cabocla do “centralismo burocrático”. Fazendo da suposta necessidade do desenvolvimento do aparelho estatal e do nacionalismo as armas da luta de classes, os partidos e organizações de esquerda primaram pelo autoritarismo interno e dos programas. No caso dos liberais, a crítica constante ao perigo da intervenção estatal nunca impediu que, em momentos de convulsão política e social, apelassem para as Forças Armadas e para a aceitação “provisória” de regimes ditatoriais. (CHAUI, 2007, p. 152).

A política de Educação presente e inerente a esse contexto, acompanha a lógica estabelecida frente às relações de forças predominantes. Os interesses políticos e econômicos de um determinado momento histórico, coerentes com a perspectiva de gestão governamental, exercem influência sobre a ideologia propagada pelo sistema escolar.

Vale ressaltar que nos dias atuais a educação é chamada a responder perante um contexto de questões globais de desenvolvimento político e econômico, em um processo cultural internacionalizado, envolvendo os avanços tecnológicos e microeletrônicos, em uma sociedade cada vez mais conduzida pelos interesses do capital e exposta às diversas expressões da questão social do mundo contemporâneo.

De acordo com as questões trabalhadas até o presente momento, pode-se observar que a Educação é política desde o seu princípio, expressando ideologias de homem e mundo. O cenário brasileiro é composto por uma especificidade em relação à Educação, que se expressa no fato de que como uma política social nas suas entranhas é por natureza contraditória, mediando interesses diversos e divergentes frente às relações de poder estabelecidas, servindo a movimentos opostos em um mesmo contexto. E é assim que tal Política foi se consolidando

na história social, política, econômica e cultural brasileira. Os avanços e retrocessos em relação à garantia de direitos no que é de direito, apresenta-se uma constante, articulados ao desenvolvimento das diversas áreas no país, principalmente a política e econômica. A Educação não é um objeto estático independente. Ela se alimenta das aspirações e interesses humanos e em uma sociedade repleta por desigualdades como a brasileira, não é de estranhar sua implementação de forma desigual e insuficiente ao longo do processo histórico.

2.2 A Educação a Partir dos Fatos

As problemáticas vivenciadas pela Educação brasileira ao longo de sua trajetória mostraram-se associadas às particularidades da conjuntura econômica, política, social e cultural do país, que se apresenta em constante movimento, decorrência de sua formação no processo sócio-histórico, expressando-se de forma contraditória e conflituosa. Sob esta perspectiva, a responsabilidade das dificuldades vivenciadas pela Educação não recai sobre seus atores como a Escola, a Família e os alunos, mas sim sobre o modo como a sociedade se organiza ideologicamente, socialmente e politicamente.

A Educação convive com o estigma de instrumento político-ideológico, a serviço das relações de poder predominantes e, em um país, constituído por dominantes e dominados desde seus primórdios, exerce um papel fundamental na manutenção das relações hierárquicas. Baseada em condições contraditórias e conflituosas de atendimento de uma minoria em detrimento de uma maioria, a Educação foi se estabelecendo no Brasil enquanto Política Pública Social, enquanto direito legalizado, assegurado e garantido à população.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à Educação em seu artigo 208, responsabilizando o Estado pelo ensino fundamental obrigatório e gratuito e, acesso aos demais níveis:

Art. 208 – [...] I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à Saúde.

Ao prever a Educação como um direito, em contrapartida, a própria legislação cria recursos e instrumentos para as exigências de sua efetivação. De acordo com Romualdo Oliveira (1999), este caracteriza-se como um dos grandes avanços e inovações da Constituição de 1988, que prevê o mandado de segurança coletivo¹⁰, o mandado de injunção¹¹ e a ação civil pública¹² como ações possíveis de serem impetradas frente exigências de garantias de tais direitos.

A grande problemática é que segundo o mesmo autor, a Educação persiste com seu discurso voltado,

[...] para o desenvolvimento econômico, e não para o desenvolvimento da cidadania e da participação política na sociedade democrática. Este ponto é crucial, pois, como o discurso da cidadania tem como fundamento último a igualdade de todos perante a lei, seu universo é a totalidade da população. Nesta medida a idéia de “educação para a cidadania” só tem sentido se for para todos indiscriminadamente. A concepção de educação para o desenvolvimento econômico pode ser para todos ou não, dependendo da funcionalidade que venha a ter em vista dos requisitos de mão-de-obra determinados pelo mercado de trabalho. Aqui, o fundamental é que a educação forneça, ao mercado, mão-de-obra adequadamente qualificada. (OLIVEIRA, R.P., 1999, p. 71).

Apesar de obrigatória e gratuita no ensino fundamental, com possibilidades de também o ser no ensino médio a partir de 2016, conforme a Emenda Constitucional nº59/2009, a Educação ainda enfrenta dificuldades no quesito universalidade. A universalidade não se aplica somente na garantia de vagas que oportunizam o acesso a escola, conforme se tem observado, mas em oportunidades reais de acesso e permanência, por meio de uma política que não veja como iguais os diferentes, que conceba a população com particularidades e especificidades em seu contexto de vida, que influenciam direta e indiretamente as condições concretas e subjetivas de participação do cenário educacional.

¹⁰ A atual Constituição Federal (Art. 5º, LXX) ampliou o âmbito de atuação do Mandado de Segurança (destinado a proteção de direito líquido e certo da pessoa física ou jurídica ameaçado ou violado), agrupando determinados indivíduos e dando ao grupo capacidade processual, verbis: “o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados. (CONSELHO FEDERAL DE JUSTIÇA, 2000, online).

¹¹ O mandado de injunção é fundamentado no artigo 5º, inciso LXXI da Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.038/90, no seu artigo 24. Conceitua-se por ser um remédio constitucional à disposição de qualquer pessoa (física ou jurídica) que se sinta prejudicada pela falta de norma regulamentadora, sem a qual resulte inviabilizado o exercício de seus direitos, liberdades e garantias constitucionais. Ou seja, é para suprir a falta de uma lei. Tem como natureza jurídica ser uma ação constitucional de caráter civil e de rito sumário. O pressuposto para a ação é não haver regulamentação sobre o direito constitucionalmente garantido. Cabe exclusivamente contra o poder público, pois tem que haver omissão deste em relação a legislar sobre esse direito. (MANDADO ..., 2012, online).

¹² A ação civil pública é o instrumento processual, previsto na Constituição Federal brasileira e em leis infraconstitucionais, de que podem se valer o Ministério Público e outras entidades legitimadas para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Em outras palavras, a ação civil pública não pode ser utilizada para a defesa de direitos e interesses puramente privados e disponíveis. (AÇÃO ..., 2012, online).

Pôde-se observar no decorrer do processo histórico, de acordo com os avanços de estruturação do sistema educacional brasileiro, que a grande preocupação central se exprime pela *quantidade* da oferta e não com *o que* necessariamente se oferece. A questão da qualidade sempre ficou relegada às considerações e interesses da ordem hegemônica para o país. Sob este cenário, não é oportuno uma população que de fato cidadã, que de fato se emancipe em uma sociedade, que de fato seja democrática por meio de uma educação libertadora e transformadora. Ela é garantida a todos por ser uma questão de direito, no entanto, pré-condiciona por fatores internos e externos a ela própria, quem na realidade concreta fará parte de seu contexto e até que ponto.

De acordo com David (2010), uma das constantes na história da Educação brasileira é a existência de uma escola para o povo e outra para a elite. Uma que possibilita a formação de mão-de-obra para atender as necessidades do mercado de trabalho e outra a formação intelectualizada de uma camada da população para continuar em posições de destaque na sociedade.

A Educação sempre se apresentou relacionada ao trabalho, e este por sua vez, sempre se constituiu como categoria fundamental da sociedade capitalista. Por estas questões, é impossível falar em Educação sem articulá-la à sociedade da qual fazemos parte, que em suma, acompanhou o desenvolvimento sócio-histórico mundial e traçou seus caminhos rumo a uma organização societária de bases político-econômicas alicerçada na produção do capital.

Karl Marx fundamenta a categoria trabalho como sendo intrínseca à vida humana, sob a qual os homens se diferenciam dos animais pela condição concreta de transformar-se a si e a própria natureza pela atividade do trabalho. Esta se expressaria pela condição do homem de elevar a matéria à consciência e através desta, transformar o concreto, resultando na matéria transformada. Porém, ao analisar a sociedade capitalista, Karl Marx menciona nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* que:

[...] trabalho, *atividade vital, vida produtiva*, agora aparecem ao homem apenas como *meios* para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência física. A vida produtiva, contudo, é vida da espécie. É vida criando vida. No tipo de atividade vital, reside todo o caráter de uma espécie, seu caráter como espécie; e a atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos. A própria vida assemelha-se somente a um *meio de vida*.” (MARX, 1844, online, grifo do autor).

O trabalho passa a ser alienado, o que provoca conseqüentemente a alienação do homem. Isto ocorre porque o homem não se reconhece mais no processo de trabalho, servindo ao capital apenas através de sua mão-de-obra, não detendo os meios de produção e nem o

produto finalizado de seu trabalho. Assim, “A consciência que o homem tem de sua espécie é transformada por meio da alienação, de sorte que a vida como espécie torna-se apenas um meio para ele.” (MARX, 1948, online). O homem aliena-se mediante o poder de transformação da matéria, da realidade.

Diante dessa linha de compreensão, assim como a categoria trabalho analisada por Marx na sociedade capitalista, pode-se dizer que a Educação é reconhecida como um meio para a satisfação das necessidades da sociedade do capital e não das necessidades de seus sujeitos. Em uma lógica capitalista, a Educação assume o papel de servir ao capital, colaborando com a manutenção da ordem hegemônica e hierárquica, bem como com a formação de mão-de-obra para atender às exigências do mercado produtivo. Por estas questões, as Escolas enquanto instituições representativas da Educação e as Igrejas são caracterizadas como os aparelhos ideológicos mais expressivos e importantes em uma sociedade. Oportunizam a propagação e assimilação de visões de homem e mundo em grande escala, atingindo as massas, independente de classes sociais. Na atualidade, poderíamos também incluir em tal funcionalidade os meios de comunicação, que exercem forte influência sobre a sociedade global.

Por essas questões é que Saviani (1981) expressa ser impossível falar em Educação sem falar em sociedade. Seria ilusório considerar em uma sociedade não-democrática a existência de uma Educação democrática. Uma está diretamente e em sua totalidade relacionada à outra. Se a sociedade à qual pertencemos se organiza mediante relações desiguais, por conseqüência, a Educação será representada pelas escolas também de forma desigual, expressando suas contradições e conflitos. Porém, o autor admite que a possibilidade de mudança desse cenário está relacionada ao embate resultante dessa própria realidade contraditória. Seria este movimento que provocaria o fortalecimento de lutas dos atores sociais prejudicados com o processo, em prol de uma alteração na ordem societária vigente, bem como na proposição do ensino/Educação. Para tanto, como proposta, o autor menciona ser necessário investir no ensino das camadas populares, investimento este que se daria através da priorização dos conteúdos.

Para Saviani (1981, p. 60), “[...] sem conteúdos relevantes, significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa.” Defende esta premissa por acreditar que:

[...] o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam

desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (SAVIANI, 1981, p. 60-61).

Ao considerar o processo histórico de desenvolvimento da Educação brasileira, o referido autor realiza a crítica de que passamos de um período de “entusiasmo pela educação” no início do século XX, para em seguida caminhar em direção a um momento de “otimismo pedagógico”. Nas primeiras décadas do século, a Educação era considerada instrumento capaz de envolver as camadas populares nos processos de formação e desenvolvimento político, econômico e social do país. Ao se defender o acesso da escola para todos, objetivava-se politicamente a participação de todos (co-responsabilidade) no processo de constituição da nação. Posteriormente, com o “otimismo pedagógico”, há uma transferência da conotação política para as técnicas-pedagógicas. O movimento da Escola Nova se caracteriza como referência dessa fase. A preocupação agora centrava-se nos métodos e na qualidade do ensino, ou seja, no como fazer. Obviamente, essa trajetória foi se consolidando mediante relações de interesses e poderes.

Quando se pensou em garantir a escola para todos, não se pensava que isto poderia tomar um rumo diferente aos objetivos pré-estabelecidos. Frente às escolas, o acesso seria para todos, porém a ordem hegemônica burguesa permaneceria, se manteria inquestionável e não foi bem isso que ocorreu. A participação direta na Educação possibilitou que as camadas populares comesçassem a se articular em uma movimentação contrária à ordem até então estabelecida, por meio de questionamentos, organização popular, dentre outros. O momento histórico exigia então que a classe hegemônica dominante interviesse sobre este cenário para o bem de sua própria condição estabelecida na sociedade. O movimento escolanovista expressou esta reação, na medida em que possibilitou o aprimoramento do ensino das elites e o rebaixamento do nível de ensino destinado às camadas populares. (SAVIANI, 2008a).

Em relação ao movimento correspondente à Educação na atualidade, poder-se-ia caracterizá-lo conforme o próprio autor, de bases populistas para o ensino fundamental e bases elitistas para a pós-graduação (SAVIANI, 2008a, p. 58). A prioridade do ensino fundamental é atender a demanda do povo, ou seja, de toda a população que tem direito à educação, priorizando e garantindo o acesso às camadas populares. A pós-graduação, em decorrência das condições reais, objetivas e subjetivas de vida, que impulsionam o acesso a mesma, acabaria ficando à disposição das elites. Cabe realizar neste parágrafo, uma observação quanto ao ensino superior. Este por sua vez encontra-se cada vez mais

respondendo a uma política mercadológica, envolvendo o sistema público e particular. A educação superior hoje é comprada e vendida como forma de garantia de status, respondendo às exigências do mercado de trabalho, onde a quantidade supera a qualidade. A preocupação prioritária não é mais com a formação intelectualizada de um contingente populacional a fim de contribuir para o desenvolvimento humano e social das áreas afins e conseqüentemente do país. A educação superior na sociedade capitalista se transformou em um negócio lucrativo, que alimenta sonhos de ascensão social em uma sociedade da era tecnológica e micro-eletrônica, onde as qualidades humanas se percebem em disputa com a qualidade das máquinas, com a propensão de tais profissionais constituírem o grande exército de reserva de mão-de-obra do amanhã.

A história confirma que o processo de consolidação da Educação Brasileira se dá por meio de relações determinantes e não determinadas, que diante do próprio movimento das forças em disputa na sociedade, ora avança, ora retrocede no caminhar em direção a sua incorporação cultural enquanto direito, que se dá por meio de uma luta político-ideológica.

A ordem político-econômica capitalista baseada na sociedade de classes é condição determinante no modo de organização e desenvolvimento da estrutura educacional brasileira, mas não determina de forma estanque e nem impossibilita reações de contra-hegemonia em prol de uma sociedade cidadã e democrática. Este fato se evidencia por meio do próprio desenrolar da história, que se apresenta em constante movimento de ir e vir.

A Política Educacional enquanto Política Pública Social, deve estar e encontrar-se em consonância e inter-relação direta com as demais Políticas para vencer os obstáculos que lhe foram impostos ao longo da história, de ser a salvadora da Pátria e propulsora do desenvolvimento da nação. A Educação e conseqüentemente todos os seus instrumentos e equipamentos, desenvolvem um papel importantíssimo na sociedade, conforme já explicitado. No entanto, a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso da busca da consolidação de uma sociedade democrática não deve recair somente sobre ela. O país sobrevive meio ao acirramento das desigualdades sociais que fazem parte da consolidação de sua estrutura, portanto,

[...] as políticas educacionais, para se efetivarem ou potencializarem seu poder, - em que pese os modos pelos quais os poderes governamentais (nacional e subnacionais) as efetivam - enfrentam e deverão enfrentar questões de interface com outras políticas, além dos quadros específicos destas políticas (Arret.he, 2000). Elas se confrontam com a reforma tributária, com a reforma previdenciária e, *last but not at least*, com a necessidade imperiosa de uma política de redistribuição de renda. (CURY, 2002, p.160).

Parece incoerente exigir que toda a população participe do sistema educacional em sua plenitude, com suas potencialidades, se em sua maioria ainda não dispõem de condições concretas de sobrevivência para tal, dentre elas saúde, alimentação, moradia, dentre outras.

Embora se apresenta no cenário contemporâneo um governo de bases progressistas, que priorize as iniciativas voltadas para o social através de planos de Estado, visualizamos um país envolvido diretamente com o contexto mundial, onde a globalização e o neoliberalismo deixam as suas marcas e particularidades no modo de organização e gestão da sociedade no presente com perspectivas pré-delineadas para o futuro.

A globalização, por sua vez, vai incidir sobre o papel exercido pelo Estado e sobre o conjunto dos direitos sociais. De fato, a associação entre globalização e neoliberalismo vai constituir o mercado como lugar ideal de alocação dos recursos subentendida a tese do Estado mínimo ou da redução do poder do Estado. (DRAIBE, 1993; IANNI, 2000 apud CURY, 2002, p. 149).

Os interesses globais e neoliberais condicionariam um Estado Mínimo para o social e máximo para o capital. O Estado afasta-se de sua primazia no provimento e garantia das políticas sociais conforme preconiza a legislação e envolve a sociedade em geral por meio de suas diversas instituições, sob o discurso da co-responsabilidade em tal processo. No entanto, o que se tem observado é algo que transcende a questão, caracterizando-se como uma transferência de responsabilidades à sociedade e setores privados frente o desenvolvimento de tais políticas. Infelizmente, tal acontecimento tem sido legitimado pela população, que envolvida por preceitos tais como “*empresa cidadã, empresa para todos, sociedade cidadã, todos juntos, dentre outros*”, não percebe que os direitos sociais anteriormente conquistados estão se desmantelando e se fragilizando. O que era um direito público, com possibilidade de atendimento a todos, passa a ser regulado mediante princípios e interesses privados pelos setores que os garantem, a sorte de serviços e benefícios por vezes precários, que reforçam a benesse e o assistencialismo, de modo que a demanda se vê vítima e dependente de tais ações, e não sujeitos de direitos.

Pereira (2009) menciona que intelectuais e políticos identificam tal Estado como pluralista ou misto. Este teria suas ações de atenção às necessidades humanas básicas compartilhadas com o mercado, incluindo as empresas, e a sociedade (ONGs, família, Igrejas, organizações voluntárias, dentre outros). Para a autora,

[...] uma coisa é descentralizar serviços sem restringir ou destituir direitos do cidadão e deveres do Estado e, outra coisa é devolver encargos à sociedade, restringindo ou destituindo direitos e desobrigando o Estado de seus deveres. Da

mesma forma, uma coisa é a sociedade funcionar como espaço das classes sociais, exercendo papel de agente crítico dos rumos e das tendências da política social e outra é funcionar como agente de solidariedade, colaborando de boa-fé, com a usurpação de seus direitos sociais duramente conquistados. (PEREIRA, 2009, p. 201).

Dessa forma, a descentralização como forma a garantir o envolvimento de toda a sociedade, por meio de recursos e equipamentos de fins democráticos, no processo decisório de encaminhamentos do país, tem se efetivado somente no plano ideal, ou seja, na legislação. Nas tramas do real, a descentralização político-administrativa encontra-se longe de ser democrática, expressando as relações de poder que imperam na sociedade.

Para David (2010), descentralização versus centralização é uma outra relação constante na trajetória da Educação brasileira, além da escola do povo e da elite.

A descentralização administrativa na Constituição de 1988, na mesma proporção das constituições que a precederam, consubstancia-se na transferência de poder decisório aos estados, municípios ou órgãos locais que, como recorrente, dado mesmo o próprio processo de retomada democrática, alinha-se à conjugação da participação popular que tem na chamada democracia representativa seu novo modelo de gestão. No entanto, a articulação entre descentralização e democracia, só pode ser entendida na plataforma da tradição do fazer política no Brasil, totalmente atrelado às concepções de poder, como reflexo do autoritarismo que delineou o perfil da sociedade brasileira desde os primórdios da colonização. (DAVID, 2010, p. 61-62).

No âmbito das políticas neoliberais, o processo de descentralização é acompanhado por privatizações e focalização das ações e serviços públicos. Não há descentralização democrática como forma de partilha de poder, mas direcionamento de poder a outros setores da sociedade, o que resulta no afastamento do Estado de suas responsabilidades. Assim, mando e desmando permeiam as relações hierárquicas constitutivas do cenário sócio-político brasileiro, influenciando diretamente no trato das políticas públicas.

A Educação, enquanto política pública de ordem social, exige comprometimento ético-político para com suas demandas, em busca de superar sua história de faz de contas. Em relação a uma educação que corresponda a fins democráticos, Freire (2001, p. 201), realiza a ressalva de que,

Na verdade a democracia é uma criação social, é uma construção política paciente e persistentemente trabalhada, sobretudo em sociedades como a nossa de tradições autoritárias arraigadas. Há entre nós um gosto de mandar, de submeter os outros a ordens e determinações de tal modo incontido que, enfeixando nas mãos cinco centímetros de poder, o portador deste poder tende a transformá-lo em dez metros de arbítrio.

Notadamente, ainda há um longo caminho a trilhar. A Política Educacional, apesar de suas intrínsecas contradições, conforme observado, apresentou avanços significativos com relação a sua legalização e planejamento. O grande desafio em evidência, que a acompanha ao longo da história, é a sua implementação. As leis não se executam em sua totalidade e complexidade no cotidiano do cenário educacional em consequência da incoerência existente entre os dois pólos. A realidade física e humana das escolas, envolvendo os diversos atores, muitas vezes não comportam as exigências de tais políticas, havendo uma desconexão entre o que se idealiza e o que de fato acontece e é possível acontecer no meio escolar. Uma possível interpretação para a questão, seria justamente as propostas pautadas nas relações de poder hierárquicas e autoritárias, onde prevalecem as definições de tais políticas de cima para baixo e não no fluxo de baixo para cima. Outro fator, seria o planejamento de tais ações pautadas em ideais importados, globalizados, que em muito não correspondem às especificidades da realidade nacional.

Cabe a compreensão de que a Educação é antes de tudo um ato político, não sendo precondição da democracia e da participação, mas é expressão do processo de sua construção. Assim como a Educação, o ser humano não é um ser neutro. Ele faz a diferença na sociedade, uma vez que se posiciona e assume compromissos frente a ela. A pessoa comprometida não é ingênua, possui uma visão crítica e atuante sobre o contexto que se encontra inserida, não se acomodando à estabilidade de uma dada realidade, mas sim motivada a buscar mudanças.

De acordo com considerações de Gramsci (1982, p. 130),

A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produtos de uma atividade humana estabelecida pelo homem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo.

A intencionalidade exerce um papel fundamental sobre esta questão, uma vez que através dela a Educação pode expressar o seu compromisso com todos ou com alguns e em uma perspectiva democrática, a educação deve estar a serviço da coletividade, contribuindo para o domínio do conhecimento por todos. Tal intencionalidade necessita estar imbuída de referenciais críticos, para em um contexto contemporâneo que expressa os avanços tecnológicos e da globalização de forma avassaladora e irreversíveis, priorizar o humano em detrimento das relações de mercado, valorizar seus sujeitos enquanto potenciais reflexivos e propositivos e não produtos inertes e acabados. A Educação deve fazer sentido para os

sujeitos. Estes devem se reconhecer como parte integrante e ativa do processo educativo, que deve corresponder a seus interesses e necessidades em atenção à sociedade da qual fazem parte. Ainda na perspectiva do que é ideal em contraposição da realidade, os Projetos Políticos Pedagógicos são estruturados com base em abstrações, descontextualizados de seus territórios de ação, gerando inaplicabilidade, descrédito e conformismo. Desta forma, o discurso deve alinhar-se à prática, ao que é possível desenvolver em consideração às particularidades de uma análise de contexto. As escolas devem servir como instrumento a seus sujeitos, trabalhar as relações de poder imperantes na sociedade, ampliar olhares, fortalecer a consciência crítica.

Ao considerar que a Educação deve estar atenta a sua intencionalidade, conseqüentemente incluímos sobre a mesma lógica a instituição escolar, seus gestores e educadores.

Quanto à escola, Apple (2006, p. 103) menciona que a mesma exerce grande influência sobre as relações de poder e a cultura de um povo, uma vez que:

O controle social e econômico ocorre nas escolas não somente sob a forma das disciplinas ou dos comportamentos que ensinam – as regras e rotinas para manter a ordem, o currículo oculto que reforça as normas de trabalho, obediência, pontualidade, etc. O controle é também exercido por meio das formas de significado que a escola distribui: o “*corpus* formal do conhecimento escolar” pode tornar-se uma forma de controle social e econômico.
As escolas não apenas controlam as pessoas; elas também ajudam a controlar o significado.

Para o autor, a escola enquanto instituição representativa de valores de uma sociedade, expressa as relações de poder e controle econômicos diretamente inter-relacionadas ao poder e controle culturais. Desempenham por meio de seus currículos e atividades uma função econômica e cultural, que no plano ideológico servem em geral para propagar desigualdades estruturais.

Tais questões necessitam ser esclarecidas em prol da superação da visão da Escola enquanto elemento propulsor da democracia como verdade absoluta. Não que ela não possa ser, mas, mediante sua intencionalidade, o que ainda presenciemos na contemporaneidade, é que colabora para a ascensão de alguns grupos, servindo como obstáculo a outros. Por estes motivos, é que estudiosos da área consideram ainda estarmos distantes da concretização de um sistema de ensino que em sua práxis garanta a democracia.

Em decorrência do neoliberalismo, a democracia assume um conceito inteiramente econômico, ao contrário de ser um conceito político. Isto implica que as bases igualitárias em

uma sociedade passam a pautar-se pelo poder de consumo e não por acesso e garantia de direitos (APPLE, 2004, p. 75).

Autores como Palma Filho (2003) consideram que a sociedade brasileira encontra-se em um momento de revisão crítica, sob o qual se instala um cenário propício para o exercício da cidadania. Isso se deve ao fato dos efeitos nocivos da política neoliberal terem se proliferado de tal forma, que o discurso de seus efeitos positivos em prol do desenvolvimento econômico e social não cabe mais como unânime na realidade vivenciada. Fomenta-se a percepção coletiva do acirramento das desigualdades sociais e conseqüentemente a crise do próprio sistema que se apresenta insuficiente diante das propostas de enfrentamento às suas inerentes mazelas.

De acordo com Freire (2003, p. 116),

Um bilhão de desempregados no mundo, de acordo com a Organização Mundial do Trabalho. É muita fatalidade!

Se o mundo aspira a algo diferente como, por exemplo, entregar-se à façanha de viver uma província da História menos feia, mais plenamente humana, em que o gosto da vida não seja uma frase-feita, não há outro caminho, mas a reinvenção de si mesmo que passa pela necessária superação da economia de mercado.

Diante das observações acima expostas, o contexto histórico atual em consideração a todos os seus conflitos, expressa-se único na realidade brasileira. Um momento propício à mudança, onde a população como um todo diante de suas vivências começa a elaborar, um processo de tomada de consciência, frente problemáticas sociais até então veladas e camufladas por uma ideologia dominante que não mais se sustenta. Com bases na teoria marxista, a crise instaurada é impulsionadora da transformação: iniciam-se os embates das idéias, que são fruto das representações do real, que por si é contraditório. Este próprio embate poderá resultar em uma contra-hegemonia, com bases ideológicas de fins realmente democráticos.

Gamboa (2009, p. 101) faz referência a Comenius ao explicitar as necessidades de mudanças da educação para o novo milênio:

[...] segundo Comenius, a educação deve articular as dimensões do intelecto, a consciência e a vontade, ou o saber, a ética e a virtude para fazer do homem um ser “humano”, no sentido de que “o homem tem necessidade de ser formado para se tornar homem” e não apenas máquina produtiva. Essa tríade conceitual exige a construção de práticas educativas que desenvolvam a relação entre conhecimentos científicos e filosóficos, acumulados pela humanidade, a formação ética de cidadãos solidários e o compromisso político com as lutas de superação das formas de exploração do homem pelo homem.

Destaca-se a partir desse momento a importância do papel dos educadores no processo do ensino. São eles que no cotidiano em contato direto com a demanda escolar, possuem o poder de reafirmar ou não a posição da mesma enquanto sujeitos de direitos. São os educadores juntamente aos alunos e gestores que compõem a comunidade escolar com extensão à família e sociedade em geral.

Em uma compreensão ampliada, caracterizam-se educadores todos os trabalhadores envolvidos com o processo de ensino, desde o responsável pela limpeza até a direção. Sob este prisma, o processo educativo estaria inter-relacionado a valores, costumes e hábitos de um determinado bairro, cidade, estado e país e em uma percepção dialética. No âmbito escolar, o coletivo seria responsável e referência, cada qual dentro de suas especificidades, para com o ato educativo por meio dos exemplos de conduta, das vivências, das relações de acolhimento, da cultura acumulada, dentre outros. O ensino estaria mais próximo da realidade, oportunizado o desenvolvimento do sentimento de pertença aos alunos, família e comunidade, que passariam a reconhecer-se como parte integrante do cenário de que por lei devem fazer parte.

O fato é que no cotidiano as escolas pautam-se em um Projeto Político Pedagógico idealizado, distanciando-se da realidade de seu público alvo. Os educadores, em especial os professores, devem expressar sua intencionalidade e compromisso para com os seus alunos e em uma perspectiva política, frente às atividades pedagógicas, garantir espaços de aprendizagem e reflexão coerentes com suas histórias de vida. Assim, o ensino possibilitará a construção de sentidos com possibilidade de superação da dicotomia teoria *versus* prática.

Sobre esta questão, Palma Filho (2007, p. 10) considera que o princípio pedagógico da contextualização caracteriza-se como,

[...] um recurso de que o professor lança mão para tirar o aluno da condição de mero espectador passivo. Significa, ainda, explicitar a relação que se estabelece no processo de aprendizagem, entre sujeito e objeto do conhecimento. A contextualização, portanto, implica em situar o conhecimento no contexto histórico e sócio-cultural do qual o aluno faz parte. Nesse sentido, há dois contextos que são explicitamente mencionados pela LDB: cidadania e trabalho.

O Projeto Político Pedagógico da escola não fica alheio à discussão, ao contrário, também deve estar contextualizado. Assim, a Educação necessita pautar-se em uma pedagogia dialética, que acompanhe os movimentos do real e considere o homem em sua totalidade.

Conforme Gadotti (1995, p. 149),

A pedagogia dialética, fundada no pensamento dialético, afronta decididamente a questão da formação do homem como sendo uma tarefa social. Não centra no “estudante” ou no “professor” o ato pedagógico, como quer a pedagogia liberal de nosso tempo, fugindo da questão central da formação do homem que são suas condições reais de vida na sociedade, suas “múltiplas determinações”. Para a pedagogia dialética a questão central é o homem enquanto ser político, a libertação histórica, concreta, do homem contemporâneo. Ao contrário, o compromisso das pedagogias tradicionais (da essência e da existência) é com a formação do homem individual, a formação do líder, do dirigente que defenda a continuidade de uma “ordem social” onde predominam os interesses da burguesia.

A pedagogia dialética possibilita ao educador superar as determinações do contexto sócio-político, pois compreende que a realidade não se encontra determinada e acabada. Respalda-se por uma ideologia que transcende o campo prático da leitura e escrita e atinge a responsabilidade e compromisso priorizando a voz dos sujeitos, suas falas, seus posicionamentos. Ademais, tal pedagogia é instrumento de uma educação integral, que reconhece o ser humano como sujeito de direito em conexão com o social e o histórico. Enquanto meio e não fim, a referida pedagogia transformaria o ato de ensinar em um ato político, imbuído de sentidos e significados, fiel a uma Política de ação libertadora capaz de implicar em alterações na realidade sócio-histórica.

Cabe a ressalva de que os profissionais envolvidos no sistema educacional brasileiro, possuem uma formação fruto dos dilemas e contradições do ensino do país. Há que se considerar que a fundamentação política-ideológica de seus cursos, também expressam interesses dominantes e de uma hora para outra exigir que assumam uma postura crítica mediante a realidade e sua práxis não é algo simples, é uma situação que demanda assimilação e incorporação de princípios de homem e mundo que às vezes colocam em cheque toda forma de desenvolver um trabalho. A exigência de mudança é de ordem teórico-ideológica e técnica, o que de certa forma causa desestabilidade, resistência, estranheza, desconforto. Embora não sendo fácil, muitas vezes a mudança se mostra necessária, principalmente quando se encontram em jogo interesses de uma coletividade.

Para tanto, os educadores devem usufruir de uma formação pautada em princípios universais que sirvam tanto para a sua formação quanto para a de seus alunos, de modo que sua principal função seria a de mobilizar conhecimentos em prol da criação efetiva de possibilidades de mudança em nível micro e macro. O interesse é o de despertar o desejo pela educação, que deve possibilitar a seus sujeitos a sede por mais conhecimentos e não a apatia e passividade como se tem observado.

O Educador na contemporaneidade é chamado a indignar-se frente ao cenário que lhe é apresentado e do qual também faz parte. Necessita conhecer os sujeitos, bem como a

realidade dos mesmos para reconstruir e desconstruir em um processo dialético o seu ato de ensinar. Este deve servir integralmente aos sujeitos e a seus contextos, para que a Educação atinja sua finalidade que é proporcionar ao humano o seu próprio reconhecimento, a sua identificação.

A respeito da pedagogia dialética ou histórico-crítica, Saviani (2008b, p. 80) considera que:

Uma importante implicação desse modo de entender a educação é que a prática pedagógica, em lugar de aparecer como um momento de aplicação da teoria da educação, é vista como ponto de partida e ponto de chegada, cuja coerência e eficácia são garantidas pela mediação da filosofia e da teoria educacional.

Pautando-se em um Projeto Político Pedagógico contextualizado e na pedagogia dialética, os educadores possuem a oportunidade de romper com a Educação destinada ao aluno idealizado, que persiste ao longo de toda a história de sistematização do ensino brasileiro. Este, elaborado no imaginário do plano ideológico burguês, está alheio das contradições e desigualdades do sistema político-econômico vigente, advindo de famílias “estruturadas”, de um meio social que lhe ofereceu subsídios culturais de valores e deveres positivados.

Tal rompimento se faz urgente e necessário, uma vez que o aluno real presente no cotidiano das escolas públicas brasileiras, é um aluno que ao longo do processo de ensino sofreu discriminações em relação ao acesso e permanência no contexto escolar, em desrespeito às suas condições objetivas e subjetivas de vida. O mesmo é considerado mediante uma visão parcial e não de totalidade. Os conflitos e o agravamento da questão social que vivencia no cotidiano não são dignos de atenção, embora interfiram direta e indiretamente em seu desenvolvimento social e intelectual. Estes advêm de cenários envoltos por situações pessoais e/ou familiares de drogadição, desemprego, violências, miséria, analfabetismo, fome, enfim, de um contexto onde a questão dos direitos se corporifica em um sonho por apresentar-se distante da concretude da vida em sociedade.

Nos meios populares, as crianças, no mais freqüente das vezes, não têm o seu dia organizado em torno das atividades escolares, com acompanhamento regular nos deveres de casa e outras atividades extraclasse para reforçar e tornar mais rentável o currículo do aluno, conforme estratégias comuns aos estratos médios da população (NOGUEIRA, 1995 apud ZAGO, 2010, p. 24).

A consolidação das propostas educacionais em ações, se apresentam como um grande desafio para a Educação presente e futura, exigindo o reconhecimento de seus sujeitos em

inter-relação com um contexto mais amplo (família, comunidade, sociedade em geral), pertencentes a um sistema político-econômico por natureza contraditório. Somente com o desvendar dos fatos, transcendendo a aparência, é que a Educação brasileira terá a oportunidade de se fazer valer enquanto direito democrático, Política Pública Social, garantida a todos. Esse “todos” ainda na atualidade referencia “poucos”, a “minoria”; há a ânsia por este “todos” representar a “coletividade”. Enquanto isto não se materializa, a sociedade democrática não se consolida e a cidadania faz diferença apenas no papel.

CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Após a reflexão sobre as particularidades e os meandros da consolidação do sistema educacional brasileiro, adentraremos na temática do Serviço Social. Mais uma vez, a preocupação não será em realizar cronologicamente uma análise dos fatos, mas desvendar mediante os processos sócio-históricos, as especificidades de sua formação no Brasil e a partir de então, desenvolver correlações com o cenário educacional, identificando semelhanças, desafios, limites e possibilidades entre as áreas.

Novamente a história torna-se necessária para subsidiar a compreensão dos acontecimentos, que deve ultrapassar a aparência dos fatos e adentrar nas tramas do que é essência, daquilo que muitas vezes se apresenta velado aos nossos olhos e que é imbuído de sentidos e significados, capazes de interferir diretamente nos rumos de uma sociedade, de uma nação.

Ao reportar-se à história, há a referência aos homens e conseqüentemente às questões pertinentes à sociedade em relação com o tempo e espaço. Os homens enquanto sujeitos do processo sócio-histórico, são peça chave frente o modo de constituição e consolidação das sociedades nas instâncias política, econômica, ideológica, cultural e social. Por este motivo é que, quando a proposta é estudar assuntos pertinentes ao humano, torna-se impossível não realizar a busca pela análise contextualizada dos fatos, uma vez que somente ela possui condições de proporcionar o entendimento das relações e contradições da sociedade em sua totalidade.

Conforme as sociedades vão se desenvolvendo ao longo do percurso sócio-histórico, há a criação de necessidades humanas, sociais, políticas e econômicas que demandam ser supridas, por questões de própria sobrevivência e/ou sobrevivência do próprio meio de que fazemos parte. Tais necessidades são pautadas em ideologias, valores e costumes de uma época que por sua vez, fundamentam a intencionalidade de como tais questões serão atendidas, se contemplará preceitos individuais e/ou coletivos, beneficiará uma minoria ou uma maioria, destinará a grupos ou a sociedade como um todo, enfim, a quem irá servir e como isso se dará.

De acordo com os esclarecimentos anteriores, faz-se valer a premissa de que historicamente tanto a Educação quanto o Serviço Social se estabeleceram e se desenvolveram no cenário brasileiro, com vistas a responder às necessidades humanas que emergiram das relações sociais, políticas, econômicas e culturais oriundas de contextos específicos frente o processo de constituição do país. Desta forma, tanto a Educação quanto o Serviço Social nascem, se consolidam e caminham imbuídos de intencionalidade, que se

expressam de forma mais ou menos conservadora, mais ou menos revolucionária, conforme o desenrolar do percurso sócio-histórico.

3.1 Trajetória do Serviço Social - Aproximações com a Educação

A partir deste momento traremos à memória alguns fatos e fatores que marcaram o processo de consolidação do Serviço Social no Brasil, o que servirá para o entendimento das especificidades de sua constituição, bem como a compreensão dos ranços e avanços que caminham atrelados até a atualidade.

O Serviço Social surge no país bem depois da Educação enquanto processo de sistematização do ensino. A necessidade de seu estabelecimento correspondeu a um outro período histórico. Enquanto a Educação se instala no Brasil no período colonial correspondendo às necessidades de aculturação da população nativa por meio de ações dogmáticas e catequéticas, o Serviço Social, na realidade as ações sociais, começam a emergir por iniciativas de grupos independentes ao Estado, relacionados prioritariamente à Igreja, com a intenção de intervir junto às demandas sociais emergentes do final do século XIX e início do século XX, decorrentes dos conflitos e contradições do cenário político e econômico industrial que se consolidava no país. Se a Educação nasce a partir do interesse da Colônia, embora esse interesse tenha a intenção de propagar a cultura europeia para garantir os interesses coloniais (exploração econômica, dentre outros), as ações sociais em seu início partem de iniciativas extra-Estado, ou seja, nos primórdios não há a preocupação do Estado em intervir de forma direta diante do cenário social, relegando tal responsabilidade a organizações da sociedade civil, principalmente grupos vinculados à Igreja Católica, que começam a desenvolver ações de apaziguamento e interferência nos problemas sociais de forma benevolente e caritativa. Isso porque, ideologicamente, as problemáticas sociais não eram interpretadas como decorrentes das contradições do próprio sistema econômico-social que se instaurava (capitalista-industrial), mas advindas da incapacidade e incompetência individual das pessoas em se estabelecerem em tal sistema.

Enquanto a Educação se estabelece para incutir valores e ideais europeus e cristãos, as intervenções sociais se corporificam para responder às exigências políticas e econômicas de uma época, com vistas a conter qualquer ameaça à ordem capitalista-burguesa que se instaurava. O que há de comum entre ambas as áreas é que se originam diretamente relacionadas a preceitos religiosos e morais, que ditam valores do que é bom e mau, certo e errado, digno e não digno na sociedade. Esse fator se expressa marcante para as duas áreas,

pois, ideologicamente, ambas já nascem com uma função específica, que é de servir ao processo de consolidação de uma ordem hierárquica, com a concepção de que é natural a existência de senhores e escravos, burgueses e proletários e que as relações desiguais se estabeleçam.

Diante deste contexto, Iamamoto e Carvalho (1996, p. 129) mencionam que o processo de implantação do Serviço Social não se baseará em providências coercitivas por parte do Estado, surgindo,

[...] da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição.

Embora extensa, a citação dos autores é importante para ilustrar o quanto o processo de instalação do Serviço Social no país é contraditório. O mesmo é idealizado para trabalhar com um público, mas responde aos interesses de outro. Não foram as camadas populares que pleitearam a existência do Serviço Social, muito menos foram elas que reconheceram e viram a necessidade de seu surgimento. Ao contrário, se instaurou a serviço dos interesses das classes dominantes e hegemônicas no poder para minar potenciais de mobilização do proletariado frente o descontentamento e insatisfações com o modo de organização da vida em sociedade. Sob este aspecto identificamos mais um ponto em comum com a Educação: ambas não surgiram em decorrência de solicitações dos públicos alvo (usuários e alunos), e sim de terceiros. Assim, não foram legitimadas em seu surgimento pela demanda a quem se destinavam.

As questões levantadas direcionam a reflexão para o entendimento de que tanto a Educação como o Serviço Social se originam meio a contradições de ordem ideológica, política e técnico-operativa. Tais semelhanças e particularidades acompanharão o processo de desenvolvimento das duas áreas ao longo da história, interferindo diretamente no modo como se estruturarão as bases teórico-metodológicas e conseqüentemente a práxis. Talvez se

encontrem nestes fatores as respostas para o discurso corriqueiro que persegue ambas as áreas: “na prática a teoria é outra”.

Retomando os fatos pertinentes ao Serviço Social, cabe a lembrança de que o mesmo está diretamente relacionado à Questão Social, originária e evidente no modo de produção econômico-capitalista. As ações e/ou iniciativas pioneiras direcionadas ao enfrentamento de suas expressões na época (desemprego, ausência de moradia, enfermidades, pobreza, dentre outras), fundamentavam-se exclusivamente em bases curativas e repressoras, comandadas em geral por pessoas do sexo feminino vinculadas à Igreja.

Esse período representado pelas décadas de 1920 e 1930, caracterizou-se por profundas transformações no cenário político, econômico e social, que impulsionaram mudanças diversas no modo de gerir a vida. Evidencia-se neste cenário a sociedade subdividida em classes, não homogênea, de interesses antagônicos. Se expressa a contradição das relações estabelecidas, que hierarquicamente encontram sustentação no novo sistema.

Apesar dos embates na realidade social, o modelo capitalista-industrial de produção se sobrepõe ao agro-exportador, realizando suas exigências, determinações e ingerências. O trabalho se torna categoria fundante do atual sistema, porém não de forma a garantir a plenitude da vida do operariado, mas de forma a aliená-los, explorá-los em decorrência de sua mão-de-obra, que passa a ser considerada mais um produto de mercado passível de compra e venda, possibilitando relações exploratórias em função do lucro (jornadas extras, baixos salários, envolvimento de crianças e mulheres nas fábricas por baixo custo, dentre outros). O momento se torna frutífero ao desenvolvimento de organizações e movimentos populares, pleiteando garantias de sobrevivência ao Estado. Os motivos das reivindicações se diferem perante as causas, no entanto se identificam frente a busca por condições dignas de vida, que o desenvolvimento do capitalismo, com a priorização do capital em detrimento do humano, tornava impossível mediante o acirramento das desigualdades.

As ações sociais atreladas à Igreja, pautavam-se na filosofia neotomista. De acordo com Telles (apud GUEDES, 2001, p. 9, grifo do autor),

Doutrinas católicas, sobretudo a explicitada nas encíclicas *Rerum Novarum* (1881) e *Quadragesimo Anno* (1921), propunham o necessário envolvimento dos católicos com os problemas sociais advindos da questão social. Nessas propostas, ao referir-se, sobretudo, à exploração dos operários, as doutrinas explicitavam uma concepção de homem de inspiração neotomista. A partir dessa compreensão da Igreja e, também, da sugestão doutrinária com relação ao necessário retorno à filosofia de S. Tomás de Aquino (*Encíclica Aerteni Patris*, 1879), os primeiros assistentes sociais explicitavam uma filiação neotomista. Entendiam que o homem apresentava-se à

nossa razão como composto de *“corpo e alma [...] Ser social incompleto, utilizando-se da sociedade para o cumprimento de seu fim último.”*

As Encíclicas Papais difundiam a concepção de que as problemáticas sociais eram pertencentes à ordem moral individual e não à ordem social, política e econômica. Desta forma, a sociedade era compreendida como “[...] instância na qual o homem pode completar-se como pessoa humana.” (GUEDES, 2001, p. 10). O pensamento em questão não admitia qualquer ameaça e possibilidade de alteração na ordem social vigente e estabelecida.

Com o passar dos tempos, as ações desenvolvidas pela Igreja se mostraram insuficientes na contenção da rebelia dos trabalhadores e demais grupos sociais, uma vez que estes reconheceram e desenvolveram a consciência de que as mazelas às quais estavam expostos, não eram decorrência de problemas individuais de adaptação ao novo sistema, mas que elas eram próprias a ele e que independente de qualquer esforço pessoal, iria continuar atingindo a coletividade, desapropriando um grande contingente populacional do direito de estabelecer-se na sociedade mediante condições dignas e justas de sobrevivência.

Frente ao conturbado contexto, o Estado é chamado a posicionar-se, pressionado de um lado pela classe trabalhadora e de outro pela classe burguesa, que em decorrência das crescentes pressões, via seus interesses ameaçados (propriedade privada e processo de produção de riquezas).

Faz-se importante considerar nesse momento, as especificidades de formação do Estado brasileiro, que de uma forma ou de outra irá interferir no modo como se manifesta diante de tais questões. Behring e Boschetti (2008) retratam que o Estado nasce expressando distorções entre o público e privado, internalizando centros de decisão política e institucionalizando as elites dominantes. A ambiguidade do mesmo é evidente quando preza como fundamento formal o liberalismo e como prática o patrimonialismo. O liberalismo provocou no país certa especificidade em sua formação social, retratada pela heteronomia¹³ e dependência.

As autoras argumentam que tais especificidades dão um tom diferenciado ao cenário das primeiras iniciativas de intervenção social e/ou políticas sociais engendradas pelo Estado.

¹³ Heteronomia é um conceito criado por Kant, para justificar as leis que recebemos. Heteronomia é o contrário de autonomia, e é quando um indivíduo se sujeita à vontade de terceiros ou de uma coletividade. É um conceito básico do Estado de Direito, em que todos devem se submeter à vontade da lei. Heteronomia é uma palavra de origem grega. [...] A heteronomia significa que a sujeição às normas jurídicas não depende do livre arbítrio de quem ela está sujeito, é uma imposição exterior que decorre da sua natureza obrigatória. (HETERONOMIA, online).

A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho. É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937 – 1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres”, nos anos 1930. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 78-79).

Embora os propulsores da movimentação do Estado em prol das políticas sociais tenham sido os movimentos sociais representados no final do século XIX e início do século XX, os mesmos eram frágeis e despolitizados enquanto classe, o que facilitou ações por parte do Estado a fim de responder às exigências imediatas de sobrevivência do operariado, com vistas a garantia do trabalho e conseqüentemente do desenvolvimento industrial. Não houve de fato qualquer iniciativa com o intuito de melhoria de vida da população em respeito às condições humanas de sobrevivência, exceto a de garantir a produção e reprodução da força-de-trabalho.

Mediante a correlação de forças, o Estado prevê iniciativas políticas no âmbito social correspondentes à manutenção da ordem econômica capitalista, posicionando-se a favor dos interesses dominantes e de políticas relacionadas ao pleno desenvolvimento do mercado interno e externo.

Diversas ações começam a ser promovidas e estimuladas por parte do Estado, com apoio da Igreja e burguesia.

Isso reflete na particularidade de que as políticas sociais (priorizando as áreas da previdência e trabalho) são regulamentadas no país anteriormente aos direitos civis, ou seja, antes mesmo que a população tivesse reconhecido o seu direito de participar da vida política pública por meio do voto, sob co-responsabilidade da escolha dos governantes, de forma a reconhecer o princípio da democracia. Tal fato define um caráter específico sobre as políticas sociais, que passam a ser reconhecidas como atos benevolentes, pautadas em iniciativas assistencialistas e não incorporadas enquanto processo de desenvolvimento e exercício de cidadania, reconhecidas como direito. As medidas de intervenção no social passam a ser paliativas e emergenciais, sem nenhum propósito de interferir objetivamente nas causas das problemáticas sociais, que exigiria agir sobre o modo de produção econômico-social capitalista, questão fora de cogitação.

Em decorrência dos desdobramentos e proliferação das temáticas que demandavam as ações de intervenção social, a formação de pessoal especializado com preceitos teóricos e práticos para atuar diante de tais situações começa a ser cogitada em caráter de urgência. Em proveito da movimentação constitucionalista de 1932, de acordo com Martinelli (1995), há a criação do primeiro Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). O CEAS foi responsável por promover o primeiro curso destinado à formação de agentes sociais sob o nome de Curso Intensivo de Formação Social para Moças. Suas alunas pertenciam à classe burguesa paulista, vinculadas ou não a setores da Igreja, algumas já com experiências nas ações assistenciais. Neste período a formação em tais cursos exprimia status social, pois a promissora profissão era uma aposta para a inserção das mulheres da classe burguesa no mercado de trabalho.

Os passos iniciais de constituição do Serviço Social se mostram atrelados à burguesia e a doutrina religiosa, fator que também se aproxima da Educação, uma vez que em sua trajetória inicial as Escolas eram destinadas às elites, com o propósito de formação de pessoal intelectualizado para assumir postos específicos e cuidar do direcionamento do país. Ao nascer, o Serviço Social já possui suas finalidades demarcadas, correlacionadas ao caminhar do desenvolvimento político, econômico e social do país.

A identidade atribuída ao Serviço Social era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. Tal identidade era, portando especialmente útil para a burguesia, pois além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade. (MARTINELLI, 1995, p. 124).

A identidade profissional não foi algo construído mediante o processo de constituição e consolidação profissional, ela já foi pré-delineada antes mesmo que a profissão tomasse corpo. Este fator é de extrema importância para a compreensão das dificuldades e desafios que o Serviço Social encontra até a contemporaneidade na busca por sua identidade, o que o faz único perante as demais profissões, o que o difere diante de preceitos intrínsecos a sua atuação, enfim, em que bases teórico-filosóficas e técnicas se alicerça realmente ao longo de seu percurso histórico que justifiquem a sua existência.

A identidade atribuída não é algo que surtiu efeitos somente no Serviço Social. Tal acontecimento também se deu em outras áreas, em específico na Educação, questão que será tratada por relacionar-se a este estudo. A identidade assumida pela Educação ao longo de seu

desenvolvimento histórico é algo que infringe diretamente no modo de sua organização na sociedade, bem como na forma como desenvolveu e desenvolve suas ações. A Educação sistematizada também nasce para servir a interesses hegemônicos de sustentação de uma ordem social hierárquica. Assim como o Serviço Social, a Educação também se destina a grupos específicos: enquanto o primeiro surge para atender a classe marginalizada, a segunda surge para atender a elite. Embora com o fim único de garantir o pleno desenvolvimento da sociedade em prol dos dominantes, direcionam suas ações a pólos distintos. Não há a perspectiva de atendimento de todos. Outro aspecto é que os profissionais pioneiros de ambas as áreas eram demarcados pelo princípio cristão da vocação. Desprovidos de qualquer fundamentação política e científica, a assistência e o ato de educar caracterizam-se como um ato de amor.

O Estado Novo brasileiro (década de 1930/1940) representou tanto para o Serviço Social como para a Educação um período de grande desenvolvimento e incentivo estatal às ações para ambas as áreas em termos quantitativos, de criação de organismos e órgãos para dar sustentação a tais setores em relação à expansão de atendimento, no entanto em termos qualitativos, de percepção da sociedade como um todo, não houve avanços. As iniciativas políticas pautavam-se no controle e na repressão, sob posturas assistencialistas e populistas. É nesse espaço temporal que a profissão se insere na divisão social do trabalho sob um conjunto de atividades legalmente reconhecidas. (MARTINELLI, 1995, p. 129)

De acordo com Yamamoto e Carvalho (1996, p. 189), em 1936 realiza-se o primeiro curso “intensivo de Serviço Social” com duração de 03 meses.

Diante das propostas de centralizar o acompanhamento do trabalho desenvolvido na área social é criado em 1938 o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS atrelado ao Ministério da Educação e Saúde e instituída a organização nacional do Serviço Social como modalidade de serviço público.

Em 1941 é formada a primeira turma do curso regular promovido pela Escola Técnica de Serviço Social no contexto da realidade paulista.

No decorrer da década de 1940 surgem diversas escolas de serviço social nas capitais dos Estados, sendo que quatorze enviam representação ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1947. A maioria se formará sob a influência das duas primeiras, de origem católica, tendo em sua direção ex-alunas dessas escolas formadas sob o regime de bolsas de estudo. A implantação das mesmas obedecerá a processo semelhante ao de suas antecessoras de São Paulo e Rio de Janeiro, contando – como componente novo – com o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 190).

A proliferação das escolas de Serviço Social evidencia a necessidade crescente de formação de Assistentes Sociais, condicionada à demanda de trabalho que se instaurava progressivamente, em decorrência do acirramento e das diversas problemáticas sociais emergentes em tal período. A partir de então, a formação técnica-especializada passa a ser disponível a camadas da pequena burguesia urbana e não somente à classe média alta, visando suprir o déficit de profissionais.

As primeiras escolas brasileiras de Serviço Social e conseqüentemente seus cursos sofreram grande influência das escolas européias e norte-americanas, considerando que ambas iniciaram seu processo de desenvolvimento e consolidação bem antes ao do Brasil, uma vez que tais cenários foram precursores do desenvolvimento político-econômico capitalista. Assim, as evidências da questão social se expressaram anteriormente e a necessidade de intervenção também.

Martinelli (1995, p. 114-115) realiza algumas considerações quanto às duas vertentes, explicitando suas diferenciações fundamentais em relação às bases de fundamentação teórica e prática.

De acordo com a autora, a escola americana evidenciava uma interpretação reducionista da questão social, de forma a conceber as problemáticas sociais como disfunções pessoais e individuais, ou seja, problemas vinculados ao caráter, direcionando práticas sociais de abordagem individual, fundamentadas em conhecimentos científicos advindos da Psicologia, Psicanálise, Medicina, dentre outras.

Diferentemente do Serviço Social americano, o europeu compreendia que era necessário agir sobre a sociedade para que a mesma não se desorganizasse diante das pressões exercidas pelos indivíduos. Para tanto, fazia-se necessário conhecer melhor sua estrutura e seus problemas para poder agir sobre os mesmos. A fundamentação de tal vertente adveio das ciências sociais, com foco na sociologia, Economia e Pesquisa Social, cujos modelos de intervenção atingiam ao coletivo, por meio de trabalhos em grupo. As bases sociológicas fundamentadas no Positivismo (Augusto Comte) associadas a preceitos religiosos exprimiam o conservadorismo diante das ações sociais, destacando “[...] a dimensão do controle, da repressão e do ajustamento aos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa constituída.” (MARTINELLI, 1995, p. 116).

Espalhando-se por diversos países, a referência européia no trato da questão social se mostrou pioneira, seguida pela americana, não de forma separada e estanque, mas de forma a complementar os ideais e práticas mediante a intervenção social.

Em relação ao Brasil, há referência de que a influência européia foi predominante até meados dos anos 1940, quando posteriormente abre-se espaço para a vertente americana que já havia se aprimorado com propostas também no trabalho com grupos.

As Escolas de Serviço Social caracterizavam-se como um meio de garantir o preparo dos profissionais sob aspectos metódicos. Yamamoto e Carvalho (1996, p. 208-209) realizam a ressalva de que o Serviço Social difere da Ação Social: o primeiro “[...] remedia as deficiências dos indivíduos e das coletividades”; o segundo “[...] promove, a cada época e conforme suas necessidades, a adaptação e as transformações dos grupos existentes, e a criação dos que se tornarem necessários.”

A formalização dos conhecimentos e a possibilidade de formação técnica, transmitia à Instituição Escola uma perspectiva de amplo poder e responsabilidade na propagação ideológica e definição dos rumos da nação. Sob este vértice, o Serviço Social e a Educação se encontram entrelaçados no intuito de consolidar a política econômica social hierarquizada. Os objetivos de ambas as áreas comungam dos mesmos ideais.

Em 1942 destaca-se a fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), como organismo a apoiar o país no enfrentamento de questões associadas à sua participação na 2ª Guerra Mundial.

O acultramento também se faz presente nos traços de constituição do Serviço Social brasileiro. Mais uma vez a profissão não se estabeleceu contemplando a realidade e o contexto do país, mas adotando modelos externos como próprios e cabíveis diante de suas diversidades. Novamente reforçamos a importação dos preceitos europeus, dos valores, dos costumes, da forma de enfrentamento dos problemas sociais emergentes. Observa-se que não foi somente no período de colonização que o país pautou-se em referenciais da comunidade burguesa e européia. A importação de valores externos seja na política, na economia e/ou no social será uma premissa constante na trajetória histórica do país, que devido a sua condição de subalternidade e em processo de desenvolvimento mantida ao longo do tempo, irá buscar recursos (teórico-filosóficos e técnico-operativos) junto às nações desenvolvidas e com potencial para tal. Assim, nos tramites de seu suposto desenvolvimento, o país irá se aliar ideológica, política e economicamente a quem no momento histórico for referência, em consideração às necessidades e setores específicos. Justifica-se neste ponto, mais uma semelhança no cenário de constituição do Serviço Social e da Educação. As ações realizadas junto ao “cliente” para o Serviço Social e ao “aluno” para a Educação, cada qual em momentos históricos específicos, remetem a intervenções remediadoras, com uma visão parcial e individualizada de suas problemáticas, com uma concepção curativa frente a suas

questões que devem ser sanadas a qualquer custo, caso contrário, ficam relegados à marginalidade social devido a desvios pessoais por não se adaptarem ao meio, ou seja, à sociedade.

De acordo com Yamamoto e Carvalho (1996, p. 219),

O projeto teórico – e as práticas incipientes desenvolvidas – dos Assistentes Sociais orienta-se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para a sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho.

Sob estes traços, o Serviço Social vai se constituindo enquanto profissão, consolidando-se na sociedade capitalista, meio ao respaldo das legislações sociais e das organizações públicas e privadas. O Estado em decorrência de suas iniciativas de enfrentamento à questão social, passa a ser um dos maiores empregadores da profissão nas áreas da assistência, saúde e previdência, dentre outras, situação esta que sofrerá alterações no caminhar dos fatos, assim como também aconteceu na Educação ao longo dos tempos.

Conforme pontuado no primeiro capítulo, neste período destacam-se a criação das instituições escolares vinculadas ao empresariado, tais como Senai, Sesi, entre outras, como forma de garantir a formação técnica exigida pelas empresas com o desenvolvimento setor industrial. O empresariado começa a ser cobrado pelo Estado a envolver-se com a formação técnica do operariado, conseqüentemente a envolver-se no processo de mão-de-obra qualificada para o mercado. Poder-se ia dizer que este fator representa um indício do processo de descentralização democrática de poder no trato da formação profissional, no entanto o que aconteceu desde já foi a transferência da responsabilidade de formação técnica ao setor empresarial, permanecendo o Estado com o dever da formação intelectualizada no processo de trabalho. Evidencia-se o início da divisão de responsabilidades no trato das políticas relacionadas ao trabalho. Sob o aspecto da profissão, representou a abertura de campos de atuação, passando os Assistentes sociais também a serem contratados pelo setor empresarial. “A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas.”(IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 79-80).

O contexto demonstra fragilidades do Estado em relação ao seu aparato de enfrentamento da questão social, que acelerava em extensão e complexidade na medida em que se expandia a sociedade industrial capitalista. Apesar de Estados e políticas repressoras, a movimentação social caminhou na direção da percepção das contradições e conflitos do

sistema que compunham, onde as desigualdades sociais se agravavam e com elas a insatisfação dos grupos minoritários, que no cotidiano não usufruíam em sua plenitude de direitos básicos capazes de garantir uma vida digna e sim uma sobrevivência às migalhas.

Em 1946 cria-se a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), após 10 anos de existência do primeiro curso de Serviço Social ministrado pela PUC-SP.

Avançando um pouco na cronologia dos acontecimentos, as décadas de 1960/1970 evidenciam progressos em relação ao posicionamento do Serviço Social enquanto categoria profissional, expressando proposições dos profissionais críticos frente a necessidade de alterações nas bases de fundamentação teórico-filosóficas, bem como técnico-metodológicas. Foi nesse espaço temporal, mais precisamente em 1964 que ocorreu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, impulsionado por reflexões, questionamentos e posicionamentos contrários às posturas funcionalistas – positivistas que acompanhavam a profissão desde o seu início. As expressões da questão social fugiram ao controle em tal proporção que os profissionais que atuavam juntamente a elas, perceberam a inadequação de suas práticas, bem como a superficialidade das análises diante da diversidade e complexidade das problemáticas inerentes à realidade social. As profissionais pioneiras sentiam no cotidiano de suas intervenções a urgência de uma visão crítica dos acontecimentos da realidade social, que superasse a perspectiva fragmentada, parcializada e individualizada de análise, expressando de acordo com Martinelli a (1995) “[...] recusa pela identidade atribuída e o rompimento com a alienação.” Este movimento marcou história, porque a profissão enquanto classe trabalhadora rompe com preceitos tradicionais e conservadores, em busca de uma atuação prática e ideológica que contemplasse as transformações da sociedade, sua movimentação e suas contraditoriedades. Neste cenário, há a apropriação da emergente corrente teórico-filosófica marxista, por compreender que a mesma oferecia subsídios para uma análise da realidade em sua totalidade, de forma crítica.

Paulo Netto (1991) considera que o Serviço Social no Brasil pós-64 perpassa por três momentos de ruptura com o projeto de trabalho tradicional. O primeiro fundamenta-se pela influência althusseriana¹⁴, que proporcionou uma leitura estreita, baseada no movimento estrutural da sociedade, impedindo a percepção das contradições que permeavam as relações sociais, resultando em uma visão distorcida do trabalho social com indivíduos e grupos, acreditando que este reproduzia a ordem capitalista e promovia a manutenção do *status quo*. Esse período se referencia pela negação do trabalho institucional, ilegítimo a ação

¹⁴ Louis Althusser – filósofo Francês.

profissional: buscava-se o espaço popular e comunitário, enfatizando-se a conscientização da população, a preparação para a militância política e político-partidária como forma de construção da luta contra a classe dominante e o modo de produção capitalista, o que resultou em muitas perdas de espaços profissionais. O segundo sobressai ao anterior com o marxismo acadêmico predominante e o retorno aos clássicos, ou seja, buscando fundamentar-se nas fontes originais, percebendo e valorizando a historicidade. O terceiro seria definido pela tradição materialista dialética como referencial de análise profissional da realidade. Tal referencial concebe a visão de totalidade, o que permite compreender o funcionamento da sociedade capitalista nas suas inter-relações, refletindo sobre uma prática coerente com intencionalidade e compromisso com a classe trabalhadora.

Assim como o Serviço Social, a Educação também apresentou em seu momento histórico específico, uma fase de repensar as suas bases técnicas-operativas, por meio de um movimento de auto-análise em relação a suas propostas e finalidades na sociedade capitalista. Se no Serviço Social tal acontecimento ocorreu por meio do Movimento de Reconceituação (Documentos de Araxá -1967, Teresópolis -1970 e Sumaré -1978)¹⁵, na Educação expressou-se pelo Movimento Escolanovista (Manifesto dos Pioneiros)¹⁶. Ambas as áreas construíram avanços no que se refere à fundamentação ideológica do pensar e agir profissional, no entanto, devido a desafios expressos pela estrutura social, pouco se progrediu em relação às ações/práticas democráticas. Outro fator que merece atenção é que tanto no Serviço Social quanto na Educação, a ideologia progressista e crítica não atingiu as categorias profissionais em sua totalidade. As teorias revolucionárias, como norte de atuação, não foram absorvidas pelas categorias como um todo. Apesar da existência de legislações que afirmem tais ideais, no cotidiano as práticas profissionais expressam conservadorismo e tradicionalismo. Tais questões não foram ultrapassadas, ainda persistem atreladas às profissões.

Em 1979 a ABESS transforma-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social e na década de 1980 é criado o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social (CEDEPSS). Na segunda metade da década de 1990 a ABESS transforma-se em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A ABEPSS fundamenta-se na

[...] defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa

¹⁵ Os documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré são resultantes de Seminários que envolveram a categoria profissional no processo de discussões e proposições, em relação a fundamentação teórico-filosófica e técnico-operativa do Serviço Social. (PAULO NETTO, 1991).

¹⁶ Questão aprofundada no Capítulo 2.

no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista *Temporalis*. (ABEPSS, online).

O trabalho do Assistente Social em termos político-ideológicos ultrapassa as barreiras do assistencial, da benesse, da caridade, em recusa a prática profissional por vocação. A atuação profissional demanda conhecimentos técnicos e filosóficos que respondam às necessidades do cotidiano profissional. O homem passa a ser visto como sujeito da história e não mais objeto.

O Serviço Social passa a atuar ciente das correlações de forças existentes na sociedade. Não se pré-dispõe mais a serviço exclusivo das classes dominantes, passa a assumir compromissos com a classe dominada, o que expressa seu processo de hegemonia/contra-hegemonia.

A Constituição Federal de 1988 (CF), conforme já tivemos a oportunidade de referenciar no 2º Capítulo, significou para a sociedade brasileira, grandes avanços em relação à organização e definição das Políticas Públicas. Estas, em especial as Políticas Públicas Sociais, vão se caracterizar como principal espaço de atuação profissional no final do século XX e início do século XXI. O texto constitucional institui o Sistema de Seguridade Social como baliza da *Ordem Social*, fundamentado no tripé Saúde, Previdência e Assistência, compondo juntamente às demais políticas o sistema de proteção social brasileiro. As Políticas da Seguridade Social possuem critérios específicos de acesso (Simões, 2009): o da saúde é universalizante (atende a todas as pessoas), o da previdência é contributivo (atende àqueles que contribuem com o sistema previdenciário) e o da Assistência é condicional, atendendo a quem dela necessitar (condicionada a avaliações das condições objetivas e subjetivas de vida de sua demanda). Embora prevista na CF de 1988, a regulamentação da Política de Assistência Social só veio a se consolidar no final de 1993, por meio da Lei 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que definia suas bases de organização e funcionamento, estabelecendo referenciais de atendimento à sociedade na forma de benefícios, serviços ou ações, serviços e atividades especificados nos artigos 1º e 2º, que prevêm assegurar à população usuária a satisfação das necessidades básicas por meio da garantia dos mínimos sociais (BRASIL, 1993a, online). Observa-se que ao prever a garantia dos mínimos, no cotidiano a política se distancia do ideal e do que contemplaria as necessidades de sua demanda. Os mínimos sociais refletem concepções de pobreza focalizadas nos ditames da pobreza absoluta, que restringe as necessidades humanas, buscando garantir em condições mínimas a sobrevivência da população.

Ressalta-se que no mês de junho deste mesmo ano, por meio da Lei 8.622 (BRASIL, 1993b, online), regulamentava-se a Profissão do Assistente Social, estabelecendo um Projeto ético-político de atuação profissional, que expressa o compromisso com a classe trabalhadora.

A proposta constitucional da gestão da política nacional de Assistência Social efetivou-se somente em 2004 com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), respaldado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Assistência Social. O SUAS busca garantir a proteção social, a vigilância social e a defesa social e institucional. Conforme a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p.25), a proposta de proteção social pauta-se na garantia das seguranças de sobrevivência, de acolhida e convívio ou vivência familiar; a vigilância social refere-se ao desenvolvimento por parte do Estado de estratégias de gestão e diagnósticos visando identificar as formas de vulnerabilidade social da população nos territórios e a defesa social e institucional fundamenta-se na garantia aos usuários do acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais¹⁷ e sua defesa. A integralidade da política de assistência social entre as instâncias governamentais de nível municipal, estadual e federal e, a atuação junto às demais políticas sociais apresentam-se como um dos principais objetivos do SUAS, com vistas a atender na completude as necessidades da população.

De acordo com Yamamoto (1999), as propostas de reformas do Estado em relação ao neoliberalismo e à globalização entram em conflito com os avanços e conquistas sociais expressos na CF de 1988.

Os princípios da privatização, descentralização e focalização direcionam as ações no campo das políticas sociais públicas. O campo da seguridade social sofre uma clara cisão, uma vez que apenas a Previdência Social Básica permanece como atividade exclusiva do Estado, enquanto o horizonte da educação e saúde é o da privatização, ou melhor, da “publicização” sujeitas à regulação do mercado, ainda que subsidiadas pelo fundo público. (IAMAMOTO, 1999, p. 122-123).

Adentrando no século XXI, as políticas sociais representam nitidamente o processo contraditório que as compõem, pois tanto ideologicamente como através de seus recursos e equipamentos de implementação, expressam a correlação de forças e a divergência de interesses. A questão da descentralização longe de estabelecer mecanismos de participação democrática no trato das políticas sociais, representa o afastamento do Estado de suas

¹⁷ Os direitos socioassistenciais a serem garantidos na operacionalização do SUAS são: Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos; Direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade; Direito a informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivências de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas; Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses; Direito do usuário a oferta qualificada de serviço; Direito a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p. 34).

responsabilidades diretas para com tais políticas, envolvendo novamente a sociedade na figura de instituições sociais e do Terceiro Setor, no provimento do atendimento às expressões da Questão Social, que na atualidade assumem outras configurações em decorrência dos avanços tecnológicos, da globalização e da internacionalização da economia, diferentemente da fase inicial de consolidação da política industrial-capitalista.

[...] a trajetória recente das políticas sociais brasileiras, profundamente conectadas à política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal, enveredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988. Essa escolha da política econômica, conjugada àquele perfil da política social, teve impactos deletérios na sociedade brasileira, radicalizando e dramatizando as expressões objetivas da questão social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 184).

As políticas públicas sociais caminham para a desvalorização e desregulamentação dos direitos, de modo que esta perspectiva se torna uma ameaça às garantias individuais e coletivas prescritas na CF de 1988. Condiçionadas às políticas de mercado, participam da lógica mercadológica, que estimula a sociedade a consumir tais políticas alicerçadas no discurso da melhor-qualidade, em desprezo aos direitos adquiridos, má-qualidade. Com isso, mais uma vez sobre um processo de alienação, a sociedade compartilha dos interesses do Estado Neoliberal, colaborando para a legitimação de sua desresponsabilização na atenção às problemáticas sociais.

A conjuntura histórica brasileira nos remete a buscar a compreensão dialética dos fatos, reconhecendo que não há trajetória linear frente sua constituição, mas avanços e resistências em conformidade com as relações de disputa e poder presentes na sociedade. Tanto no Serviço Social como na Educação, muito se caminhou ao observamos seus momentos iniciais, no entanto, muito ainda temos que caminhar em consequência da movimentação própria da realidade. Reportando-se a Saviani (1981), realmente se faz impossível construir qualquer processo de fato democrático e emancipatório, sem que as bases de sustentação da sociedade também o sejam. Ainda temos muito a fazer, a história nos aguarda. Olhar para além de nossas áreas específicas de atuação, é algo urgente diante da complexidade das demandas da realidade humana e social, em prol da consolidação de uma sociedade que perceba seus sujeitos na práxis em sua diversidade e totalidade, para que também se contemple como diversa e total. Ademais, a categoria trabalho que se apresenta como temática transversal a todas as áreas do conhecimento, no Serviço Social e na Educação, mesmo expressa na sociedade capitalista como forma de alienação e dominação

por meio da relação capital x trabalho de acordo com a visão marxista, torna-se um instrumento único do ser humano frente sua relação com o concreto, o real. Esta especificidade possibilita aos profissionais a vivência dos processos contraditórios inerentes às relações de trabalho na sociedade e por meio de uma abordagem dialética do cotidiano, é capaz de impulsionar transformações na realidade social.

3.2 Inserção do Serviço Social na Política Social de Educação – Especificidades da Dimensão Sócio-educativa

Chegamos neste momento com a compreensão de que a Educação é algo que perpassa as relações humanas, inter-relacionada a contextos sócio-econômicos, políticos e sociais. Ela faz parte da vida em sociedade e em uma concepção ampla extrapola a educação escolarizada, institucionalizada e/ou sistematizada. Diante da complexidade do real, manifesta-se como um ato político, através do qual ficam evidentes os seus compromissos mediante processos de construção e consolidação de ideologias e da cultura, correspondentes às relações de forças e de poder dominantes, em consonância com o desenrolar da história.

O fato dela se desenvolver também nos cenários extra-escolares, obviamente com formas e propósitos diferentes, materializa um campo aberto para a atuação de diversos setores e áreas. O que se faz necessário evidenciar é que a Educação em sua totalidade não é competência somente da Escola, ela pertence à sociedade, portanto se consolida nas diversas relações que o homem estabelece com a mesma.

Retomar tais apontamentos se faz necessário para o entendimento das correlações existentes entre o Serviço Social e a Educação, sob a ótica da particularidade política. Ambas as áreas possuem o potencial de exercer por meio da práxis, atos e ações de cunho político, uma vez que as mesmas são imbuídas de ideologias e visões de mundo que contribuem para a formação social da humanidade e conseqüentemente da sociedade. Desta forma, detêm o poder de articular perante a realidade social, movimentos a favor da emancipação humana e social baseada em princípios democráticos ou movimentos a favor do aprisionamento humano nas relações hierárquicas e desiguais naturalizadas no meio social.

É sob esta conotação de atuação política que o Serviço Social exprime a sua dimensão educativa. Cabe a ressalva de que tal dimensão não é especificidade exclusiva do Serviço Social, ao contrário, compõe o cenário de diversas áreas, uma vez que no âmbito da sociedade, todas contribuem de forma mais direta ou indireta para a propagação de ideais, valores e verdades frente o processo de consolidação político-ideológico de uma nação.

De acordo com Torres, a perspectiva sócio-educativa tem se fortalecido como característica da intervenção do Serviço Social desde os anos de 1980. Para a autora, o trabalho sócio-educativo instaura-se,

[...] tendo como referência às relações de saber e poder presentes na sociedade e “reproduzidas” no espaço organizacional. O usuário é identificado como um dos protagonistas do processo interventivo e não como um receptor dos serviços estabelecidos previamente pelo poder público ou mesmo pelas organizações nas quais o assistente social é contratado. Caracteriza-se por consolidar a visão da educação popular, em que o profissional atua tomando como referência os modos de vida da população usuária, possibilitando a realização de uma prática crítica, que se configura na sua concreticidade, criticidade e teleologia. (TORRES, 2009, p. 221-222).

A referência à dimensão sócio-educativa do Serviço Social aparece explícita no Código de Ética Profissional, regulamentado em 1993, no tocante à definição do Projeto Ético-Político Profissional, que estabelece à categoria de forma homogênea a opção e o compromisso ético e político para com a classe trabalhadora e menos favorecidas na sociedade, em rompimento a neutralidade profissional. A partir deste ponto, a profissão enquanto classe, define sob bases teórico-ideológicas a quem irá servir e para quê. Sob este ângulo, passa a servir a minoria, ou seja, os grupos marginalizados socialmente frente às diversas expressões da questão social em prol do exercício da cidadania e da construção de uma sociedade de bases democráticas, que priorize a liberdade e a equidade. De acordo com Paiva, Netto, Barroco, Silva e Sales (2005, p. 163), a democracia passa a ser considerada para a categoria profissional como um valor ético-político central, pois somente por meio dela a liberdade e a equidade poderiam ser atingidas.

Desta forma, a dimensão sócio-educativa da profissão se alicerça sobre referenciais teórico-ideológicos, que exigem para a sua aplicabilidade coerência com os referenciais técnico-operativos. Para sair do abstrato e atingir o concreto, a dimensão sócio-educativa deve ultrapassar as barreiras da implementação de ações e propostas profissionais, questão desafiadora que acompanha a profissão ao longo dos tempos.

Em observação as considerações de Oliveira e Elias (2008, p. 62), a dimensão sócio-educativa remete,

[...] à existência de um processo educativo no interior da prática profissional do Serviço Social, que está fundamentado na questão social, ou seja, uma prática social e educativa (sócio-educativa) que se faz necessária em decorrência das manifestações das desigualdades sociais emergentes da luta de classes entre burguesia e proletariado.

Apesar de sustentar-se em um discurso de atuação profissional de bases críticas, no cotidiano, perante o jogo das relações de forças estabelecido na sociedade, a dimensão sócio-educativa profissional possui dificuldades de materializar-se enquanto propulsora de consciência coletiva, bem como instigadora de possibilidades de transformação social. Isto porque, tal dimensão não se encontra alheia às condições objetivas e subjetivas do desenvolvimento da sociedade, que responde a uma lógica determinada em coerência aos momentos históricos. Sendo assim, a dimensão sócio-educativa em expressão do compromisso ético-político profissional atua em oposição ao direcionamento do contexto contemporâneo, que nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais encontram-se regidos pela lógica do capital, alicerçada nos princípios neoliberais das relações de mercado, que têm provocado alterações profundas nas relações do homem com a sociedade, contribuindo para a construção de um cenário de desregulamentação de políticas e ausência de direitos. O coletivo se enfraquece diante da era do individual e do individualismo, exemplificada pelo jargão “salve-se quem puder.” Para Montaña (2006, p. 5, grifo do autor), o cenário contemporâneo traz diversas inflexões para a profissão, que interferem diretamente em relação a:

[...] 1) em sua *condição de trabalhador* – aumentando o desemprego profissional, precarizando o vínculo trabalhista, levando a uma tendência à “desprofissionalização”; 2) em sua *demanda direta e indireta* – aumentando e diversificando as manifestações da “questão social” enfrentadas pelo assistente; e 3) em sua *prática de campo* – reduzindo os recursos para implementar serviços sociais; demandando o “tarefismo” ou o “ativismo” que subordina a qualidade do atendimento à quantidade; com a “desuniversalização” das políticas sociais, atuando o assistente social em micro-espacos; com tendência à “filantropização” e ao “assistencialismo” e, inclusive, à “mercantilização” dos serviços sociais (retirando-lhes a dimensão de direito de cidadania).

Caracterizando-se ao Serviço Social como imprescindível em relação ao desenvolvimento da práxis, a dimensão sócio-educativa perpassa todos os campos profissionais, em posição de enfrentamento aos desafios internos e externos de atuação. Seja na área jurídica, na saúde, na assistência, na previdência, na educação, dentre outras, se expressa com uma função primordial junto a demanda de atendimento, instituição/organização contratante e sociedade em geral. Nos diversos espaços, enfrenta o desafio de mobilizar o coletivo em prol da emancipação política, humana e social.

Sob este aspecto, esclarece-se que a dimensão sócio-educativa profissional não é atribuição somente do Assistente Social que atua ou poderá vir a atuar na Política de Educação, questão que expressa muitas distorções de entendimento. Ela acompanhará o Assistente Social aonde estiver, independente da área de atuação, pois está intrinsecamente

relacionada ao Projeto Ético-político profissional, que conforme já visto, representa os ideais de uma categoria.

Após alguns esclarecimentos de ordem teórico-prática, necessários ao prosseguimento deste estudo científico, a discussão será direcionada em torno da atuação profissional do Assistente Social na Política Social de Educação brasileira.

A Política de Educação, tais como as demais políticas, representam no país a correlação de forças existente entre interesses divergentes, presentes em uma mesma sociedade. Por este motivo, apesar do povo ter sido respaldado com diversas garantias que se configuraram direitos na CF de 1988, no cotidiano as Políticas representam um cenário contraditório, com desafios de implementação que atingem desde o acesso até sua efetividade democrática.

A sociedade contemporânea em atenção a suas recentes configurações de âmbito global, neoliberal e capitalista, redefinem as relações do homem em sociedade e exprimem modificações no contexto das Políticas Públicas e Sociais. Tais modificações assumem um caráter político e ideológico, bem como técnico-operativo e exibem um cenário de afastamento do Estado diante de suas responsabilidades para com tais políticas por meio de um discurso legitimado de descentralização político-administrativa. Distante da lógica de participação democrática da população no gerenciamento, implementação e controle social, a carruagem caminha para o desmantelamento e a fragilização de direitos, fundamentados no discurso das privatizações. Hoje, as Políticas Públicas Sociais em sua maioria, se encontram estabelecidas mediante a prestação de serviços públicos e privados, que se estabelecem sob critérios seletivos e discriminatórios de acesso, condicionados ao prisma mercadológico.

Se considerarmos que as Políticas Sociais se mantiveram no decorrer da história brasileira em um processo dialético de avanços e retrocessos, podemos caracterizar este momento sob a ótica desta última perspectiva. A garantia legal de tais políticas não significa que no cotidiano as mesmas contemplem as reais necessidades da população demandatória e nem que atinjam em sua complexidade as problemáticas evidentes da vida em sociedade. Pode-se dizer que estão no mérito da superficialidade, do “faz de conta”, reportando-se ao seu passado, a fim de cumprir sua função de conter as insatisfações populares resultantes da vivência das contradições do próprio sistema político, econômico e social capitalista.

Além dos desafios de se manter como direito privilegiando princípios de igualdade e justiça na sociedade contemporânea, as Políticas Sociais se deparam também com a dificuldade de responder às diversas e atuais expressões da Questão Social, que exigem diferentes posturas e posicionamentos por parte do Estado e sociedade em geral.

As Políticas Sociais assumem a difícil tarefa de responder às particularidades das problemáticas sociais em atenção à amplitude e complexidade que expressam na atualidade, coerente a sua identidade contraditória, mostrando-se simultaneamente positiva e negativa, beneficiando interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. (PEREIRA, 2009, p. 166).

A Questão Social hoje se expressa fundamentada no acirramento das desigualdades sociais, que expõem o ser humano a condições extremas de exploração e ultrapassam a ordem material, atingindo também o modo de gestão da vida em sua subjetividade. Identifica-se a polarização da sociedade entre aqueles que detêm muito e aqueles que detêm nada ou quase nada; aqueles que detêm o conhecimento tecnológico e aqueles que pouco ou não detêm; aqueles que participam do mundo globalizado e internacionalizado nas relações de consumo e aqueles que não participam; aqueles que usufruem do cenário das informações de base micro-eletrônicas e aqueles que não usufruem, dentre outros. Tais situações delineiam diferenciações da conjuntura dos problemas sociais observados na fase pré-industrial.

Participamos de um momento histórico onde além das relações sociais, as humanas também se encontram fragilizadas, onde as diversas formas de violência (física, social, psicológica, dentre outras) se fazem presente, onde o narcotráfico se estabelece na sociedade em amplas dimensões, onde caminhamos para a construção de um novo exército de mão-de-obra de reserva, agora composto também por profissionais que possuem formação técnica ou de nível superior, onde nos transformamos em máquinas para o mercado de trabalho e como tal temos uma vida útil curta, servindo aos interesses do capital até a meia idade para posteriormente aglutinar os quadros dos desempregados, que não incluem somente os preguiçosos ou vagabundos, conforme eram caracterizados no início do século XIX, mas àqueles pertencentes em geral às idades acima dos 40 anos. Este ritmo acelerado e desumano que têm permeado a vida no final do século XX e início do século XXI tem contribuído para a degradação humana não só no social, mas também em termos de adoecimento físico, psíquico e mental. A sujeição às mais variadas formas de exploração, identificam um cenário onde as classes menos favorecidas encontram-se cada vez mais fragilizadas em relação ao seu poder de mobilização e uma minoria continua à exercê-lo de forma autoritária e arbitrária, sob preceitos que não atendem ao todo.

Desta forma, não há possibilidade de agir efetivamente sobre as expressões da Questão Social contemporânea, na ausência de um ideário político, que preconize alterações na ordem societária. Caso contrário, a atuação será pautada no apaziguamento das mazelas sociais,

colocando panos-quentes nos momentos de crise, impedindo que esta se consolide como possibilidade de mudança por meio de um processo dialético.

Há autores que trabalham na perspectiva de estarmos vivendo em um contexto propício para revoluções. A Questão Social se apresenta evidente aos olhos da sociedade como um todo, não se sustentando mais em discursos positivados da realidade social que concebem suas expressões como naturais à sociedade e/ou de responsabilidade individual das pessoas.

Sob este contexto, tanto o Serviço Social como a Educação, encontram-se em um momento oportuno na história de desenvolvimento do país, onde suas particularidades de atuação política no processo de construção da cultura, os legitima diante da responsabilidade de promover nos espaços em que atuam, condições para que a população compreenda suas realidades no âmbito da consciência crítica, que se percebam nas diversas relações enquanto sujeitos de direitos e não objetos.

A Escola enquanto instituição de referência da Educação sistematizada, se encontra no atual contexto impossibilitada a atuar somente frente sua função específica de estímulo e propagação de conhecimentos. Há a exigência que seu olhar se amplie para além das especificidades do ensino técnico-informativo, que possibilite o atendimento de seu público na relação com a sociedade diante de sua complexidade. O educador (professor) no cotidiano de suas relações profissionais intra-escola é chamado a trabalhar em suas propostas pedagógicas, as múltiplas expressões da Questão Social que atingem de forma direta e/ou indireta seus alunos. Sem tal condição, a educação escolar não estabelece sentidos para seus alunos, persistindo na incoerência da idealização dos mesmos, contrária a realidade dos sujeitos que compõem a escola pública.

De acordo com observações de Ney Almeida (2010, p. 2),

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a negação da profissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social.

Considerando tais representações da Questão Social no cenário escolar, fica evidente que não cabem exclusivamente à Escola, as ações de enfrentamento e atuação diante dessas problemáticas. A Política Educacional deve estar intimamente relacionada às demais políticas públicas e sociais, para responder às demandas emergentes, na consolidação de um sistema de proteção social que se encontre com as necessidades e os direitos da sociedade como um todo. A Educação se configura como um espaço interdisciplinar que deve oportunizar o diálogo de seus sujeitos com a própria realidade.

De acordo com material divulgado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e CRESS,

A escola pública, nas últimas décadas, tem assumido um papel significativo no contexto das classes trabalhadoras, sendo desafiada cada vez mais em articular conhecimento (que é trabalhado no contexto escolar) com a realidade social (problemas e/ou necessidades sociais) com a necessidade de instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade. (CFESS/CRESS, 2001, p. 12).

Os desafios que se estabelecem para a instituição escolar na contemporaneidade têm exigido uma maior abertura a outras áreas do conhecimento, bem como a sua articulação extra-muros, envolvendo as famílias dos alunos, a comunidade, as organizações públicas e privadas que compõem o leque de recursos políticos, econômicos, culturais e sociais em uma dada realidade, visto a atuar conjuntamente frente diversas situações presentes em seu contexto.

Tal cenário tem contribuído para vivificar as discussões e reflexões em torno da atuação do Serviço Social na Política de Educação na atualidade. Apesar de ter atingido abrangência nacional nos últimos anos, desde longa data a temática se faz presente no âmbito da profissão. De acordo com Piana (2008, p. 119), as referências históricas indicam para a existência de Assistentes Sociais no cenário escolar já em 1946, de modo que as primeiras experiências se estabeleceram nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Neste período, também caracterizado como a fase inicial de constituição da Profissão, as atuações profissionais respondiam à lógica burguesa de princípios religiosos, com a finalidade de ajustar os indivíduos ao meio, ou seja, contribuir para que os alunos se adequassem ao modelo educacional vigente, evitando qualquer forma de desordem e/ou oposição. Mesmo com experiências importantes na área, não houve homogeneidade em sua propagação, uma vez que a atuação em tal área não se expandiu no país como um todo e sim em experiências isoladas e/ou desarticuladas. Talvez este fato se dê devido às condições de estabelecimento da própria instituição Escola que tradicionalmente em sua constituição, se consolida pela figura do

educador/professor, não aberta a demais profissões, por considerar-se legítima no que compete a apropriação e difusão de conhecimentos, reinando única em tal espaço.

O que ocorre na realidade contemporânea é um debate em prol da atuação profissional na Política de Educação, impulsionado prioritariamente por movimentos internos à categoria profissional. Em termos legais, o país conta com diversas iniciativas para a regulamentação da atuação do Assistente Social nas Escolas Públicas, no entanto não há até o presente momento nenhuma legislação que respalde tal prática profissional em nível nacional. O que se apresenta, são experiências não regulamentadas ou regulamentadas por meio de legislações de estados e/ou municípios específicos.

Em nota divulgada on-line pelo CFESS em 29/06/2012, verifica-se avanços rumo a regulamentação da inserção do Assistente Social na Política de Educação no país. A categoria tem exercido pressões por meio de participações na câmara dos deputados, bem como através de organizações de eventos, fomentando discussões em prol da vigoração do Projeto de Lei 3.688/2000 que trata da inserção dos profissionais de Serviço Social e de Psicologia nas escolas públicas de educação básica. De acordo com o CFESS, na data de 25/06/2012,

[...] a presidente Dilma Roussef sancionou a lei 12.677/2012, que “dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino”. A lei cria 77.178 cargos efetivos, de direção e funções gratificadas para o Ministério da Educação (MEC). As vagas, divididas entre diversas especialidades e categorias profissionais, serão divididas entre os institutos federais de ensino e às universidades federais de todo o Brasil, e serão preenchidas por meio de concursos públicos que ainda não têm previsão de lançamento. Cabe destacar que, desse total, a lei prevê 589 vagas para assistentes sociais. (CFESS/GT, 2011, online).

A aprovação da referida lei confere em nível político a representação da legitimidade da presença dos Assistentes Sociais na Política Nacional de Educação. Caracteriza-se como um passo importante de conquista de espaço profissional, bem como conquista na ordem ideológica do país. No entanto, vale a lembrança de que as relações entre Serviço Social e Políticas Sociais sempre se manifestaram de forma conflituosa e contraditória frente à garantia de direitos da população, expressando a correlação de forças entre interesses opostos. Por esta herança histórica, há que se ampliar os olhares para além das aparências e compreender no cenário educacional quais são os reais desdobramentos de tais concessões e conquistas.

A atuação do Assistente Social na Política Social de Educação em decorrência de sua função política, representa muito mais que a conquista e/ou ampliação de espaços

profissionais. A presença em tais cenários se justifica mediante o processo de implementação de tal Política, com a possibilidade de exercer um papel fundamental na área de gestão e projetos sociais vinculados a comunidade escolar (diretores, professores/educadores, alunos, funcionários em geral) e extra-escolar (família, comunidade do entorno da escola, recursos e equipamentos sócio-assistenciais, articulação com as demais políticas públicas sociais, dentre, outros).

O papel a ser desempenhado pelos Assistentes Sociais no ambiente escolar se difere do exercido pelos professores/educadores em sala de aula. Apesar do trabalho profissional de ambos ser pautado em propósitos políticos com objetivos semelhantes frente a construção de uma sociedade pautada em valores éticos, humanos e de cidadania, as atuações se diferem em relação a prática teórico-metodológica. Desta forma, não há possibilidade do profissional de Serviço Social entrar em atrito com os educadores/professores no que compete a perda de espaço profissional destes últimos, ou interferência nas áreas específicas do saber. A presença do Serviço Social na Escola se justifica frente o trabalho interdisciplinar, que pode colaborar para o desenvolvimento político dos diversos atores sociais envolvidos em tal contexto.

Almeida compreende que no ambiente da Escola, a ação do educador escolar e do Assistente Social não se confundem, de modo que para o Serviço Social:

Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais não tem se sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral. A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, N. L. T., 2005, p.6).

O fato de sua atuação não se confundir com a atuação do educador/professor na Escola, não quer dizer que o Assistente Social não possa assumir diante do seu contexto de trabalho (independente da área educacional), o papel de educador social em seu sentido amplo. De acordo com Yamamoto,

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo

é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação de serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula profissionalmente. (IAMAMOTO, 1997, p. 40).

As considerações da autora se comprovam neste estudo mediante a Pesquisa de Campo, cujas abordagens detalhadas se encontram no próximo Capítulo.

Quando age frente os desdobramentos da Questão Social, subsidiado pela práxis profissional e por sua dimensão sócio-educativa, o Assistente Social é capaz de “[...] politizar a concepção de história e do social, ou seja, julgá-la a luz do projeto social e dos interesses da classe a que serve.” (ARROYO, 2002, p.70). Contribui para a formação da consciência política da população, orientando-se por princípios éticos, em observação a liberdade, autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais como valores centrais. A definição de um projeto político-ideológico confere à atuação profissional uma postura educativa de não neutralidade perante os acontecimentos da realidade social. Em atenção ao pensamento de Gutiérrez, poder-se-ia mencionar que o Assistente Social enquanto educador social envolve-se com o processo educativo não de maneira a transmitir e propagar conhecimentos, mas de forma dialética, participando com os sujeitos diante do processo de compreensão e intervenção na realidade.

Educar na justiça é uma maneira de viver e de estar no mundo, de modo a estarmos aptos não só para a denúncia crítica das injustiças, mas dispostos a envolver-nos com suas soluções. Transformação do homem e compromisso com o advento de uma sociedade mais justa são dois aspectos de um processo educacional que exige do educador um compromisso radical. (GUTIÉRREZ, 1998, p. 118).

O Serviço Social desempenha um papel fundamental no processo de reconhecimento da população demandatária das políticas sociais públicas, de sua condição de sujeitos sócio-históricos, capazes de reflexão-ação.

A sua especificidade profissional o caracteriza como fundamental no cenário contemporâneo, pois atua diretamente na perspectiva de implementação e garantia de direitos sociais, na contra-mão do direcionamento de desmantelamento dos mesmos em nossa conjuntura social. Iamamoto (1997, p. 194) faz referência ao Serviço Social como uma profissão que apresenta a particularidade da dimensão interventiva no real, de ação na sociedade. Faleiros chama a atenção para a definição que o CFESS/GT (2011) elaborou em relação a especificidade da profissão de Serviço Social, sob a qual,

O(a) trabalhador(a) social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que *fortaleçam* sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego. (FALEIROS, 2011, p.748-761, grifo do autor).

Explicitar a especificidade profissional do Assistente Social se faz necessário para desmistificar conceitos estabelecidos no âmbito do senso comum em relação à profissão. A mesma possui uma lógica de ser e estar ao longo da trajetória histórica de sua constituição, que merece atenção em relação a suas conquistas ideo-políticas e técnico-metodológicas. O diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e atuação técnica já ultrapassou o caráter da urgência.

Ainda na atualidade há a presença de situações de desconhecimento em relação ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas instituições/organizações públicas e/ou privadas e/ou nas políticas sociais. Isto impulsiona um desconhecimento da profissão em si, o que resulta na rejeição de sua incorporação no processo interdisciplinar de intervenção da realidade social. Ademais, muitos dos espaços onde os Assistentes Sociais atuam hoje, se viram obrigados a incorporar tais profissionais em seus quadros de funcionários devido a determinações “de cima para baixo”. Em sua maioria, a demanda por tal profissional não foi resultante de processos de avaliação e necessidades vivenciados no cotidiano (envolvendo seus sujeitos e/ou demanda de atendimento), sob a reflexão de como tal profissional poderia contribuir com sua presença nos diversos ambientes de trabalho, ou seja, “de baixo para cima”. Este é um grande desafio para a categoria profissional, que em muitos espaços apesar de longa experiência de atuação, ainda não se encontra legitimada (nem por sua demanda e nem pelos próprios espaços de atuação).

No âmbito da Política de Educação esta relação não se mostra diferente. Apesar de avanços da categoria em relação a conquista do espaço profissional em tais cenários, muitas questões ainda merecem atenção. Referindo-se a tal contexto, Piana (2008) menciona ser obstáculos à efetiva inserção do Serviço Social na Política Educacional o desconhecimento por parte dos profissionais da educação do trabalho dos Assistentes Sociais, resultando na recusa da inserção dos mesmos nos espaços escolares; além do próprio despreparo dos Assistentes Sociais frente o exercício profissional no cenário educacional. Desta forma, o discurso em relação a necessidade de inserção dos Assistentes Sociais nas Escolas não se faz unânime, principalmente por parte dos atores envolvidos diretamente com a Política Educacional. Caso tal estranheza não se desfça, a profissão corre o risco de mais uma vez

desenvolver ações particularizadas e fragmentadas, que não se socializam e não trazem reflexos enquanto experiências de uma categoria, uma vez que ficam condicionadas à abertura e incentivos dos espaços profissionais.

A profissão, enquanto categoria, necessita com urgência consolidar-se mediante o diálogo de suas experiências, diante da publicização de sua práxis, diante do posicionamento esclarecido de suas especificidades na divisão sócio-técnica do trabalho. Mesmo após décadas de atuação, a profissão ainda precisa fazer se conhecer: pelos seus próprios integrantes como pela sociedade como um todo, em suas variadas instâncias, na ordem pública e privada.

O Serviço Social não pode ser levado adiante somente por representação de suas militâncias mais ativas, ele deve ser pauta de debate a todos os seus integrantes, de forma a atender e absorver as demandas profissionais realmente em sua totalidade. Embora com um projeto ético-político que delineia o seu compromisso para com a classe trabalhadora, a sua própria atuação política enquanto classe se vê fragilizada mediante uma cultura não ativa, de não participação, de não envolvimento com as causas de ordem política-ideológica de direcionamento dos rumos da profissão. Sob este aspecto, percebemos o quanto a profissão ainda tem a romper com a cultura de submissão e apatia perante a sociedade, resquícios de uma formação social autoritária e dominadora.

As questões acima foram abordadas por compreender que é impossível a profissão conquistar legitimidade em seus diversos espaços de atuação se ela própria não se legitima enquanto categoria, enquanto internamente, ainda apresenta situações que necessitam ser resolvidas. As mudanças têm que ocorrer de dentro para fora e de fora para dentro em um processo dialético de superação dos entraves profissionais.

O primeiro passo para que tal transformação aconteça é o reconhecimento da existência de tais problemáticas para posteriormente atuar em relação a seu enfrentamento: ao trabalhar temáticas comuns à sociedade, organizar eventos que não envolvam somente a categoria profissional, objetivando a construção do conhecimento coletivo e a auto-afirmação das especificidades de cada área em tal processo; fazer da formação continuada mais do que uma pré-condição a atuação profissional contextualizada, mas um compromisso ético com a própria categoria e usuários; reconhecer as implicações do mercado de trabalho contemporâneo como determinantes diante do trabalho profissional, mas não determinísticas, identificando as possibilidades de rompimento com tal lógica; valorizar os cursos e a formação profissional de qualidade fugindo dos ditames mercadológicos; dentre outras. O momento não é de negar as dificuldades da própria categoria e nem de criticar sem propósitos

suas dificuldades. Há a exigência de amadurecimento técnico-profissional para enfrentar tais desafios e contrapô-los em aprendizado, em fortalecimento, em novas perspectivas para a atuação diante das transformações da sociedade, bem como das demandas emergentes.

O Serviço Social devido a sua atuação de natureza educativa, que contribui para a formação ideológica, política e cultural da sociedade, pode ser um diferencial positivo a compor o cenário da Política de Educação. A sua inserção em tal Política poderá impulsionar modificações no modo de pensar e agir a Educação brasileira. Sobre a questão, Oliveira e Elias pontuam que o Serviço Social poderá contribuir para a existência de,

Uma outra educação que não seja mais o monopólio da instituição escolar e de seus professores, mas sim uma atividade permanente, assumida por todos os membros da comunidade e ligada a todas as dimensões da vida quotidiana de seus membros. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 52).

Para reconhecer a possibilidade de contribuição do Serviço Social na área educacional, um segundo passo seria compreender que a Educação não é propriedade exclusiva da Escola. Esta, por sua vez, necessita do envolvimento de outras áreas do conhecimento para responder às manifestações de seus sujeitos e da própria realidade, ou seja, depende da interdisciplinaridade. Sobre a questão, cabe a observação de Severino (2001, p. 53):

[...] o saber, ao mesmo tempo que se propõe como desvendamento dos nexos lógicos do real, se tornando então instrumento do fazer, propõe-se também como desvendamento dos nexos políticos do social, tornando-se instrumento do poder. Por isso mesmo o saber não pode se exercer perdendo de vista esta sua complexidade: só pode exercer-se de fato interdisciplinarmente. Ser interdisciplinar, para o saber, é uma exigência intrínseca, não uma circunstância aleatória. Com efeito, pode-se constatar que a prática interdisciplinar do saber é a face subjetiva da coletividade política dos sujeitos.

Por meio da dimensão sócio-educativa, de acordo com Martins (2007, p. 220), o Serviço Social poderá contribuir diante da Política Educacional para o processo de democratização da educação; prestação de serviços sócio-assistenciais e sócio-educativos; e articulação da política de educação com as demais políticas.

Ainda de acordo com Martins (2007), a atuação dos Assistentes Sociais, considerada a sua dimensão sócio-educativa, se direcionará de forma a complementar a ação educativa estabelecida pelas escolas, colaborando para um trabalho de maior abrangência em relação aos funcionários (todos os que compõem a estrutura escolar), as famílias e a comunidade em geral. O público alvo do Serviço Social não se configura apenas pelos alunos, mas sim por todos aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos com a Política Educacional, sob o aspecto micro e macro social. A responsabilidade da atuação do Assistente Social no

ambiente escolar é contribuir para a identificação das possibilidades do desenvolvimento de um trabalho em rede, que envolva e relacione a comunidade escolar e extra-escolar no enfrentamento de problemáticas coletivas. Insere-se como um elo importante entre a instituição e a sociedade, em atenção às suas diversas instâncias.

Em relação às especificidades do trabalho técnico-operativo profissional no ambiente escolar, o CFESS/CRESS (2001) elenca algumas possibilidades, conforme descritas abaixo:

Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para o atendimento de suas necessidades; realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento a cerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93 não especificadas acima. (CFESS/CRESS, 2001, p. 13).

As possibilidades de atuação não se encerram nas referências acima. Pelo contrário, há um amplo espaço de oportunidades, relacionado aos diversos contextos escolares onde o profissional de Serviço Social se faz presente. Além das competências técnico-operativas, o Assistente Social deve estar atento e dominar as competências ético-política e teórico-metodológica (IAMAMOTO, 2004), que são necessárias para a consolidação do trabalho profissional, na perspectiva da Educação ou em outras Políticas. Essas competências conferem à Profissão uma caracterização que não cabe ao senso comum, mas sim ao âmbito das ciências humanas e sociais.

Desta forma, independente do tipo de ação que será desenvolvida pelos profissionais no cenário escolar, o importante é deixar claros seus objetivos, que atue na perspectiva dos direitos, que evidencie o compromisso político com seus usuários de trabalhar em prol de uma educação que tenha condições de provocar mudanças nas bases sociais, em prol de relações democráticas e de uma sociedade também democrática.

Para Paiva e Sales (2005, p. 203), “[...] pensar politicamente, como forma de contribuir para a propulsão de mudanças, afigura-se hoje para os Assistentes Sociais como um requisito ético e técnico.”

A atuação do Assistente Social é antes de tudo política, assim como também o é o ato de educar. A pretensão profissional na área educacional não é promover a educação formalizada e/ou sistematizada, é trabalhar na educação informal, no âmbito da Política e Cultura.

CAPÍTULO 4 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Como em qualquer outra área e/ou política de atuação, o Serviço Social possui no seu cotidiano profissional vantagens e desafios em apresentar dentre as suas particularidades constitutivas, a dimensão interventiva. Vantagens porque mediante o seu trabalho lida diretamente com a realidade social, suas relações e contradições; e os desafios, por sua vez, caracterizam-se pelo mesmo motivo.

Diante da complexidade da realidade, o Serviço Social se apresenta como uma categoria que possui representados em seu objeto de trabalho a constância dos conflitos, os movimentos de luta e contra-luta, dentre outros, vivificados pelas relações de poder. Discursar sobre a realidade e seus desdobramentos em sociedade no plano teórico não se mostra algo difícil. O complexo é situar tal discurso em consonância e articulação com o cotidiano, de modo a construir possibilidades de superação de um determinado cenário em condições micro e macro sociais. A responsabilidade da atuação mediante a práxis se mostra imprescindível em tal processo.

De acordo com Lara (2007), a apreensão da realidade exige uma profunda relação entre subjetividade e objetividade, concebendo que, por melhores que sejam as abordagens e as análises, somente estaremos nos aproximando de um fragmento do real, que se encontra inserido na totalidade do social.

Tal condição do processo de construção do conhecimento se configura para Bourguignon como

[...] uma das expressões da atividade humana, através da qual o homem atende as suas necessidades, busca conhecer e intervir no mundo de forma crítica e criativa, bem como possibilita a construção de novas formas de estabelecer relações e enfrentar as determinações sócio-históricas presentes na sociedade. (BOURGUIGNON, 2008, p.51).

O processo de construção do conhecimento configura uma aventura onde todos os interlocutores – pesquisadores, sujeitos e objeto - se transformam. O conhecimento de base ética e crítica impulsiona a emancipação, o avanço, a superação.

Partindo deste pressuposto, as abordagens que se seguem consideram o espaço de realização da Pesquisa, seus sujeitos e o objeto de estudo não de forma desarticulada e desconexa de um contexto, mas pertencente e inter-relacionado ao mesmo. As informações obtidas servirão para enriquecer o debate da Pesquisa em direção às perspectivas e desafios à categoria profissional, aos benefícios e prejuízos em relação aos sujeitos, aos cenários onde se estabelece a Política de Educação, à sociedade em geral.

4.1 Abordagens do Universo de Pesquisa

A vida em sociedade e as relações estabelecidas entre sujeitos e objeto não se encontram alheias a um contexto. Poder-se-ia dizer que esse contexto é composto por meandros políticos, econômicos, sociais, culturais, dentre outros, enfim - o como se dá e organiza a vida em uma dada sociedade.

Sob este aspecto, torna-se imprescindível a realização de algumas considerações em relação ao lócus da pesquisa, uma vez que os condicionantes e determinantes da realidade social observados neste estudo, encontram-se diretamente influenciados pela conjuntura histórica e social de formação de tal universo.

Conforme informado no Capítulo 1, a Pesquisa de Campo terá como referência Ribeirão Preto, situado no interior do estado de São Paulo. Com vistas a contribuir para a identificação do município no espaço geográfico e administrativo brasileiro, apresentam-se abaixo para visualização alguns recursos visuais.

Figura 1 – Localização de RP no Brasil



Fonte: Wikipédia (online)

Figura 2 – Localização de RP no Estado de SP

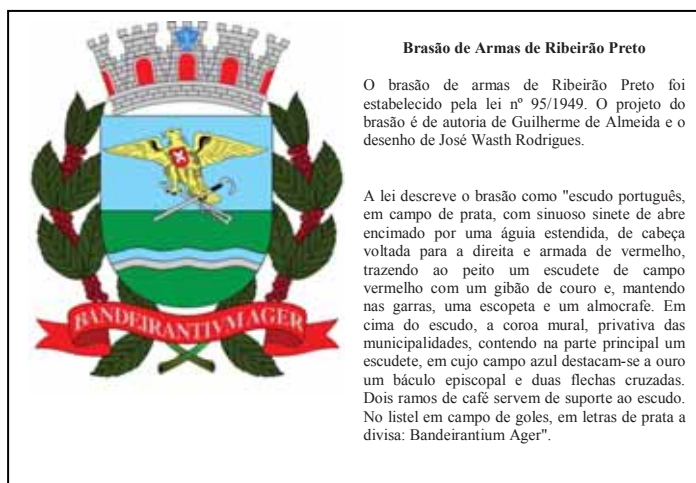


Fonte: (RIBEIRÃO ..., online).

Figura 3 – Região Administrativa de Ribeirão Preto



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) (online).

Figura 4 – Brasão de Armas de RP

Fonte: Prefeitura Municipal de RP (online).

Figura 5 – Bandeira de RP

Fonte: Prefeitura Municipal de RP (online).

A cidade foi fundada em 1856, no entanto levou o nome definitivo de Ribeirão Preto somente em 1881, completando no último dia 19/06, 156 anos. Até o século XIX, a região era habitada por índios Caipós que se destinavam ao cultivo de milho e mandioca, bem como à caça, pesca, coleta de frutas nativas, dentre outras. A segunda metade do século XIX foi marcada pela imigração de mineiros que visualizavam no município o potencial para desenvolvimento de pastagens e criação de gado. A partir do início do século XX, o processo de imigração nacional e internacional se acelerou em decorrência da busca pelo trabalho agrícola e industrial que dava seus primeiros passos. A partir de 1929, com a crise do setor cafeeiro, principal atividade agrícola até então, o setor industrial avança e se estabelece em destaque na sociedade ribeirão pretana frente a outros setores. A segunda metade do século XX apresenta grandes investimentos nos setores relacionados à saúde, biotecnologia, bioenergia e tecnologia da informação. O destaque do município em relação a tais setores lhe conferiu no ano de 2010 o título de pólo tecnológico, por conter um cenário industrial respaldado no que há de melhor em relação a equipamentos, laboratórios e recursos humanos, com um grande potencial de criação de novos processos, produtos e serviços industriais.

A atual gestão administrativa do município é de responsabilidade da Prefeita Darcy da Silva Veras, do Partido Social Democrático (PSD), eleita em 2008 por 88, 25% dos votos válidos. De acordo com dados da Prefeitura Municipal de maio/2012, a população eleitoral é composta por 419.207 eleitores, o que representa 1,342% do Estado de São Paulo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009 Ribeirão Preto se posicionava com o trigésimo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, no valor de R\$ 14.688.064.000, com um PIB per capita de R\$ 26.083,92, referindo-se

a 45% do PIB da nação. No ano de 2010, o município apresentava um quadro de 34.125 unidades locais e 33.015 empresas e estabelecimentos comerciais atuantes, de modo que 242.310 trabalhadores eram considerados como pessoal ocupado total e 198.838 categorizavam-se em pessoal ocupado assalariado. O setor agrícola é o que apresenta menor relevância na economia, pois de todo o PIB da cidade, apenas 41.652 mil reais é o valor bruto adicionado pela agropecuária.

Com base em dados do SEADE, apresenta-se o Quadro 1 abaixo, objetivando contribuir com a visualização do cenário do município em relação ao desenvolvimento e aos índices relacionados à economia.

Quadro 1 – Economia em Ribeirão Preto		
Referenciais Econômicos	Ano	Município
PIB (Em milhões de reais correntes)	2009	14.688,06
PIB per Capita (Em reais correntes)	2009	26.083,97
Participação no PIB do Estado (Em %)	2009	1,354546
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2009	0,32
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2009	18,67
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2009	81,01
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2010	0,241165

Fonte: Fundação SEADE (online).

Sobre a localidade, situa-se a 313 km de distância a noroeste do Estado de São Paulo, apresentando limite de município com Guatapará, Cravinhos, Jardinópolis, Serrana, Dumont, Sertãozinho e Brodowski. A região é considerada uma das mais ricas do estado de São Paulo, destacando-se em nível mundial pela produção de açúcar e álcool. Ribeirão Preto possui uma área de 650.366 km², dividida em 127.309 km² de espaço urbano e 523.051 km² rural, com uma população total estimada em 612.339 habitantes e uma densidade demográfica de 941.53 km² (IBGE, 2011, online). De acordo com estatísticas divulgadas pelo censo/2010, que apresentava a população ribeirão pretana em 604.682 habitantes, 603.401 ocupavam a zona urbana e 1.713 ocupavam a rural, sendo que 290.286 pertenciam ao sexo masculino e 314.828 ao sexo feminino. Tal contexto caracteriza Ribeirão Preto como o oitavo município mais populoso do Estado de São Paulo.

As principais informações relacionadas ao Território e à População, encontram-se representadas no Quadro 2 abaixo, identificando a amplitude do município em diversas proporções, situando-o como o maior município da região em termos territoriais e populacionais.

Quadro 2 – Território e População em Ribeirão Preto

Características Municipais	Ano	Município
Área	2012	650,37
População	2011	614.759
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	2011	945,25
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000/2010 (Em % a.a.)	2010	1,82
Índice de Envelhecimento (Em %)	2011	65,02
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2011	19,40
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2011	12,61
Razão de Sexos	2011	92,27

Fonte: Fundação SEADE (online).

O município conta com 195.338 domicílios particulares permanentes, sendo 152.522 casas, 37.622 apartamentos, 4.450 casas de vilas ou em condomínios e 744 cômodos ou cortiços. Do número total de domicílios, 134.718 eram imóveis próprios, sendo 109.267 já quitados, 25.451 em aquisição e 50.870 alugados; 8.219 imóveis foram cedidos, sendo 1.243 por empregador e 6.976 cedidos de outra maneira; 1.531 foram ocupados de outra forma (IBGE, 2010, online). Grande parte do município conta com água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. No mesmo ano, 98,76% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 99,67% das moradias possuíam algum tipo de coleta de lixo e 96,93% das residências possuíam esgotamento sanitário.

Apesar das constatações em relação ao crescimento e desenvolvimento do município em termos econômicos, políticos e tecnológicos, as contradições oriundas do crescimento acelerado nos diversos setores são evidentes. As áreas desenvolvidas dividem espaço com as não-desenvolvidas, o que expressa no contexto urbano habitacional a existência de 44 favelas que materializam a vida de 23.000 habitantes, com base em informações da Prefeitura Municipal. Em geral, tal população é composta por migrantes advindos de outras regiões e/ou estados, à procura de emprego/renda.

A composição étnica do município se caracteriza em torno de 421.800 brancos (69,76%); 38.483 pretos (6,36%); 138.056 pardos (22,83%); 5.651 amarelos (0,93%); 565 indígenas (0,09%), além dos 127 sem declaração (0,02%), de acordo com o IBGE (2000, online). O referente Instituto também divulgou que no ano de 2010, o município recebeu 1.556 emigrantes de outras partes do estado de São Paulo e do Brasil e em contrapartida 1.556 saíram de Ribeirão Preto e foram para outros países: 359 deles destinaram-se aos Estados Unidos (23,07%), 228 (14,65%) foram para o Japão e 149 (9,58%) para o Reino Unido.

O Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento (PNUD) considera o Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDH-M) de 0,855, elevado, classificando o município com o 6º maior índice do Estado e o 19º em relação ao país.

Em relação à desigualdade social, tomando por referência os dados do Coeficiente de Gini¹⁸ do ano de 2003 divulgados pelo IBGE, Ribeirão Preto apresenta o índice de 0,42, sendo que 1,00 é o pior número e 0,00 é o melhor. Quanto à incidência da pobreza, de acordo com o IBGE, o índice é de 11,75%, de modo que o parâmetro inferior da incidência é de 8,16% e o superior é de 15,35%, e a incidência da pobreza subjetiva é de 8,75%.

A porcentagem de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo de 1991 a 2010 sofreu uma redução em -14%. Referente aos parâmetros da linha da pobreza, 88,3% estavam acima, 7,4% encontravam-se nela e 4,3% ficavam abaixo. O ano de 2000 demonstrou que 20% da população mais rica participava do rendimento total do município em 61,1%, enquanto que 20% dos mais pobres participavam na porcentagem de 3,0%. A participação dos mais pobres apresentou um declínio em relação a dados de 1991, que era de 4,0%, caracterizando em caráter comparativo que houve o crescimento da desigualdade social em Ribeirão Preto na última década.

Os dados referentes à criminalidade e segurança pública apontam Ribeirão Preto dentre os menores índices de assassinatos, comparado a outros municípios do mesmo porte. De acordo com publicação do Diário Comércio Indústria e Serviços (DCI), houve a diminuição dos crimes, no entanto manifestou-se maior violência nos delitos. O jornal Folha de São Paulo publicou em janeiro de 2012, com base em dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a informação de que Ribeirão Preto tinha liderança no tráfico de drogas no interior paulista, sendo um ponto consumidor de cocaína, crack e maconha. Em consideração ao mapa de violência brasileiro, que aborda números e taxas médias de homicídios, Ribeirão Preto apresentou nos últimos anos um aumento progressivo: 2008 (46 homicídios), 2009 (61 homicídios) e 2010 (72 homicídios), de modo que os parâmetros de avaliação referem-se a 100 mil habitantes. Desta forma, o município apresentaria uma taxa média de 10,3 homicídios, ocupando a 1828ª posição na realidade brasileira, e a 164ª no Estado de São Paulo.

Os dados disponibilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), revelam que o município encontrava-se em 2011 na 18ª posição em relação ao

¹⁸ Índice que apresenta indicadores em relação à desigualdade social.

Brasil no quesito quantidade de habitantes com registro em carteira, representando 201.963 postos de trabalho, superando dados de capitais.

De acordo com pesquisa de Hama (2006), publicada na Revista Exame, Ribeirão Preto é caracterizada como uma das melhores cidades brasileiras em termos de infra-estrutura, ocupando a 19ª posição, o que tem sido atrativo para diversos investimentos. Em 2009, dados publicados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹⁹, inseriam o município na 4ª posição na abrangência Emprego & Renda, Educação e Saúde. Em termos de saneamento básico, encontra-se em 6ª posição em relação ao país, de acordo com o Instituto Trata Brasil/2009.

Dados de 2011 levantados pelo IPC²⁰ – Maps (online), apontam Ribeirão Preto na 19ª posição no ranking em relação ao poder de consumo dos 50 maiores municípios brasileiros, com propensão ao crescimento do mercado de luxo.

O Quadro 3 apresenta-se como um referencial para a percepção dos parâmetros das condições de vida da população de Ribeirão Preto, abordando a situação do município em relação aos últimos anos.

Quadro 3 – Condições de Vida em Ribeirão Preto		
Demonstrativos	Ano	Município
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Riqueza	2006	54
	2008	57
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Longevidade	2006	75
	2008	76
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Escolaridade	2006	68
	2008	70
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS	2006	Grupo 1 ²¹
	2008	
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	2000	0,855
Renda per Capita (Em salários mínimos)	2000	3,57
Domicílios com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo (Em %)	2000	3,32
Domicílios com Renda per Capita até 1/2 do Salário Mínimo (Em %)	2000	6,63

Fonte: Fundação SEADE (online).

No aspecto religioso, o município assim como o contexto brasileiro, apresenta uma grande diversidade, embora tenha suas raízes oriundas do catolicismo em decorrência do processo histórico de colonização e formação social. De acordo com dados de 2000 divulgados pelo IBGE, o cenário municipal se constituía por 70,19% católicos, 23,42%

¹⁹ O IFDM é representado pelo estudo anual do sistema FIRJAN que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros: emprego & renda, educação e saúde. É feito com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

²⁰ Banco de dados secundários, elaborado com base em dados divulgados por instituições oficiais.

²¹ Municípios com elevados níveis de riqueza e bons níveis de indicadores sociais.

evangélicos, 7,72% pessoas sem religião, 4,94% espíritas, de modo que os demais se encontravam divididos em outras crenças religiosas.

No âmbito cultural e de lazer, encontra-se com diversas iniciativas, em sua maioria respaldadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Esportes. O município conta com vários espaços promotores de cultura, dentre eles teatros, museus, cinemas, dentre outros, com a promoção de eventos, festivais e concursos. Dispõe também de Parques propícios para a prática de esportes e lazer. Além de destinar-se ao público municipal, o setor cultural e de lazer de Ribeirão Preto é um atrativo para a região como um todo.

A estrutura urbana encontra-se na atualidade configurada de modo a responder aos interesses e necessidades não só do município, mas também do contexto circunvizinho, por ser considerada referência de atendimento em diversas áreas.

No que compete à saúde, de acordo com dados de 2009, apresenta 319 estabelecimentos entre hospitais, pronto-socorros, postos de saúde e serviços odontológicos, sendo 64 públicos e 255 privados. De acordo com avaliações do Ministério da Saúde, Ribeirão Preto é caracterizada como a melhor cidade do Estado de São Paulo e a terceira do Brasil, entre os 29 municípios brasileiros com maior renda e infraestrutura, em termos dos serviços médicos prestados à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) a cidade recebeu nota 6,69, acima da média brasileira que encontra-se em torno de 5,47.

Em relação à Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) médio no ano de 2009 entre as escolas públicas de Ribeirão Preto encontrava-se representado por 4,0 (escala de 1 à 10), sendo que a nota obtida por alunos do 5º ano (antiga 4ª série) foi de 4,4 e do 9º ano (antiga 8ª série) foi de 3,7; a referência das escolas municipais e estaduais de todo o Brasil também era de 4,0. Entre as instituições particulares o índice municipal sobe para 6,1 (6,4 de alunos do 5º ano e 5,9 de alunos do 9º ano). O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da educação era de 0,918 (classificado como muito elevado), enquanto o do Brasil é 0,849. O sistema escolar é coordenado e assessorado pela Secretaria Municipal de Educação, cabendo também a esta a coordenação de programas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a rede de Educação Especial. Encontram-se presentes também no município importantes centros do ensino superior em âmbito público e privado, tais como: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Universidade Paulista (UNIP), Centro Universitário Moura Lacerda, Centro Universitário Barão de Mauá, COC, União das Instituições Educacionais de São Paulo

(UNIESP), Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 2009, o município apresentava aproximadamente 117.373 matrículas nas redes públicas e particulares. Segundo o IBGE, neste mesmo ano, das 168 escolas do ensino fundamental, 60 pertenciam à rede pública estadual, 26 à rede pública municipal e 82 eram escolas particulares. Dentre as 68 instituições de ensino médio, 32 pertenciam à rede pública estadual, 3 pertenciam à rede municipal e 33 às redes particulares. No ano de 2000 os dados evidenciavam que 5,5% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos neste mesmo ano era de 67,7%. O índice de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, em 2010, era de 98,9%. Em 2006 o retrato em relação à questões de gênero evidenciava que para cada 100 meninas frequentes no ensino fundamental, havia 105 meninos.

Os dados do Quadro 4 referentes a situação da população do município em relação à Educação, fazem menção a um contexto que ainda necessita se desenvolver, pois apesar de contar com grandes nomes de Centros de formação superior, muito ainda há que se fazer pela educação básica.

Quadro 4 – Panorama Educacional de Ribeirão Preto		
Referenciais	Ano	Município
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	4,44
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	8,48
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	47,84
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	49,29

Fonte: Fundação SEADE (online).

Com base em dados de 2009, o quadro abaixo ilustra a estrutura educacional do município, envolvendo os setores público e privado, não apresentando apenas as informações relacionadas à Educação Superior.

Quadro 5 – Contexto da Educação em Ribeirão Preto			
Demonstrativos			
Nível de Ensino	Matrículas	Docentes	Escolas (Públicas e Privadas)
Pré-escola	17.608	811	199
Fundamental	75.832	3.445	168
Médio	23.933	1.375	68

Fonte: IBGE (online).

Com base em dados do SEADE de 1999, os índices de evasão escolar no município eram caracterizados em 2,69% no Ensino Fundamental (EF) e 7,81% no Ensino Médio (EM).

Nas escolas municipais a porcentagem em relação à evasão era de 1,39 para o EF e 4,30 para o EM; nas estaduais era de 4,25 para o EF e 10,53 para o EM; e nas particulares a referência era de 0,17 para o EF e 1,06 para o EM. Os dados demonstram, independente dos tipos de escola, que há um crescimento em relação aos índices de abandono escolar no Ensino Médio. Esta fase de escolarização sempre se mostrou como um gargalo do sistema educacional brasileiro, caracterizando-se como um momento transitório do Ensino Fundamental até o Ensino Superior (ES). Devido a condições objetivas e subjetivas de vida, muitos abandonam este período por não visualizarem perspectivas concretas de ingresso na Universidade, destinando-se a inserção no mercado de trabalho em consequência da necessidade de prover renda, e/ou expostos às expressões da Questão Social, envolvem-se com a criminalidade, tráfico, dentre outros.

De forma geral, atentando-se para alguns dos dados observados, verifica-se a predominância do setor privado em detrimento do público no provimento das necessidades do município e das políticas destinadas a sua população. Como já pontuado anteriormente, este é um cenário que se estabelece no país e não somente em Ribeirão Preto, em decorrência da prevalência das políticas econômicas neoliberais nos diversos setores, justificadas pelo discurso da necessidade de desenvolvimento político e econômico em um mundo globalizado.

A maioria dos serviços públicos garantidos à população na condição de direitos sociais, passam a ser terceirizados e regidos pela lógica do mercado, ficando a critério e poder de compra da população, isentando o Estado de sua responsabilidade direta. Instaura-se uma ideologia do consumo sobre a lógica da qualidade, ou seja, tudo que se pode pagar é o melhor e tudo o que é público é ruim, deficitário. Pode-se visualizar claramente tais questões em relação à saúde (Planos de Convênios X Saúde Pública), a Educação (Escolas Privadas X Escolas Públicas), (Empresas Internacionais X Empresas Nacionais), dentre outros. Essas concepções que se aceleram no Século XXI contribuem para a fragilização dos serviços públicos, uma vez que não há evidência de investimentos em tal setor, e na contraposição o que se observa é o incentivo no âmbito privado. Torna-se evidente a desregulamentação dos direitos uma vez adquiridos pela população, a fragilização e descompromisso dos serviços prestados e, mais uma vez na história, o privilégio das classes abastadas que podem custear o seu atendimento, em contraposição àquelas que devem contentar-se com aquilo que ainda existe de público, independente dos padrões éticos e humanos de qualidade. Cabe a ressalva de que tal cenário se estabelece não em campos apartes, polarizados distintivamente, mas em um mesmo contexto mediante a correlação de forças existentes e predominantes em determinado momento. As contradições encontram-se no bojo da formação do Estado e de sua

atuação política e ideológica. De acordo com Pereira (2009), em uma relação dialética, o Estado atenta-se para as diversas dimensões da vida social, manifestando responsabilidades diferentes sobre os indivíduos e classes, buscando atender interesses discordantes e divergentes. A autora menciona que “[...] quando o Estado perde o seu caráter público e universal, virando as costas para a sociedade, ou para parte desta, ele deixa espaço para que grupos privados mais fortes dominem os grupos mais fracos e imponham a sua vontade, formando governos paralelos.” (PEREIRA, 2009, p.148)

4.2 O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação de Ribeirão Preto

Apesar de Ribeirão Preto destacar-se na região em decorrência de sua estrutura administrativa, econômica, tecnológica, política, dentre as demais, evidencia diversas expressões da Questão Social, que não se apresentam somente como uma problemática de município, mas uma questão de país e de conjuntura política, econômica e social mundial.

Diversas áreas do conhecimento têm sido solicitadas a intervir no contexto da realidade social mediante a relação de forças existentes na sociedade, dentre elas o Serviço Social. Com base em registros históricos do cenário de constituição da profissão, algumas áreas e/ou políticas se destacaram em relação à absorção dos profissionais Assistentes Sociais no país, dentre elas a Assistência Social, a Saúde e a Previdência. No caso de Ribeirão Preto não há nenhuma pesquisa realizada até então, seja estatística ou de abordagem qualitativa, que tenha identificado a abrangência do trabalho profissional no município, correlacionando o número de profissionais existentes e as áreas de atuação. Esta realidade se mostrou como um desafio à proposta deste estudo (análise da atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação do Município), uma vez que seria impossível pensar em reportar-se aos sujeitos da pesquisa sem antes obter a informação de quantos seriam, onde estariam localizados, quais as particularidades de sua realidade de trabalho.

Surge então a demanda de incluir à proposta da Pesquisa de Campo a realização de um levantamento/mapeamento capaz de informar sobre a presença dos Assistentes Sociais na área educacional de Ribeirão Preto. Sustenta-se neste caso, a premissa de que apesar do pesquisador possuir um plano com metas e ações pré-definidas, a realidade do contexto a ser pesquisado exercerá forte influência sobre o direcionamento da pesquisa. De acordo com Gatti (1999, p. 77),

Não há método estruturado teoricamente que, aprioristicamente, resolva os problemas e questões que emergem no desenvolvimento concreto da Pesquisa. Sabemos que há uma parte não relatada nos artigos de pesquisa, como por exemplo, decisões tomadas em campo no ato mesmo do investigar, correções de rumos e técnicas etc.

Por estas questões, a pesquisa encontra-se também em constante movimento, acompanhando o tônus de seu objeto.

Em busca da obtenção de dados através do Mapeamento, delinear-se alguns caminhos a percorrer conforme apresentado abaixo, a considerar que os mesmos não apresentam uma ordem hierárquica em sua seqüência de realização e sim uma coerência e articulação em relação aos objetivos da proposta, correlacionando informações, definindo novas estratégias, dentre outras.

Poder-se-ia dizer que o primeiro passo foi o contato via telefone com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 9ª Região, localizado no próprio município de Ribeirão Preto. Através do referido órgão de representação da categoria, foi possível obter a confirmação de que não havia no referido Conselho e nem em nível municipal qualquer referência ou indicador da presença dos Assistentes Sociais na Política de Educação, embora tal temática já se apresentasse como pauta de discussão e debate no CRESS 9ª Região, com intenções de desenvolvimento de estudos mais detalhados e/ou pesquisas no segundo semestre/2012. Desde já, a pesquisa mostra-se pertinente à categoria por contemplar assuntos que se encontram no bojo das discussões contemporâneas, antecipando-se às iniciativas do próprio CRESS – 9ª Região em relação ao levantamento de dados estatísticos, o que em primeira instância servirá de subsídios para o referido órgão frente o planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações referidas à temática.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) caracterizou-se como outra fonte de Pesquisa. Para poder ter acesso a qualquer informação, seguiram-se os protocolos definidos pela mesma que exigiam a organização de documentação específica sobre o Projeto de Pesquisa e ofício endereçado à Secretária apresentando os interesses e objetivos da Pesquisa (ANEXO B). Após este processo, a Secretaria Municipal de Educação, representada por sua Secretária apresentou devolutiva à solicitação por meio de Ofício (ANEXO C), alegando não haver na Política de Educação Municipal a presença de profissionais do Serviço Social. Posteriormente, através de contato telefônico com a Secretária da SME, houve o esclarecimento de que mesmo com a transição das Creches (regidas e financiadas anteriormente pela Política de Assistência Social) para a rede de Educação Infantil (responsabilidade do sistema de Educação), conforme disposto na Lei 11.494/2007, não

houve a manutenção dos Assistentes Sociais na equipe profissional de funcionários de tais instituições, uma vez que a legislação educacional do município não prevê no quadro de funcionários da Educação a existência de tais profissionais.

Após verificar a inexistência dos Assistentes Sociais na rede municipal de ensino de Ribeirão Preto, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação, realizou-se contato (telefônico e presencial) com representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) para compreender os reflexos que a Lei 11.494/2007 impôs à categoria profissional no município. Obteve-se a informação de que os encaminhamentos em relação aos profissionais assumiram diversas configurações em decorrência de como eram estabelecidos seus vínculos empregatícios, bem como da forma como se estabelecia a legitimação profissional em tais espaços. Muitos daqueles que tinham seus salários pagos por meio de recursos advindos exclusivamente da Assistência Social, sob uma relação contratual com a Instituição via projetos de atendimento, foram dispensados; outros, alocados nas Instituições, porém pertencentes ao quadro de funcionários da Prefeitura Municipal, via concurso público foram remanejados para outros setores; outros ainda, devido a legitimidade profissional construída em tais contextos de atuação, seja em relação à própria Instituição, ao público alvo direto e/ou à comunidade, mantiveram-se no local com salários custeados por recursos próprios da instituição.

Tais desdobramentos encontram-se diretamente relacionados à natureza e estrutura de constituição de tais instituições, uma vez que: umas são públicas de finalidade exclusivamente educacional; outras são privadas (natureza filantrópica) pertencentes a iniciativas da sociedade civil porém conveniadas à Educação e à Assistência mediante as atividades desenvolvidas, bem como a demais Secretarias/Políticas; e outras ainda são privadas (filantrópicas), conveniadas à Secretaria Municipal de Educação com ações voltadas exclusivamente para a área educacional.

Tal cenário evidencia a impossibilidade de um olhar limitado para a questão, pois no bojo da prestação de serviços nas Creches/Centros/Unidades de Educação Infantil, existe uma gama de desdobramentos, conflitos e contradições que devem ser considerados em uma abordagem dialética de estudos, frente o processo de movimentação do real, ou seja, das mudanças ocorridas no decorrer do processo histórico de constituição e consolidação da prestação de serviços na Educação Infantil no contexto municipal. Desta forma, ao se abordar a prestação de serviços públicos na Educação Infantil, há que se considerar tais condicionantes, compreendendo as particularidades do contexto em que a mesma se insere em Ribeirão Preto. Assim, os profissionais Assistentes Sociais atuam na prestação de serviços públicos

educacionais, mesmo que não vinculados diretamente à Política de Educação do Município por meio de vínculo empregatício com esta, como bem explicitado nos casos da Educação Infantil. Além desta modalidade de ensino, sob a mesma condição, os Assistentes Sociais encontram-se presentes em Instituições que prestam serviços educacionais no âmbito da Educação Especial, com uma atuação que abrange tanto a Política de Assistência como a Política de Educação. No que compete ao Ensino Público Superior, o Serviço Social é regido por política específica da Instituição de Ensino, em consonância com a natureza estadual. A identificação de todas as Instituições se deu por meio de pesquisas via internet, bem como por contatos diretos (telefônicos e/ou presenciais) com órgãos representativos e de regulamentação dos serviços prestados e/ou com os próprios locais de desenvolvimento das atividades.

A realidade da presença dos Assistentes Sociais na rede formal de ensino do município, impõe a necessidade de considerar que embora o serviço seja público, a instituição pode não ser; embora a educação seja direito de todos, sua acessibilidade pode ser condicionada a critérios privados; dentre outros. Os Assistentes Sociais, por sua vez, enquanto profissionais que atuam na perspectiva dos direitos, com princípios éticos e de cidadania que valorizam a sociedade democrática, encontram-se em tal conjuntura atuando diretamente em relação às contradições e conflitos de tais políticas, reféns, enquanto classe trabalhadora, dos processos e interesses econômicos, políticos e ideológicos neoliberais. Na maioria dos casos, quanto ao processo de transição do atendimento das creches (Assistência) para a educação infantil (Educação), não se considerou a relevância do trabalho do Serviço Social historicamente desenvolvido em tais instituições para a comunidade atendida, mas a sua inadequação em relação à tipificação de cargos previstos pela Política de Educação Municipal, por meio de uma lógica que visa a incorporação dos serviços educacionais a Política de Educação, em condições de não inclusão dos Assistentes Sociais como sujeitos do processo sócio-histórico, mas objetos, inertes à mercê dos direcionamentos das Políticas sociais presentes na sociedade.

O instigante da Pesquisa é o desafio de se ver desarticulado a cada descobrimento, a cada movimento de aproximação do real. Isso impulsiona o interesse de maior investigação, sede por aquilo que ainda não se encontra expresso a todos no cotidiano da realidade social.

De acordo com Gohn (2005, p. 259),

Toda pesquisa deve revelar não apenas o movimento presente dos fenômenos, mas também como estes se reproduzem e se transformam. A medida que a pesquisa avança, inicia-se o processo de conhecimento, revela-se o que há de universal no particular. O pensamento científico evolui dessa forma.

Perseguindo os objetivos da Pesquisa e o objeto de estudo após algumas descobertas a respeito do estabelecimento do Serviço Social na rede pública, é chegada a hora da aproximação com a rede privada de ensino no município. Para esclarecimentos, serão consideradas pertencentes à rede privada todas as instituições que trabalham no âmbito da educação formal, propulsoras do Ensino Infantil, Fundamental, Médio, Superior e Profissionalizante. A identificação de tais instituições tornou-se possível através de pesquisas realizadas em sites específicos do município, bem como por meio de informações transmitidas por colegas profissionais atuantes em tal contexto, além de contatos telefônicos.

No bojo do cenário privado, a atuação do Serviço Social assume uma lógica diferenciada da apresentada no setor público. As Instituições de ensino formal particulares que atuam na modalidade de Ensino Infantil, Fundamental e Médio em geral apresentam sua natureza vinculada a preceitos religiosos, o que exerce influência sobre a maneira como se estabelece o Serviço Social nessas Instituições, remetendo a considerações sobre as particularidades históricas de surgimento da profissão, vinculada diretamente às Igrejas, ao Catolicismo. De modo geral, o trabalho do Assistente Social se configura como elo de ligação e relação entre alunos/pais e a Instituição de Ensino. As escolas apresentam propostas de atuação coerentes com a filantropia e/ou responsabilidade social. Apesar de suas políticas expressarem o compromisso maior com a educação, não deixam de apresentar o caráter empresarial no ramo Educacional com ações voltadas a conquistar novos “clientes/alunos”, sob iniciativas de melhores preços/custos, com propostas pedagógicas voltadas para a formação do mercado de trabalho, associadas a preceitos morais, religiosos de formação humana. Em decorrência do projeto ético e político da categoria, o Assistente Social frente a tal contexto, cria e encontra espaços nos conflitos e contradições próprias a tal realidade para desenvolver propostas pautadas na garantia dos direitos educacionais de seus usuários e/ou demanda de atendimento, apesar de seu trabalho em tais instituições estar vinculado de forma geral a concessões e acompanhamento de bolsas de estudo.

Em relação às Instituições de Ensino Superior privado, o Serviço Social também se estabelece como um recurso institucional importante para os estudantes/alunos terem acesso a bolsas de estudos, descontos, dentre outros benefícios que proporcionam o acesso e permanência de tais sujeitos na referida modalidade educacional. Os critérios seletivos são marca registrada em tal contexto, delimitando as oportunidades/concessão de atendimentos.

Sobre as Instituições formais Privadas destinadas ao ensino técnico-profissionalizante, observa-se a sua natureza diretamente vinculada ao setor empresarial e comercial, pertencentes em geral a uma rede de prestação de serviços.

O que se pode observar no contexto da Educação formal do setor privado, é que o Serviço Social já possui uma tradição de atuação, encontrando-se inserido em tal realidade sob longa data, porém ainda em processo de legitimação profissional.

O que se apresenta em comum nas Instituições do setor público e privado é que o Serviço Social assume um papel importante no processo de acompanhamento dos sujeitos, desde o seu acesso, permanência e desvinculação à Política de Educação. Dentre as diferenciações encontra-se o fato da trajetória do Serviço Social na rede privada estar passos a frente do que se estabelece no setor público. Há a ressalva de que apesar de presentes em instituições promotoras de ensino público do município, os Assistentes Sociais não são previstos e muito menos legitimados pela Política Educacional para a atuação em tais setores. No caso das instituições privadas embora também não haja pela legislação educacional o reconhecimento da necessidade de atuação do Serviço Social, as Instituições por diversos motivos legitimam tal trabalho profissional. Como resultante, há um cenário onde a atuação da categoria se estabelece de formas distintas e específicas de acordo com a realidade e natureza de cada espaço, bem como influenciada pelas construções históricas em relação às experiências do cotidiano profissional.

Desta forma, o Serviço Social se apresenta na prestação de serviços da Política Educacional de Ribeirão Preto sob um processo em construção, multifacetado, com diversas possibilidades e desafios a serem compreendidos e trabalhados. Tais questões serão abordadas com maior profundidade no item 4.3, quando os próprios colegas profissionais atuantes na área terão participação ativa na construção de conhecimentos sobre o assunto.

Constata-se que não se apresenta até o momento nenhuma legislação municipal que abranja a inserção dos profissionais de Serviço Social na Política Educacional de Ribeirão Preto, nem em nível de atuação nas escolas e muito menos em órgãos gestores de tais políticas. Além de não existir a lei, também não existe nenhum Projeto de Lei em andamento, ou qualquer movimentação em nível de município para a defesa da inserção dos profissionais em tal espaço. O que se visualiza são iniciativas do CRESS - 9ª Região em aprofundar-se sobre a temática para respaldar a categoria diante da movimentação pela PL 3.688/2000 (online) e ementas adicionais, que ditam sobre a atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas da rede pública nacional. Na sociedade ribeirão pretana e/ou em relação aos próprios profissionais, não se constata nenhuma organização/mobilização da categoria para a atuação em tais espaços. Talvez esta situação esteja relacionada ao fato de haver uma desarticulação entre os próprios profissionais que atuam no município no setor educacional, observadas as particularidades e as condições objetivas e subjetivas de cada profissional em

relação a aspectos pessoais e próprios do ambiente de trabalho para concretizar tal postura. As experiências encontram-se isoladas, sem socialização, o que enfraquece o processo de legitimação de tal atuação no município. Muitos dos profissionais desconhecem a existência dos colegas atuantes na rede educacional.

Somente nos últimos anos é que a temática do Serviço Social na Educação passou a ser incluída em eventos realizados no município, promovidos especialmente por instituições particulares de ensino superior que dispunham da oferta do Curso de Serviço Social. Neste ano de 2012, a temática foi central em evento comemorativo ao Dia do Assistente Social, promovido pelo CRESS – 9ª Região com apoio de outros órgãos públicos e privados do município. Tais eventos apresentaram grande relevância para a discussão e reflexão em torno do assunto, pauta contemporânea de debate da categoria profissional, no entanto suas referências destinaram-se a atuação do Serviço Social na Política Educacional em nível macro, ou seja, as abordagens não se direcionaram a estudos de experiências profissionais na área e nem ao reconhecimento de tal realidade em Ribeirão Preto. A discussão caminha no plano teórico-ideológico sem comparativo no debate teórico-prático.

Visualiza-se a partir de tais apontamentos, ainda a inexistência no município de espaços de socialização de trabalhos e conhecimentos profissionais, de fortalecimento da categoria em relação a determinadas áreas de atuação. Apesar do Serviço Social possuir identidade única independente do ambiente e/ou política de atuação, no contexto da práxis profissional encontram-se especificidades e particularidades relacionadas a cada área. Tal esclarecimento torna-se importante para a compreensão de que as potencialidades do exercício profissional extrapolam as relações técnico-operativas do cotidiano profissional no que se refere ao atendimento das demandas; as potencialidades profissionais também se manifestam no âmbito político mediante o planejamento e gestão de políticas públicas e sociais, na articulação de movimentos em prol do acesso e garantia de direitos, da cidadania, democracia.

Diante do processo de elaboração do Mapeamento dos Assistentes Sociais no município, verificou-se uma maior disponibilidade e envolvimento dos profissionais pertencentes ao setor privado em colaborar/participar com a pesquisa, sob a concepção de que esta seria uma oportunidade de socialização de conhecimentos e práticas construídas no município. Acredita-se que o fato esteja relacionado à condição de estabelecimento do profissional no setor, em muitos casos com trabalhos já consolidados nas instituições.

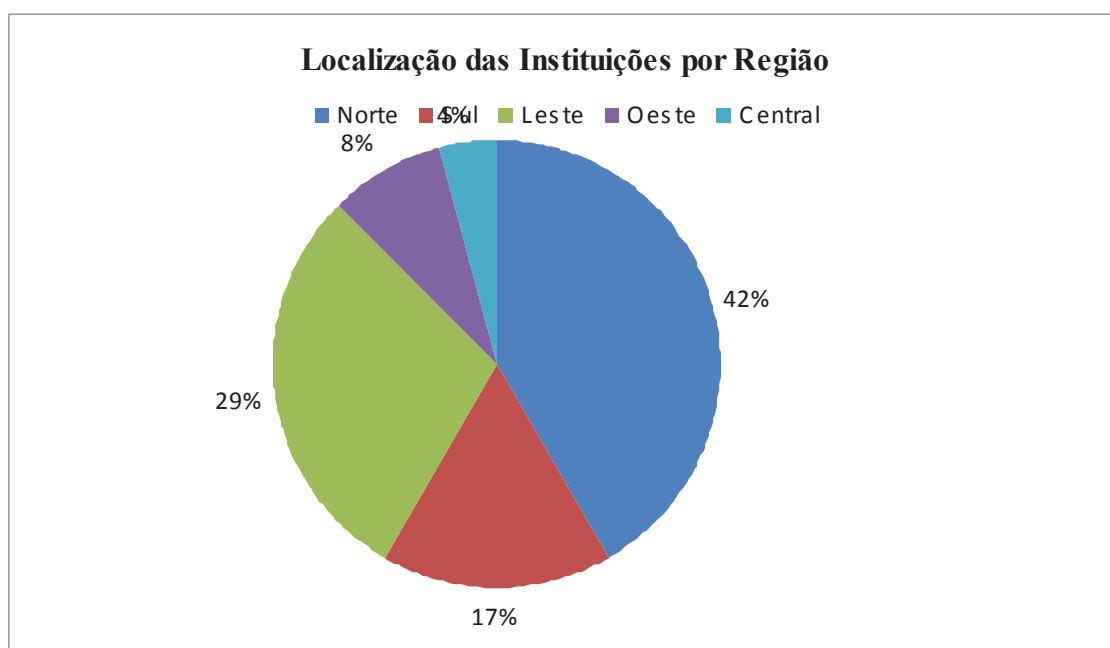
A proposta do Mapeamento foi concretizada, cumprindo com sua finalidade de identificar o objeto de estudo na realidade do município de Ribeirão Preto. Ressalta-se que tal

trabalho além de expressar dados estatísticos, foi fundamental para agregar coerência ao estudo como um todo, subsidiando o segundo momento da Pesquisa de Campo que refere-se às entrevistas, contato direto com os sujeitos. Em contrapartida, o levantamento dos dados possibilitou aprofundamento do conhecimento em relação ao Universo de Pesquisa e conseqüentemente o reconhecimento da importância de diversos atores no processo de constituição e consolidação da atuação profissional na Política de Educação do Município (inicialmente desconhecidos), além dos próprios sujeitos de pesquisa.

O Quadro 6 (APÊNDICE A) demonstra-se essencial para a compreensão de como se estabelece o Serviço Social em Ribeirão Preto mediante as instituições promotoras de educação formal. O mesmo contempla as informações resultantes do Mapeamento, apresentando dados pertinentes ao desvelar do contexto de estudo.

Com o objetivo de contribuir para a representação da realidade identificada no Mapeamento, os dados e as informações também serão analisados e dispostos na forma de gráficos, conforme observado na sequência do texto.

Gráfico 1 – Localização das Instituições em Ribeirão Preto

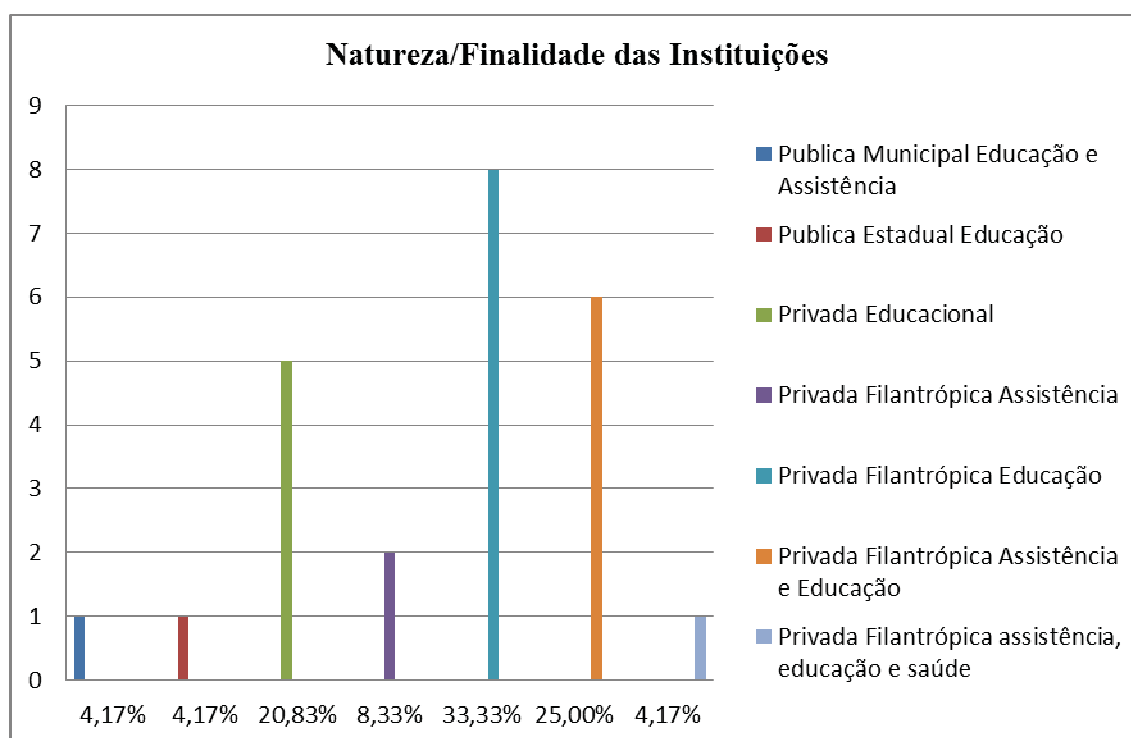


Fonte: Pesquisa de Campo – Mapeamento. Angelita M. C. Gandolfi Lança

Conforme observado no Gráfico 1, há uma maior concentração das instituições que prestam serviços na área educacional na região Norte do município (42%), seguida da Leste (29%). Em geral, as instituições que se localizam nessas regiões são de natureza

Privada/Filantrópica, com a prestação de serviços públicos para além da Política Educacional, envolvendo a Política de Assistência Social, dentre outras. As regiões Sul (17%), Oeste (8%) e Central (4%) representam os setores de menor localização das instituições, sendo regiões consideradas nobres no município. Faz-se a ressalva de que apesar da localização das instituições, em geral os serviços prestados extrapolam a região de abrangência, com amplitude em macro-regiões, municipal, regional e até nacional, como é o caso das Universidades. Em relação às instituições Privada/Filantrópica, a Secretaria Municipal de Educação se apresenta como o principal órgão financiador das propostas de educação formal, via estabelecimento de convênios. Sob este aspecto, observa-se a prestação de serviços públicos de uma Política Pública Social de Educação, de caráter universal, nas mãos do setor privado, situação que pode ser comparada a demais regiões do país, em decorrência das políticas neoliberais, onde o Estado assume uma postura de retração diante da execução das políticas públicas.

Gráfico 2 – Caracterização das Instituições

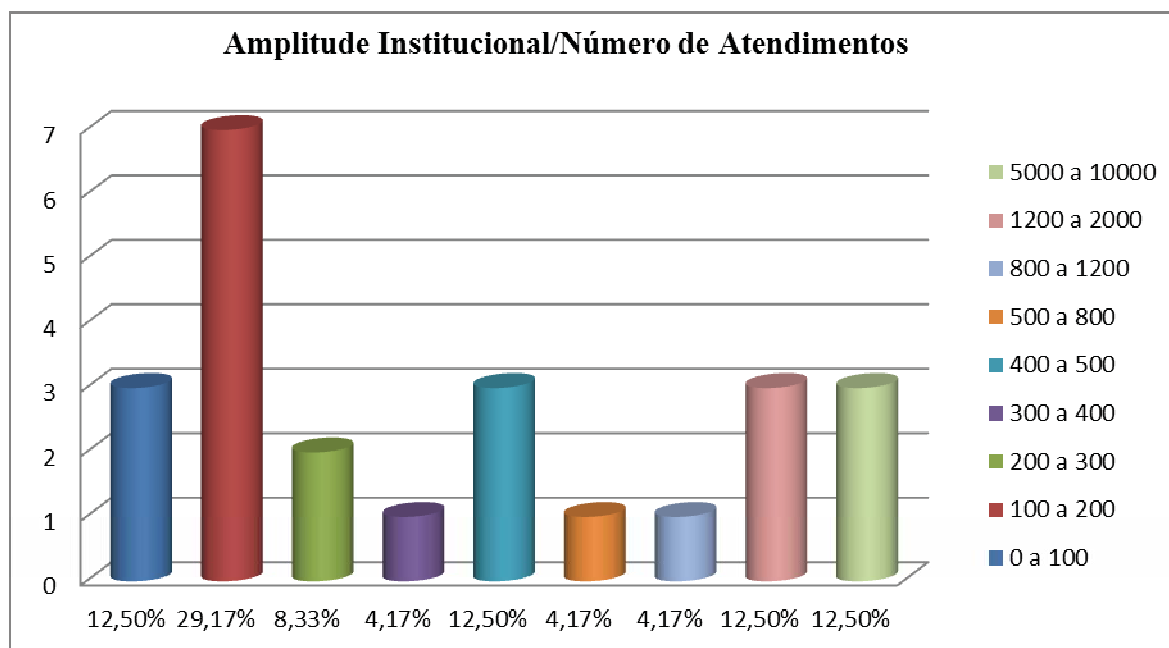


Fonte: Pesquisa de Campo – Mapeamento. Angelita M. C. Gandolfi Lança

O Gráfico 2 possibilita a visualização da caracterização das Instituições que prestam atendimento na educação formal no município, com o Assistente Social presente no quadro de recursos humanos. Esclarece-se que as instituições foram elencadas em categorias para

representação gráfica em decorrência de sua Natureza/Finalidade, bem como em relação aos serviços prestados, de acordo com a Política Pública de atendimento. Sob esta perspectiva, verifica-se a representação da seguinte forma: uma (1) instituição Pública Municipal, de Educação e Assistência (4,17%); uma (1) instituição Pública Estadual, de Educação (4,17%); cinco (5) instituições Privadas de Educação (20,83%); duas (2) instituições Privadas Filantrópicas, de Assistência (8,33%); oito (8) instituições Privadas Filantrópicas, de Educação (33,33%); seis (6) instituições Privadas Filantrópicas, de Assistência e Educação (25%) e uma (1) instituição Privada Filantrópica, de Assistência, Educação e Saúde (4,17%). Os dados evidenciam ser as instituições privadas, de finalidade filantrópica e de Educação as que mais acolhem o Serviço Social no município. Tal constatação se deve às interferências da Lei 11.494/2009, que determinam a responsabilidade do acompanhamento e execução das atividades das creches e escolas de educação infantil à Política de Educação e não mais à Assistência, conforme ocorria anterior à mesma. Com vistas à adequação legal, as instituições migraram da Assistência para a Educação, porém continuaram a manter em seu quadro de funcionários os Assistentes Sociais, em decorrência de projetos e ações sócio-educativas complementares, principalmente direcionados a trabalhos com famílias, bem como em relação ao processo de legitimação da profissão particulares a tais espaços. Considerando que os Assistentes Sociais não se encontram previstos dentre os profissionais que compõem os recursos humanos da Educação no município, a manutenção dos mesmos nas equipes se dá através da responsabilidade exclusiva da instituição no custeio salarial, através de recursos próprios e/ou convênios com outras Secretarias.

Gráfico 3 – Amplitude Institucional



Fonte: Pesquisa de Campo – Mapeamento. Angelita M. C. Gandolfi Lança

Através do Gráfico 3 é possível compreender a amplitude institucional em relação aos atendimentos diretos oferecidos na Política de Educação. Para tornar possível a transposição gráfica dos dados, os números de atendimentos foram dispostos em categorias (de 0 a 100, de 100 a 200 e assim sucessivamente), em decorrência das grandes variações em relação às informações. Verifica-se uma maior concentração de instituições prestando serviços na categoria de 100-200 atendimentos (29,17%), seguida das instituições que se assemelham na porcentagem de 12,50% em relação aos atendimentos inclusos nas categorias de 0-100, 400-500, 1.200-2.000 e 5.000-10.000. A categoria de 200-300 atendimentos apresenta uma porcentagem de 8,33% das instituições, enquanto que nas categorias de 300-400, 500-800 e 800-1.200 há uma representação de 4,17% das instituições para cada uma. A partir de então, define-se para efeito de análise as instituições em relação ao número de atendimentos prestados como de baixa amplitude (0-100,100-200), pequena amplitude (200-300, 300-400), média amplitude (400-500, 500-800, 800-1.200) e grande amplitude (1.200-2000, 5.000-10.000). As instituições ficam, então, representadas com referência à amplitude da seguinte forma: Baixa (41,67%); Pequena (12,50%); Média (20,84%) e Grande (25%). A análise evidencia que a maioria das Instituições prestadoras de serviços de educação formal em Ribeirão Preto, entre as que o Assistente Social faz parte, são de baixa amplitude a considerar o número de atendimentos oferecidos. Assim, são as instituições que oferecem o menor número de atendimentos na Política de Educação, as maiores contratantes do Serviço Social no município.

Gráfico 4 – Atendimentos das Instituições na Política de Educação

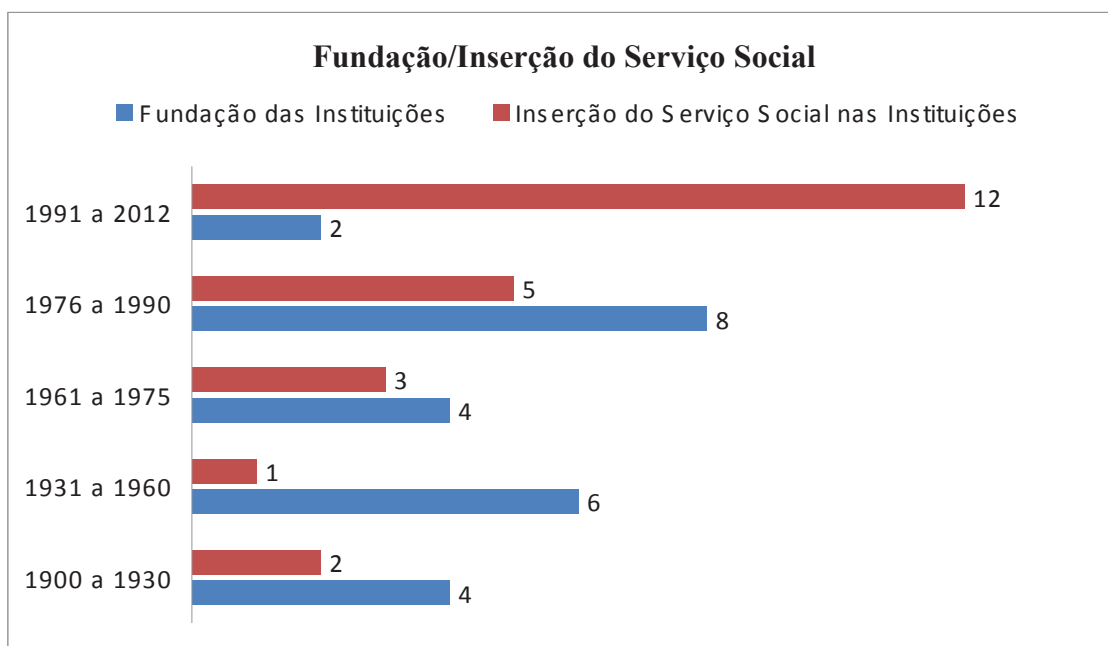


Fonte: Pesquisa de Campo – Mapeamento. Angelita M. C. Gandolfi Lança

O Gráfico 4 ilustra os atendimentos oferecidos pelas instituições frente à Política de Educação. Visualiza-se uma maior atuação das instituições na prestação de serviços de Ed. Infantil/Berçário/Maternal, Ed. Infantil/Fundamental/Médio (33,34%); seguida da Ed. Infantil e Ed. Especial (25%); da Ed. Infantil/Fundamental e Ed. Superior/Graduação/Pós-graduação (16,66%); da Ed. Infantil/Maternal, Ed. Infantil/Berçário, Ed. Infantil/Maternal/Fundamental, Ed. Profissional, Ed. Especial/Fundamental; e Ed. Especial/Infantil/Fundamental (25,02%). Verifica-se em relação às instituições observadas, que a maioria estabelece serviços em torno da Educação infantil. Conforme apresentado no Quadro 6, a maioria também desenvolve atividades que extrapolam a área educacional, como trabalhos com famílias, atividades sócio-

educativas, complementares, dentre outras. O trabalho do Assistente Social nas instituições encontra-se concentrado em aspectos gerais no acompanhamento do processo educativo dos alunos (acesso, permanência e evasão), com projetos sócio-assistenciais destinados às famílias, comunidade, dentre outros.

Gráfico 5 – Fundação das Instituições e Inserção do Serviço Social



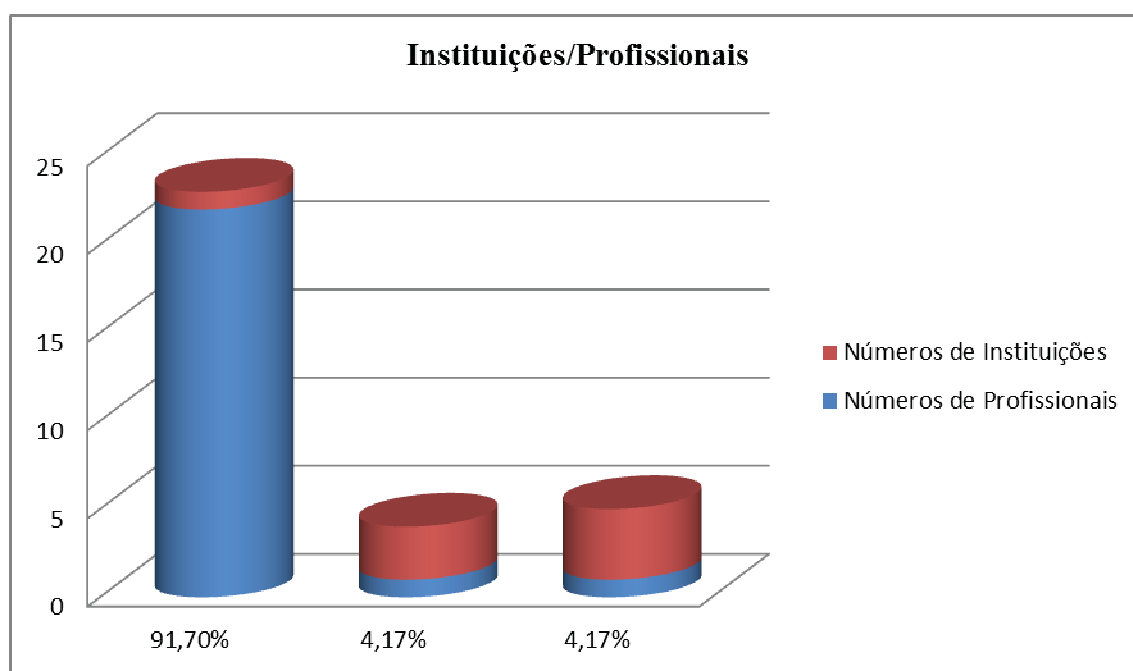
Fonte: Pesquisa de Campo – Mapeamento. Angelita M. C. Gandolfi Lança

O Gráfico 5²² estabelece uma referência comparativa em relação ao tempo de existência da instituição e o tempo de existência do Serviço Social na instituição. Os dados demonstram que a maioria das unidades foram fundadas entre os anos de 1976 e 1990, seguidos de 1931 a 1960. Há que se considerar que o primeiro período mencionado representa na história brasileira, um momento de grande intervenção do Estado frente as problemáticas sociais, impulsionando a criação de diversas instituições – públicas e privadas – para responder às relações de poder e aos anseios da sociedade, bem como das políticas públicas, principalmente a partir de 1988 com a Constituição Federal. O segundo, por sua vez, é caracterizado como um momento de intervenção assistencialista frente a realidade social, com a criação de instituições na mesma linha. Pode-se dizer que o tempo de existência das instituições confere uma tradição mediante os atendimentos oferecidos, que em sua maioria não se iniciaram na Política Educacional e sim na Política de Assistência. Em relação ao Serviço Social, verifica-se que a sua inserção nas instituições obteve maior representação

²² Uma das Instituições não se encontra representada nessa abordagem, por não possuir a informação em relação ao tempo de existência do Serviço Social na Instituição.

entre os anos de 1991 a 2012 e 1976 e 1990. Tais momentos na história de constituição da profissão na sociedade brasileira, dizem respeito a um contexto onde o Serviço Social começa a ganhar visibilidade técnica-profissional, impulsionada pelo Movimento de Reconceituação, bem como pelo processo de regulamentação da profissão na década de 1990, com uma demanda promissora de atuação no cenário das políticas públicas sociais pós 1988. Desta forma, o processo de inserção do Serviço Social nas instituições do município acompanham o a movimentação histórica de formação da sociedade brasileira, frente interesses, perspectivas e particularidades. Outra questão a ser pontuada é que a inserção do Serviço Social nas instituições na contemporaneidade (1991-2012) assume perspectiva crescente, enquanto a criação das instituições decresce.

Gráfico 6 – Referenciais Quantitativos de Instituições e Profissionais



Fonte: Pesquisa de Campo – Mapeamento. Angelita M. C. Gandolfi Lança

De acordo com o Gráfico 6, das 24 (vinte e quatro) instituições identificadas com o Mapeamento, 22 (vinte e duas), 91,70%, apresentam em seu quadro de funcionários apenas 01 (um) Assistente Social, enquanto que 01 (uma), 4,17%, apresenta 03 (três) e a outra restante 4,17%, apresenta 04 (quatro) profissionais. O número de profissionais atuantes nas instituições está relacionado ao número de atendimentos/serviços, ou seja, à amplitude de atendimento. As duas unidades que contemplam mais que um profissional, se encontram caracterizadas como de Grande Amplitude, conforme análise do Gráfico 3.

Ressalta-se que embora a análise das informações tenha sido realizada de forma gradual a partir dos gráficos, a compreensão da temática deve ocorrer em uma perspectiva de totalidade, na inter-relação das diversas evidências e constatações da realidade apresentada.

4.3 Vozes e Olhares

A proposta neste momento é a de envolver de forma direta os profissionais que atuam na área educacional no município de Ribeirão Preto na reflexão da temática, através da Pesquisa Qualitativa. Espera-se que este espaço no estudo oportunize a socialização de experiências e conhecimentos, fortalecendo a práxis profissional em tal área de atuação, possibilitando que os sujeitos se reconheçam de fato como protagonistas do processo de construção da realidade mediante o movimento contínuo de ação – reflexão – ação transformada.

Em consideração ao número de Assistentes Sociais atuantes em Ribeirão Preto, de acordo com as delimitações da Pesquisa, não ser extenso, houve o interesse de oportunizar o direito a participação de todos no processo das entrevistas. No entanto, tal intenção não pôde ser concretizada, uma vez que nem todos os profissionais se disponibilizaram, sob a justificativa de sobrecarga e compromissos de trabalho, motivos pessoais e particulares, dentre outros, embora mencionassem reconhecer a pertinência da pesquisa para a categoria. Em respeito as condições objetivas e subjetivas de alguns sujeitos de não participação no momento das entrevistas, as mesmas foram realizadas somente com aqueles que aceitaram participar, incluindo a pedido de alguns, a opção das respostas serem escritas e enviadas via e-mail (internet).

Em decorrência do contexto expresso, 9 profissionais representarão os sujeitos da Pesquisa no procedimento das entrevistas semi-estruturadas, sendo que 6 são pertencentes a instituições do setor privado e 03 ao setor privado filantrópico. As instituições públicas identificadas no Mapeamento não terão representação, impossibilitando a comparação e abordagem entre as instâncias público X privado. Tais sujeitos terão suas identidades originais mantidas em sigilo, considerando preceitos éticos do trabalho científico. No decorrer das abordagens, serão referenciados por: Sujeito 1; Sujeito 2; Sujeito 3; Sujeito 4; Sujeito 5; Sujeito 6; Sujeito 7; Sujeito 8; Sujeito 9²³). Cabe a ressalva de que apesar de partir dos

²³ Em decorrência do *lôcus* de atuação (a) profissional possuir a especificidade da Educação Especial, houve a solicitação da presença da pesquisadora na Instituição para conhecer o trabalho do Serviço Social, suas particularidades, para compreender se tal contexto se apresentava como objeto de pesquisa. Portanto, não

sujeitos, a solicitação pela disponibilização do roteiro das entrevistas por e-mail, apenas um participante utilizou o recurso, de modo que com todos os outros as entrevistas foram realizadas presencialmente.

As considerações dos sujeitos serão abordadas a seguir, com a representação de três falas para cada pontuação do roteiro de entrevista (semi-estruturada), com vistas a não tornar o texto repetitivo com posicionamentos semelhantes. A metodologia busca contemplar todas as observações dos sujeitos no decorrer da análise, de forma direta (através de citações de suas falas) ou indireta (através de fundamentações no texto). Ressalta-se a importância de visualizar tais contribuições articuladas a um todo, que compõe a percepção dos sujeitos em relação ao Serviço Social na Política de Educação.

O entendimento a respeito da educação e/ou educar é de grande amplitude e abrangência. A questão foi pensada de forma a garantir as expressões dos sujeitos em relação às suas visões de mundo, não contendo parâmetros de certo e errado, mas de percepção da realidade, de acordo com a formação ideológica e política de cada um.

Os sujeitos apresentam as seguintes contribuições:

Todo profissional que trabalha na área da educação é um pouco educador. Desde o professor até a recepcionista...todos tem um papel de educar, o que vão ensinar dentro de cada especificidade cabe a cada profissional. Vejo a educação muito fechada...falta o olhar nesta dimensão, esse entendimento. (SUJEITO 1)

A educação é um processo, no meu entendimento, de descoberta, desdobramento, reflexão e proposição da realidade, portanto ela se dá em todos os âmbitos de sociabilidade como na escola, na família, na comunidade, etc. Também é um meio de liberdade, através da formação, tanto de cidadania quanto profissional. (SUJEITO 8)

Hoje a educação na Escola vai além do ensino formal, do conteúdo, da informação...A escola hoje...A educação é...cabe a todos, mas existe aqueles que tem a responsabilidade principal, primeira, é a família, os pais, né...a sociedade como um todo e todos os outros seguimentos também podem assumir esse papel, mas...A formal é da escola, complementando com aquilo que vem de casa...E tá difícil hoje!...Há uma transferência de responsabilidades...ou ela assume de alguma maneira ou ela não consegue atingir o seu objetivo principal que é o conteúdo. (SUJEITO 5)

As falas remetem para a compreensão da Educação como um processo que extrapola os muros da Escola, de responsabilidade de diversos atores. Há referência à Educação como um contexto que envolve o ensino formal, informal e não-formal, portanto não se verifica uma visão unilateral sobre a questão, mas sim de totalidade. Sob este entendimento, a Educação é um campo aberto ao envolvimento de todos, de modo que todos possuem a

seguiu-se o roteiro de entrevistas a critério do sujeito 9, mas houve a oportunidade de diálogo sobre as experiências técnico-operacionais do(a) Assistente Social, abordando de forma geral a temática em questão deste estudo.

possibilidade e o compromisso de educar, em atenção às particularidades e especificidades de cada instituição social que representam. Se todos, de uma forma ou de outra, encontram-se envolvidos com o processo educativo de formação humana e social, pode-se dizer que todos possuem responsabilidades perante o mesmo. De acordo com Brandão (1993, p.26), a educação se manifesta “sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar – e – aprender”. Neste caso, o Assistente Social mediante a especificidade de sua atuação, não deixa de caracterizar uma figura importante no processo de ensino – aprendizagem no meio social, a fim de colaborar com a compreensão da realidade que se dá sistematicamente no cotidiano.

A análise da questão confirma a hipótese deste estudo, que considera a possibilidade do Assistente Social exercer o papel de educador através de sua práxis, não um educador na definição escolar, mas um educador social, capaz de estimular o diálogo da educação com os sujeitos na sua historicidade, possuindo como vantagem para o desenvolvimento do trabalho, de acordo com Martins (2007), a permanência dos sujeitos no ambiente escolar por um período contínuo, o que colabora para o acompanhamento em longo prazo. Além da dimensão sócio-educativa própria à profissão, as condições para o exercício educativo se estabelecem no dia-a-dia, nas relações com a demanda, sob a perspectiva da educação informal e não-formal, nos diversos espaços profissionais, independente da atuação na Política de Educação. Desta forma, o Assistente Social se configura sob aspectos políticos e ideológicos como um educador social diante de suas relações de trabalho, agindo sobre as diversas expressões da realidade social junto aos usuários das políticas sociais, equipe de trabalho, gestores, sociedade em geral.

É incontestável a função educativa desempenhada pelos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos Sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 142).

Reportando-se às observações do(a) Sujeito 5, verifica-se que, apesar da Educação ser um construto histórico, vinculada diretamente à existência humana, muito ainda há que se refletir sobre a mesma na contemporaneidade. Ao referir-se à transferência de responsabilidades da família e demais setores da sociedade à escola, no que compete à educação informal e não-formal, há a evidência das contradições vivenciadas na atualidade no ambiente escolar, que se obriga a atuar mediante aspectos que extrapolam a finalidade tradicional de promoção da educação formal, sistematizada. A realidade social dos alunos,

país e sociedade, tem demandado à escola uma atuação correspondente às diversas expressões da Questão Social do mundo contemporâneo, com vistas a articular conhecimento (conteúdo, disciplinas) com a vivência de seus sujeitos. Há a necessidade que a proposta pedagógica da Escola corresponda aos anseios e necessidades de seu público, conforme já discutido anteriormente, mesmo que em seu bojo façam-se presentes as contradições das relações ideológicas e de poder dominantes, tornando-se prioritário o compromisso ético em busca da garantia do acesso, permanência e formação cidadã dos indivíduos, na perspectiva de direitos. A conjuntura atual mostra que as instituições sociais (família, escola, religião) encontram-se em crise em relação à definição de seus papéis na sociedade, com dificuldades de reconhecer-se no processo de consolidação da Educação. “Então fica todo mundo meio perdido...”(SUJEITO 5). As instituições sociais no geral são representações do poder em sociedade e assim, quando se encontram em crise, significa que as relações de poder se encontram em conflito, o que no cenário sócio-histórico evidencia grande propulsão a mudanças.

O exercício do poder da instituição da sociedade, sobre os indivíduos por ela produzidos, efetiva-se por meio do conjunto de instituições que visam à socialização e se realiza na família, na escola, nas leis, nos costumes, na religião, na cultura. Assim, transmitem-se as significações imaginárias sociais que, internalizadas pelos indivíduos, constituem para os mesmos a sua matriz de referência, que fundamentará seu pensar, sentir e agir. É o assumir o internalizado como natural e verdadeiro, que prende o indivíduo em fechamento cognitivo. (VIEIRA, 2009, p. 46).

A escola pertencente a este contexto enquanto instituição social de extrema importância na sociedade, ao longo de seu processo de constituição, sempre foi chamada, de acordo com sua função social, ideológica e política, a atuar mediante situações internas e externas a seu contexto, de ordem política, econômica, social, cultural. É neste cenário contraditório de luta pela garantia do direito a Educação, mediante uma política pública social, que o Assistente Social encontra espaços e possibilidades de atuação. O contexto de possibilidades e desafios da inserção do Assistente Social na área educacional se expressa de diversas maneiras. A demanda por tal profissional pode se estabelecer diante da necessidade de intervenção nas expressões da Questão Social intra e extra-escola: na articulação da Política Educacional com as demais Políticas Públicas e Sociais, no processo de gestão política, administrativa e pedagógica escolar, sob uma perspectiva de compor a equipe multiprofissional e interdisciplinar para o atendimento das necessidades do público alvo direto e indireto em sua complexidade, como também para responder a problemáticas imediatas e

evidentes da realidade escolar (violência, drogas, evasão) sem uma conotação política de atuação – somente “resolver” problemas.

O Serviço Social desenvolve sua intervenção em um *espaço de tensão e contradição* entre sua função de reprodução do sistema (a partir dos interesses hegemônicos do grande capital) e sua defesa dos direitos e conquistas sociais (a partir de demandas e de lutas das classes trabalhadoras e subalternas); isto reflete uma prática profissional que é *essencialmente política*, inserida no interior das contradições entre as classes, ocupando um espaço de disputa de interesses. (MONTAÑO, 2006, p. 142, grifo do autor).

O setor educacional pode demandar a atuação do Assistente Social sob uma perspectiva tradicional, no entanto, isto não significa que o percurso de atuação profissional na Instituição fica condicionado a tal perspectiva. O profissional de Serviço Social pode iniciar um trabalho na instituição educacional sob uma demanda conservadora, de adequação à ordem e estrutura pré-estabelecidas, e no decorrer de seu processo de intervenção na realidade, construir um histórico técnico-profissional questionador, emancipador e propositivo. No entanto, este cenário não se consolida facilmente. Há diversos determinantes que viabilizam ou não tais mudanças, pertencentes à conjuntura interna e externa da Instituição, bem como à própria questão da formação profissional e à efetividade do projeto ético-político de atuação.

As observações dos sujeitos em relação às suas experiências de inserção na área educacional confirmam tais particularidades, de modo que o cotidiano se expressa como um espaço constante de busca pela valorização do trabalho profissional, com ações que podem avançar quanto retroceder mediante as relações de forças presentes. Verifica-se uma movimentação progressiva, o desafio é que muitas vezes esse esforço não adquire reflexos de categoria, não sendo compartilhado com o coletivo profissional, fragilizando o poder de mobilização e fortalecimento da identidade do Serviço Social na Política Educacional. Os desafios e as possibilidades em grande parte são vivenciados individualmente, solitariamente, o que contribui para que cada um viva suas experiências sem socialização, sem oportunidade do embate de idéias, do confronto, da contra-experiência.

Ao observar as considerações dos sujeitos, verificam-se diferenciações no processo de inserção profissional em tal Política:

Desde o final de 2009, a Instituição é prioritariamente educacional...a minha inserção nessa área foi é...para atender essa demanda...essa necessidade de um cumprimento legal...na verdade foi isso...então assim...essa necessidade de ter um técnico que assinasse os pareceres é...para cumprir as regras filantrópicas, então foi uma questão muito mais burocrática do que uma necessidade da própria Instituição educacional. Então assim...o papel...é muito difícil de você ganhar

espaço...porque...porque o Assistente Social, a atuação dele vai muito de encontro com a atuação de outras áreas...principalmente do pedagógico... [...] apesar de alguns projetos é muito difícil ir além dessa questão burocrática...(SUJEITO 2)

[...] aqui tem uma estrutura... o trabalho do Assistente Social só vai colaborar!..Na escola pública a gente percebe que não têm...Então não adianta você inserir o Assistente Social hoje na escola pública...do jeito que ela está...porque se você não tiver o respaldo da direção, do corpo docente, pra que é...faça-se cumprir as regras e as normas dentro dessa escola...o papel do Serviço Social é...vai ser assim insano...insano...porque, porque ela vai querer acertar algumas situações, tudo...mas ela não vai ter o apoio da direção...porque as regras não são cumpridas...não são estabelecidas...não são cumpridas. [...]Agora jogar o Assistente Social nesse momento...nessa estrutura que tá hoje, né, que os profissionais são desrespeitados, a família não faz parte do processo de educação...a família não está dentro da escola...(SUJEITO 4)

Eu já desenvolvia um trabalho na Instituição, não era Assistente Social (...) só depois que eu fui estudar (...) e depois assumi o cargo... Eu tenho a incumbência...eu acho que tenho a responsabilidade de...de educar...não é de educar...mas também ensiná-los a olhar aquela situação como ela realmente é...entendeu? Então, por isso que eu acho que é um ato também de educação...eu como Assistente Social não só com relação aos usuários que eu tenho aqui dentro, mas também com relação aos educadores...isso também é um processo de educação, porque eles também tem um outro olhar...então eu acho que essa relação pra mim é de educação...eu chamo de educação...não é só uma informação...não aceitando aquilo que os educadores, que o pedagogo passa pra mim, mas também colocando aquilo que eu acredito...juntando com as informações que ela me dá...para que realmente seja efetivo pro educa...pro educando que está aqui.(SUJEITO 7)

O processo de inserção do Serviço Social nos diversos espaços e políticas, respondem às particularidades e especificidades de cada contexto. Essa premissa se confirma ao visualizarmos, de acordo com as falas citadas acima, que para cada profissional, para cada espaço de atuação, houve uma experiência singular de inserção. A realidade de uma escola privada, de uma escola técnica-profissional e de uma escola filantrópica não se configura a mesma, pois apesar de possuírem em comum o fim maior da formação educacional de base formal, seus propósitos, suas visões de mundo em relação ao homem e a sociedade variam, influenciando diretamente os meios, o como fazer a educação. Essa relação exercerá forte influência sobre a maneira como o Assistente Social será chamado a exercer o seu trabalho na Instituição, ou seja, cria-se uma expectativa em relação ao trabalho deste profissional – seja de cumprimento de exigências legais e/ou de incorporação à equipe multiprofissional com vistas a colaborar no processo educativo da Instituição.

Sem desconsiderar as influências exercidas por tais expectativas no decorrer da permanência do Serviço Social na Instituição, pode-se dizer que a própria movimentação do real, as vivências e relações estabelecidas com o público interno e externo à Instituição, oferecerão subsídios que colaborem ou não para a alteração da realidade e legitimação profissional em tais espaços. O Assistente Social não é neutro perante suas atuações, passivo

aos ditames institucionais. Possui um compromisso ético e político para com a demanda de atendimento, por isso sua práxis não deve ser capaz de interferir somente no modo de constituição da vida de seus sujeitos, mas atingir a sociedade como um todo, focando no cenário escolar, a equipe multiprofissional, os gestores, as famílias, a comunidade, repercutindo na própria Política Educacional.

Observa-se que a profissão, embora tenha conquistado grandes avanços, de ordem política e ideológica, ao longo de seu percurso histórico, ainda é acompanhada por sua identidade atribuída, atrelada aos interesses dominantes. Deste modo, o Assistente Social estaria para servir e atender as necessidades Institucionais, em desconsideração ao papel que exerce de mediador das relações de forças, conflitos entre os beneficiários e os promotores dos serviços e políticas públicas, pautado na perspectiva de direitos, cidadania e democracia. Com base na Pesquisa de Campo, constata-se que nos ambientes escolares onde há a assimilação do Serviço Social como uma profissão de fundamentação teórico-filosófica, que extrapola a rotina técnico-operacional, o processo de legitimação da profissão tem se estabelecido. Já em outros espaços que ainda compreendem o Serviço Social atrelado somente a questões técnico-burocráticas, muito ainda há que se caminhar. Cabe a observação neste momento de que, ampliar e aprofundar olhares em relação à compreensão da profissão, não é algo que ocorre de forma imediata. É fruto de um longo processo histórico de consolidação e atuação profissional, relacionado diretamente ao tempo de presença do Serviço Social na Instituição, sob vigia constante de rompimento com visões e posturas conservadoras e tradicionalistas que acompanham a profissão desde o seu surgimento. Culturalmente, o Serviço Social ainda é uma profissão desconhecida na sociedade. Em muitas áreas e ou políticas é requisitado para cumprir parâmetros legais. A profissão ainda não venceu a etapa do fazer-se conhecer, tornar-se conhecida. Em diversos ambientes, os próprios colegas de outras áreas têm a dificuldade de entender qual o papel do Serviço Social naquela Instituição, bem como o que ele pode fazer além das experiências visíveis. Os próprios profissionais de Serviço Social possuem dificuldades de posicionar-se em relação à sua especificidade no mundo do trabalho.

La especificidad es una cualidad que diferencia a unos saberes y prácticas de otras, señalando la especialización que no lo da el manejo de elementos constitutivos absolutos sino contruidos a partir del todo en partes para actuar dentro de la unidad de lo diverso, tal como en los procesos de investigación. El hecho de que se tenga que saber de otras disciplinas no significa que se pierda la especificidad, sino que la transdisciplinariedad diversifica la unidad y a su vez se especializa más las diferentes profesiones, asumiendo nuevas especificidades, siempre que estas no se tomen como absolutismos. (ARGUETA, 2006, p. 225).

Identifica-se neste contexto a urgência de um movimento de compreensão da profissão (limites e possibilidades) de dentro pra fora e de fora pra dentro. As legislações existentes que regulamentam a profissão não garantem que no cotidiano sejam rompidos os desafios da legitimidade profissional, as dificuldades dos profissionais se posicionarem enquanto categoria, grupo, coletivo, bem como as dificuldades de consolidação do projeto ético-político profissional na sociedade capitalista contemporânea – neoliberal e globalizada. A complexidade de tais apontamentos direciona para a necessidade de uma reflexão sincera e comprometida com a própria profissão. Reconhecer e aceitar seus limites e desafios seria um primeiro passo para o enfrentamento e a busca de soluções. Não um movimento individual, mas coletivo. Os espaços de socialização de experiências ainda são insuficientes (eventos, congressos, seminários) e em muitos casos a participação fica condicionada a questões financeiras e de disponibilidade em decorrência das exigências do espaço de trabalho. Quando há a oportunidade de posicionamento, de troca, geralmente são pontuadas somente as experiências positivas, desconsiderando as que porventura não tenham atingido os resultados esperados, como se estas não fossem importantes para o processo de construção de conhecimento. Ademais, a categoria não possui a tradição de registrar suas experiências e publicá-las, ficando tais ações vinculadas em geral ao meio acadêmico. A categoria tem que se servir dos espaços existentes e criar novos, para que se garanta a oportunidade do debate, do diálogo, da publicização do trabalho profissional.

Torna-se difícil a exigência do reconhecimento profissional e a busca por novos campos de atuação, se antes não se esclarecer e enfrentar pendências intrínsecas à própria profissão. Sob este viés, a ocupação de espaços profissionais na Política de Educação não garante a legitimidade profissional. Embora a categoria avance na direção da regulamentação legal em relação à garantia da atuação nos ambientes escolares, há que se questionar como isso se dará efetivamente, o que representará a presença do Assistente Social em tal cenário. A Política de Educação, através de seus recursos e instituições, não pode ficar alheia ao processo de regulamentação das legislações que garantem a atuação do Serviço Social nas escolas, devendo compartilhar das discussões e reflexões que possibilitam a compreensão do profissional em tal cenário. Caso contrário, mais uma vez o Serviço Social será respaldado por uma legislação, sem ser legítimo para os ambientes onde a Política Nacional de Educação se materializa. Essa contradição traz implicações diversas no cotidiano profissional, onde o Assistente Social pode se configurar como apenas mais um dentro da escola, em desconsideração ao seu potencial técnico-profissional de atuação política junto à comunidade escolar em prol do desenvolvimento da Educação em uma perspectiva ampliada.

Apesar do Serviço Social e da Educação apresentar diversas semelhanças em seus processos históricos de consolidação no cenário brasileiro, conforme discutido no Capítulo 3, muito ainda necessita ser conhecidos enquanto áreas de atuação e conhecimento, para que de fato os esforços possam se somar na busca por uma educação emancipadora, que reconheça os sujeitos pertencentes a uma conjuntura social, política, econômica e cultural e que possa junto a demais políticas, desenvolver ações na perspectiva de uma sociedade democrática.

Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade. (SOUZA, 2005, p.39).

As experiências descritas a seguir, apresentam como se estabelecem as relações cotidianas do trabalho profissional, em atenção aos desafios e possibilidades vivenciados.

No âmbito da instituição educacional sobre a autonomia profissional é dado de forma satisfatória ao serviço social não tendo problemas com as condições técnicas e éticas da profissão, como exemplo: sala exclusiva para o serviço social; documentação social separada das demais e com acesso permitido apenas ao assistente social; instrumentais de avaliação, pesquisa e intervenção próprias do serviço social; autonomia de intervenção com as famílias de alunos. O conflito maior na instituição educacional é o entendimento dos outros profissionais da educação sobre as atribuições e competências do assistente social na política de educação, pois muitas vezes a entendem como uma forma de mediar conflito e tensões que atrapalham o desenvolvimento dos alunos, sendo este o maior desafio na minha intervenção, demonstrar a visão do serviço social diante de algum complexo da questão social que se expressa na escola e atuar como forma de garantir direito, não apenas mediante encaminhamentos e/ou através de articulação com órgãos da rede setorial de defesa e garantia de direitos, mas também através da dimensão sócioeducativa que o serviço social tem e a utiliza na sua intervenção, tanto em âmbito individual quanto em grupo. (SUJEITO 8)

[...] minha supervisora não fica aqui na nossa sala, fica em outro local...então, eu fico aqui meio como braço direito dela... tenho contato com os coordenadores,...então eu tenho que ter muito jogo de cintura para tratar essa questão de gestão com os coordenadores. Não melindrar os coordenadores e também não melindrar os alunos, né (...). A gente faz uma mediação aqui com o aluno né, com o processo de estagiários principalmente ... porque os coordenadores cobram muito a colocação de estagiários quando saem os alunos(...). Então tem que ter muito jogo de cintura pra lidar com essas mediações, essa questão da mediação deve ser muito bem feita. (SUJEITO 6)

O Serviço Social na Instituição é antigo...ele trabalha prioritariamente com a Política de Assistência, apesar de ter outras políticas...A parte da Educação fica mais para o pedagógico...O trabalho do Assistente Social é porta de entrada na Instituição...a sala do Assistente Social é a primeira sala...todos que chegam passam por mim...é feita orientação quanto aos serviços e acompanhamento dos problemas de higiene, acessibilidade, sociabilidade com os alunos e familiares.(SUJEITO 9)

As vivências demonstram certas problemáticas que não são exclusivas do cotidiano profissional na área educacional, até porque independente da área de atuação, o Serviço Social

é um só, com determinada especificidade e particularidade. O fato é que culturalmente a profissão ainda não conseguiu romper com a visão estreita a seu respeito, que considera o Assistente Social como responsável por resolver conflitos, problemas. No cenário educacional a questão não tem se mostrado diferente, o que valida as reflexões anteriores a respeito da necessidade de melhor entendimento da profissão enquanto categoria e na própria sociedade.

As relações de poder se manifestam permeando o cotidiano de todos os atores envolvidos no contexto educacional. Em cada momento, em cada expressão da realidade, a detenção desse poder sofre variações, respondendo a determinados interesses em jogo. Sobre poder, Foucault (online, p. 6) defende a idéia de que,

O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem "sentido", o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.

O desafio que se manifesta nesta questão é que há um histórico na trajetória da educação brasileira desse poder encontrar-se nas mãos dos dominantes, resultando em um déficit para com os sujeitos (alunos) da política educacional. Embora o Brasil apresente uma movimentação ideológica que privilegie a gestão participativa e compartilhada, a realidade escolar evidencia-se ainda de forma hierarquizada, situação perceptível através da própria estrutura física de tais espaços, onde os diretores, coordenadores e professores em sua maioria ainda se instalam em ambientes distantes dos alunos. Desta forma, os Assistentes Sociais, mediante a relação das forças em disputa, podem exercer um papel fundamental no que se refere à garantia de direitos e interesses da população demandatária dos serviços educacionais. No bojo da Política Educacional, pode-se dizer que o profissional vivencia as relações de poder em momentos de forma passiva e em outros ativamente, em uma busca contínua de reconhecimento técnico-profissional tanto da própria gestão quanto de seus próprios usuários.

A mediação se apresenta como categoria fundamental à atuação profissional mediante as relações de poder, as contradições e os conflitos presentes na realidade sócio-histórica escolar. Ao realizar a mediação, o profissional de Serviço Social não está simplesmente mediando conflitos na perspectiva de apaziguamento dos problemas emergentes. A mediação

serve ao Serviço Social, em sua complexidade, no processo de desmistificação da realidade social, sob preceitos teóricos e práticos. De acordo com Martinelli (1993, p. 136),

Mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias e pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. São instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas do real. Neste sentido, a própria prática profissional é uma mediação, pois coloca em movimento toda uma cadeia de vínculos na relação totalidade/particularidade, tendo em vista a superação da realidade social concreta.

O Serviço Social há que se valer do processo de mediação no contexto da Política Educacional, para que a práxis profissional se consolide. A mediação no cotidiano profissional necessita ser melhor compreendida para que de fato possa representar um instrumento teórico-prático de atuação, respaldando as especificidades da atuação do Assistente Social.

Apesar das falas dos Sujeitos expressarem a existência de autonomia nos espaços educacionais, verifica-se que o processo de gestão do trabalho profissional ainda enfrenta dificuldades. Se considerarmos que gestão envolve além de posturas técnicas-administrativas de execução do trabalho, também o planejamento e acompanhamento das ações mediante subsídios teórico-filosóficos em uma perspectiva micro e macro social, tal processo se encontra fragilizado. Verifica-se uma gestão mais focada nas necessidades imediatas e nos projetos internos da Instituição, com dificuldades em se estabelecer um processo de gestão do trabalho profissional em nível macro-social, capaz de garantir a articulação com as políticas públicas e sociais no ambiente interno e externo ao cenário escolar. As propostas de atuação possuem dificuldades de se estabelecer na interdisciplinaridade, atingindo no máximo a perspectiva multidisciplinar. As análises de tais evidências demonstram que as dificuldades encontradas pelos Assistentes Sociais em relação à gestão são pertencentes a uma conjuntura política interna e externa à categoria, de compreensão da profissão no mundo do trabalho.

Sob este aspecto, tanto o Serviço Social quanto a Política de Educação representada pelas instituições escolares devem possuir clareza quanto os propósitos da dimensão sócio-educativa da profissão. Tal dimensão, conforme abordado com maior propriedade no Capítulo 3, preconiza uma atuação política, desprovida de neutralidade, com vistas a contribuir para o processo de desvelamento da realidade social por parte do público envolvido no cenário escolar, bem como da sociedade como um todo. A atuação em relação à dimensão sócio-educativa profissional estabelece a necessidade de ações e intervenções que promovam o reconhecimento dos usuários dos serviços enquanto sujeitos sócio-históricos, ativos em um

contexto que se problematiza continua e progressivamente em decorrência do desenvolvimento da sociedade capitalista e suas atuais configurações na contemporaneidade. Apenas 30,3% dos Sujeitos participantes da Pesquisa no processo das entrevistas fizeram menção à dimensão sócio-educativa profissional, apesar de ter sido pontuada tal temática com todos os envolvidos. Os profissionais que abordaram o assunto encontram-se mais envolvidos no processo de discussão da implementação do Serviço Social na Política de Educação e/ou com experiências profissionais voltadas diretamente para a Política Educacional no município.

Apesar das dificuldades vivenciadas no cotidiano profissional nas instituições de ensino, pode-se verificar experiências com resultados positivos em relação ao trabalho desempenhado até então.

O espaço que o Serviço Social foi ganhando aqui dentro foi muito importante, muito interessante... Hoje, por exemplo, a própria direção...qualquer pessoa que chegue, independente de ter sido encaminhado por um órgão público, por uma autoridade é...elas não tiram a minha autoridade(...) Então aos poucos os próprios professores começaram a conhecer um pouco mais o trabalho do Assistente Social dentro da escola e viram que não é só uma questão de avaliar documentos. Logo que entrei eu ficava sabendo dos eventos por acaso...não tinha esse trabalho em conjunto, essa parceria...do Serviço Social com os coordenadores e...e orientadores educacionais. (SUJEITO 3)

Eu acho que não existe resultado concreto dentro de uma situação que você faz e...duas competências...aqui nós estamos falando de Serviço Social e Educação, mas...é...e nem se preocupar com isso...efetividade eu vejo muito. Por exemplo é...eu vejo é...eu tô fazendo um trabalho de Serviço Social junto com a Educação dentro de uma instituição como essa...e quando eu vejo as crianças da educação infantil que são crianças de 3 a 5 anos...é um exemplo muito simples, mas eu sempre falo disso...Eles vão pro refeitório pra almoçar, e...eles sabem o que eles estão fazendo, eles...ninguém coloca comida no prato do menino(...).ele sabe onde tá o alimento, ele se serve(...), mas ele sabe que ele não pode desperdiçar comida(...) isso é um exemplo que eu sempre falo de educação, que pode parecer uma bobagem mas, precisou de várias ações pro menino ter essa autonomia, pra ele saber se situar...e isso tem o serviço do Assistente Social e o serviço do Pedagogo, então é...foram várias coisas, não é uma só, então pra mim isso é um resultado fantástico, sabe! (SUJEITO 7)

[...] às vezes a gente sonha que vai desenvolver muita coisa e a gente não consegue...Hoje eu me vejo fazendo parte de uma equipe realmente...não porque eu sou Assistente Social, eu poderia ser contadora da escola, mas pela gestão participativa que é a proposta de nosso diretor atual(...) Lógico, a formação acadêmica da gente sempre faz diferença... O que justifica a validação é a questão burocrática, é a questão técnica, a questão legal...cumprimento do dever legal enquanto Instituição filantrópica. A nossa formação, ela não dá uma formação para essa questão, voltada dentro de uma escola particular, é...porque a classe média, a classe média alta, não enxerga os problemas dela como problemas de intervenção pro Assistente Social. (SUJEITO 2)

Os depoimentos revelam que o processo de consolidação profissional na Política de Educação nos ambientes escolares é algo que se constrói no cotidiano de trabalho, por meio

das ações desenvolvidas com diversos atores envolvidos a comunidade escolar. Atuar sobre a concretude da realidade social, exige a abstração do real ao mundo das idéias e posteriormente o retorno desse real, objeto, matéria à realidade de uma forma alterada, transformada pelo processo reflexivo. Nesse contexto de pensar e agir, não é somente o objeto, ou seja, a realidade social pertencente ao mundo objetivo da escola que sofre transformações, mas todos os atores sociais, sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no bojo da reflexão-ação-reflexão transformada, em uma perspectiva subjetiva. Este processo complexo se torna possível por meio da realização do trabalho. A categoria trabalho possibilita a transformação do homem e do mundo que o rodeia. Esta questão foi abordada com maior profundidade no Capítulo 2, quando se fez referência ao pensamento de Marx sobre a questão.

A fala do(a) Sujeito 5 é bastante expressiva nesse sentido, “[...] se você perguntar hoje para um dos coordenadores administrativos: olha, tá vindo um Assistente Social para ficar aqui com vocês...O que você acha que ele pode fazer? Ele vai falar assim: Ah!..Vêm ontem! Por conta de todo o histórico de trabalho que a gente já teve.”

O Serviço Social ainda não possui uma tradição de atuação frente à Política de Educação, assim como em outras áreas, conforme já pontuado anteriormente. As experiências observadas demonstram que os profissionais inseriram-se nos ambientes escolares mais em decorrência de responder a exigências legais de outras políticas do que da própria Educação. Vale ressaltar que

A reconfiguração do Estado e da sociedade civil, na esteira dos pressupostos da Terceira Via, vem, de FHC a Lula, permeando a realidade brasileira num processo acelerado de contrarreformas, especialmente no campo das políticas sociais, em que o empresariamento e a refilantropização passaram a delinear as formas de enfrentamento da questão social com políticas de privatização, terceirização, parcerias público-privado e fundações, práticas entranhadas na atual conjuntura, nas diferentes esferas de governo, especialmente no espectro municipal. Neste trabalho, a contrarreforma caracteriza-se pela eliminação ou redução das conquistas das classes subalternas, perspectiva inerente ao neoliberalismo e às condições postas pelo capitalismo na atualidade. (SIMIONATTO; LUZA, 2011, p. 217).

Apesar das Políticas Sociais serem pertencentes e articuladas a um contexto, com a finalidade de servir à sociedade, ou seja, aos seus sujeitos diante de diversas necessidades, o processo de implementação e execução de tais políticas ainda tem que superar a fragmentação, desarticulação. Esse aspecto influencia diretamente o trabalho do Assistente Social no cenário escolar, uma vez que, apesar de poder atuar frente a programas da Política de Assistência na escola pública ou programas de bolsas de estudo (filantropia) nas escolas privadas, também deve atuar nos espaços contraditórios das outras políticas em prol da garantia de direitos dos usuários dos serviços, seja na saúde, previdência, dentre outros. O fato

é que no cenário escolar o Assistente Social não vai lidar somente com a Política de Educação, vai também perpassar os caminhos de outras políticas com vistas ao atendimento das necessidades dos sujeitos em sua totalidade. No entanto, o que se observa é a persistência da cultura de concepção da identidade profissional atrelada à política da Assistência.

Embora a categoria profissional apresente um histórico de surgimento associado a práticas assistenciais, curativas e apaziguadoras dos conflitos sociais, é impossível continuar reportando-se ao passado para justificar tais representações contemporâneas. O Serviço Social apresentou evoluções em sua trajetória, principalmente no que se refere a adoção da perspectiva teórico-filosófico crítica de atuação, vinculada a um projeto ético-político profissional e a legislações que regulamentam a profissão no mundo do trabalho. Cabe o envolvimento da categoria no momento sobre como atuar no contexto técnico-prático para a superação de alguns resquícios históricos que acompanham a profissão até os dias atuais a ponto de dificultar o trabalho do Assistente Social em uma abordagem crítica, contextualizada, que o legitime no mundo do trabalho independente dos espaços de atuação. O Assistente Social tem que dizer mais sobre si e a que veio e não deixar que os outros (diversas instituições sociais, outras categorias profissionais, etc.) o façam.

As experiências construídas e existentes até o momento em Ribeirão Preto, revelam que o trabalho do Serviço Social na área educacional apresenta resultados positivos em nível de categoria profissional, do ambiente da instituição escolar, bem como da própria Política Educacional.

No que se refere à categoria profissional, visualizam-se situações onde o Assistente Social não se encontra inserido no ambiente escolar somente para preencher mais um espaço profissional, de modo que o reconhecimento da importância do mesmo perante o processo de mediação da realidade social no cenário escolar tem sido considerada, contribuindo para a valorização e legitimação do Serviço Social. Em outras situações, como explicitado pelo Sujeito 2, a atuação do Serviço Social se estabelece a ocupar um espaço na Instituição, sem muita autonomia ao desenvolver o seu papel, condicionada diretamente à proposta administrativa e de gestão escolar. Há que se considerar os diversos condicionantes, as relações de forças existentes no cenário escolar, que influenciam direta ou indiretamente sobre o processo de instauração e desenvolvimento do Serviço Social em determinado local.

Em relação ao ambiente escolar, compondo este cenário os alunos, famílias, professores/educadores, gestores, demais funcionários, entre outros, verifica-se que, quando o trabalho se consolida de forma interdisciplinar, a exemplo das considerações do Sujeito 7, há a compreensão do processo educativo para além da educação formal destinada

exclusivamente aos alunos, repercutindo em todos os setores envolvidos com a escola. As ações oferecem maior alcance social. A complementaridade de conhecimentos, sem se perder a noção de especificidade de cada área, contribui para a ampliação de olhares em relação ao contexto escolar, não só dos profissionais envolvidos com a escola, mas também dos familiares, comunidade, órgãos públicos, dentre outros. Um dos grandes desafios dos profissionais envolvidos com a Educação no mundo contemporâneo é o de transmitir à sociedade que a Educação é um processo de responsabilidade da coletividade, que o ensino institucionalizado é apenas uma parte do processo de consolidação da Educação na sociedade enquanto direito e que não se justifica mais a Escola permanecer fechada a suas demandas e problemas internos, devendo ser aberta e atenta à participação dos diversos atores sociais. Verifica-se nos ambientes observados por meio da Pesquisa de Campo, vários programas e projetos desenvolvidos pela Escola, sob responsabilidade do Assistente Social, que contribuem para a articulação dos interesses dos sujeitos em uma perspectiva ampliada: trabalhos com famílias, atividades internas e externas ao ambiente escolar com os alunos, trabalhos com a rede de recursos sócio-assistenciais e diversos equipamentos disponíveis na sociedade.

A própria Política de Educação possui especificidades na forma de se gestar na sociedade. Há particularidades na maneira como se estabelece nas instituições públicas, privadas e filantrópicas de ensino. Isto porque, em cada instância, há uma lógica que subsidia as ações, uma visão de mundo, uma determinada concepção de educação. A Educação reflete expectativas individuais e sociais de preparação e formação para inserção no mundo do trabalho, para a cidadania, para a sociedade. Cabe definir para a construção de qual sociedade a educação trabalha, como aborda Saviani (1981): uma sociedade autoritária ou democrática, uma sociedade que privilegia o interesse de todos ou de alguns, uma sociedade de direitos ou de benesses.

O que se torna evidente é que independente da rede pública, privada ou filantrópica de ensino, as diversas expressões da Questão Social²⁴ (desemprego, flexibilização dos contratos de trabalho, diferentes formas de organização do núcleo familiar, violências, privatização dos serviços públicos, precarização das políticas sociais) se encontram presentes. Isto porque,

²⁴[...] *questão social* como expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais, e, na particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado do capitalismo contemporâneo. Não sendo uma questão recente, como vimos, mas inscrita na dinâmica histórica das relações sociais capitalistas, sua (re)produção, formas de permanência e metamorfoses precisam ser apreendidas a partir das novas configurações e mediações sociopolíticas – nacionais e internacionais – próprias da sociedade contemporânea. (RAICHELIS, 2006, p. 17, grifo do autor).

fazemos parte de uma mesma conjuntura, independente da classe social a que pertencemos. As problemáticas podem assumir conotações diferenciadas, no entanto não deixam de existir no cotidiano da produção da vida material e social de seus sujeitos.

Todos os dias. Trabalha com todos os itens, com todos os tipos de famílias. Quando entrou no colégio não tinha a visão de incluir crianças que não tinham condições...Questões muito fortes da criança querer vir para o colégio, no entanto a família colocar empecilhos...é...mãe alcóolatra, cuidar da irmã...O Assistente Social quando está em uma instituição privada educacional, tem que ir além da seleção de bolsas. O que falta muito é atitude profissional, integração, trabalho em equipe...Relação muito boa...Questionar, oferecer o seu serviço. A gente não pode ter vergonha de perguntar, questionar, participar, procurar eventos...A gente não é obrigada a saber tudo, mas buscar... (SUJEITO 1)

O profissional de Serviço Social dentro de uma escola ele não vai se ater só as problemáticas de dentro da escola de jeito nenhum...Vai também, também...porque os serviços gerais lá se tiver alguma problemática o pessoal dele vai procurar o Assistente Social que tá lá...aquela criança que tá com alguma situação de comportamento...tal,tal,tal,tal...o negócio não vai tá lá dentro(...). Tem uma infinidade de coisas internas...mas é, normalmente a questão não tá lá dentro, ela vem de fora...de fora pra dentro. Você tem que resolver aquilo lá de uma maneira satisfatória com os profissionais que estão lá...mas se você não cuidar do que tá lá fora não vai resolver...então vai lidar com tudo...com o que tá dentro e o que vem de fora. (SUJEITO 5)

A gente lida com essas situações...muitas famílias...pais que perdem emprego...questão de saúde, familiares doentes né..., as vezes o próprio aluno está com problema de saúde grave e procura a gente né...e a gente trabalha com essas questões atípicas que procuram a gente...com a questão de bolsas...essas questões são lidadas diferenciadas...a gente monta processos dessas pessoas...encaminha para a comissão de bolsas(...)isso acontece...pode acontecer durante o semestre. Aí, assim procuram a gente geralmente tem a bolsa concedida...a gente tem uma gama de bolsas muito grande [...]. (SUJEITO 6)

As considerações acima fazem menção a importância do profissional de Serviço Social atuar em diversos espaços educacionais por meio das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política (IAMAMOTO, 1999), em atenção a possibilidade sócio-educativa do processo de intervenção. Evidencia-se a importância do Assistente Social realizar um processo de compreensão e aproximação da essência dos acontecimentos sociais nos diversos espaços em que atua, para que sejam implementadas propostas de ações condizentes com as necessidades e interesses dos sujeitos, em uma perspectiva que vai além da concessão de benefícios, mas de tomada de consciência de seu público a respeito das implicações da conjuntura social, política, econômica e cultural de que fazem parte. Instala-se neste processo de acordo com Iamamoto (1999), o caráter político do trabalho do Assistente Social, política para a autora compreendida na perspectiva gramsciana,

[...] como ‘*catarse*’, transição do momento econômico ao momento ético-político, ou seja ‘a elaboração da estrutura e superestrutura na consciência dos homens’, a passagem da esfera da necessidade à da liberdade, expressando o ‘salto’ entre o determinismo econômico e a liberdade política, que dá origem a novas iniciativas. (IAMAMOTO, 1999, p. 98).

Ao oportunizar no processo das entrevistas o espaço para que os Sujeitos fizessem suas observações à temática da pesquisa, independente do roteiro semi-estruturado, as participações foram direcionadas a “deixar um recado”, apresentar sugestões em relação ao processo de regulamentação e inserção do profissional de Serviço Social na Política de Educação e nos ambientes escolares, em consideração às vivências e percepções do cotidiano. Com o objetivo de facilitar a compreensão das abordagens de todos os Sujeitos, as falas são apresentadas relacionadas a pontos-chave:

- Legitimidade e regulamentação profissional na Política de Educação

Que as duas categorias olhem pra isso mas, sem corporativismo... (SUJEITO 7)

Então é questão de posicionamento do profissional também...Eu acho que aos poucos você vai né...é...conquistando o espaço, você vai se envolvendo e quando você vê, você está dentro do contexto. (SUJEITO 3)

Acredito que os maiores desafios para atuação do serviço social na educação são dois: Primeiro seria a legitimidade (...) O segundo desafio seria a elaboração e construção de referenciais legislativos nos quais poderiam dar norte à identidade profissional nos variados campos de atuação. (SUJEITO 8)

Eu não sei se o Assistente Social nesse momento, dessa forma vai fazer a diferença, eu acredito que não...Eu sou particularmente totalmente a favor que se tenha porque ele é capaz de fazer esse trabalho com o aluno, direção e com a família, essa triangulação é muito importante... (SUJEITO 4)

- Identidade Profissional atrelada à Política de Assistência

O Serviço Social tá junto com outras áreas... mas acaba ficando mais na Assistência... (SUJEITO 9)

[...] está muito em construção...eu vejo que o Assistente Social está ainda muito atrelado à Assistência, ao assistencialismo... (SUJEITO 2)

Os posicionamentos dos colegas que presenciam e vivenciam as contradições existentes no processo de inserção profissional na Política Educacional, apontam para alguns desafios que necessitam ser trabalhados e superados. Culturalmente, o Serviço Social ainda não conseguiu se legitimar enquanto categoria que atua nas diversas políticas públicas sociais, com a identidade de contribuir para o processo de acesso e garantia de direitos aos usuários, em atenção aos princípios de cidadania e democracia. O processo de legitimação profissional ainda não ocorre em todos os espaços profissionais e para que o mesmo aconteça deve haver o

respaldo tanto dos usuários dos serviços quanto dos espaços promotores de tais serviços. A regulamentação da atuação profissional na Política Educacional por meio de legislações, configura-se um passo importante para que o Serviço Social seja instituído nos espaços educacionais, no entanto não garante a sua incorporação de fato no processo educativo. Há a exigência de que no cotidiano a práxis profissional esteja atenta além de desenvolver o trabalho pertinente a realidade apresentada em tal cenário, de romper com alguns limites profissionais que extrapolam as dimensões de tal política, dentre eles a identidade atribuída, relacionada ao assistencialismo, conforme trabalhado no Capítulo 3, com referência à Martinelli (1995).

Na relação Serviço Social e Educação, as duas áreas de conhecimento e atuação, devem olhar para a realidade e o contexto de trabalho que são comuns, de forma a respeitar suas especificidades, sem corporativismo, unindo esforços frente o processo de construção de um contexto educativo que valorize a autonomia e a emancipação da demanda de atendimento, em uma perspectiva interdisciplinar. As instituições escolares devem estar a par das significações da presença do Serviço Social em tal cenário, abertas ao reconhecimento de que a Educação não é sua propriedade exclusiva e que diversas áreas e/ou políticas podem contribuir para a sua efetivação. Considerando a perspectiva conservadora de atuação que acompanha as instituições escolares ao longo de seu processo de constituição na sociedade, apesar também de observados grandes avanços em direção a uma atuação contextualizada e crítica, conforme abordado principalmente no Capítulo 2, há alguns desafios a serem superados também em relação a própria identidade da escola e de seus trabalhos, para que o Serviço Social possa ser visto como uma profissão que agrega sentido nas diversas relações presentes em tal contexto.

O Serviço Social em decorrência de sua especificidade, sob uma atuação política de perspectiva sócio-educativa, pode representar para as instituições escolares a somatória de esforços e envolvimento para a efetivação de uma Política Educacional que de fato priorize os seus sujeitos (alunos) independente de classe social, garantindo a universalidade no bojo dos direitos sociais, em um movimento constante de contra-corrente à lógica neoliberal e mercadológica capitalista que atinge as diversas áreas na sociedade contemporânea, dentre elas a Educação. Configura-se como um aliado na luta para a representação de um ensino que consiga ter uma abrangência quantitativa e qualitativa de atendimentos, onde os sujeitos se reconheçam como parte integrante do processo sócio-histórico de construção da Educação, despertados e motivados a busca de um conhecimento libertador, que faça sentido perante

seus cotidianos, que seja capaz de desvelar os implicadores das diversas relações que vivenciam e presenciam na sociedade.

Os dados de 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE apontam para uma taxa de analfabetismo na sociedade brasileira de 9,7%, com uma queda de 1,8% em relação aos quatro anos anteriores. A meta é que no ano de 2.015 esta taxa esteja representada por 6,7%. O estudo também realiza uma estimativa do analfabetismo funcional²⁵ (15 anos ou mais de idade), que se encontra em torno de 20,3%. Os números evidenciam um progresso em termos da acessibilidade à Educação formal, no entanto a taxa de 20,3% reflete um contraponto em relação à qualidade. Não basta estar na escola, é necessário que a escola consiga transmitir e construir conhecimentos sob propostas que oportunizem a apropriação por seus sujeitos. A Educação é direito de todos, portanto o sistema educacional/escolar deve atender a todos, expressando compromisso para com seus sujeitos, tanto na rede pública quanto privada. Porém, a ideologia que se estabelece na contemporaneidade é a do ensino privado como o melhor e a do ensino público como defasado, deficitário. A questão posta é que sendo um direito público, o Estado não pode se isentar de suas responsabilidades perante a Educação e esta sob uma lógica democrática não pode sucumbir aos pareceres de uma política de mercado. Eis um dos grandes desafios da Educação, responder à sua finalidade coletiva, no contexto globalizado da sociedade capitalista atual.

²⁵ Embora se encontrem divergências em relação à conceituação de analfabetismo ou alfabetismo funcional, a menção aos referidos termos passou a ser difundida mundialmente a partir do final da década de 1970, quando de acordo com Vera Ribeiro (1997, 147) a UNESCO passou a utilizá-los para referenciar padrões de educação, compreendendo a “alfabetização funcional quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa científica se estabelece como um processo complexo que envolve a articulação de movimentos cognitivos com a realidade social, em atenção a período e espaço determinados. Por estas questões, o estudo desta Dissertação apesar de ter concluído as propostas de suas etapas teórico-metodológicas, não apresenta conclusões definitivas, uma vez que a temática abordada continuará em constante movimento no real, demandando diversas abordagens, evidenciando outras problemáticas.

A aproximação teórica e empírica com o objeto da Pesquisa possibilitou à investigação científica o alcance de seus objetivos, por meio do confronto das hipóteses com as revelações da realidade social.

A análise do processo histórico de consolidação da Política Educacional e do Serviço Social na sociedade brasileira apresentou-se de extrema importância para se identificar desafios e possibilidades em relação às duas áreas no contexto contemporâneo. Ambas, mesmo com avanços consideráveis em relação à regulamentação e posicionamento teórico-filosófico no que compete à suas finalidades, ainda não conseguiram romper no campo técnico-operacional definitivamente com suas identidades vinculadas aos interesses das classes dominantes e/ou detentoras de poder na sociedade. Encontra-se presente tanto no Serviço Social quanto na Educação a permanência da ideologia de servir aos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais, sob padrões definidos por uma ordem societária, que na atualidade se representa pela capitalista neoliberal global.

Com características comuns de apresentarem-se tanto como área de conhecimento como de atuação, vivenciam no cotidiano contradições éticas e políticas internas, de modo que seus fins não necessariamente correspondem aos interesses de suas demandas e de seus contratantes, em um mesmo espaço de tempo. Os dois setores encontram-se envolvidos em um cenário onde as relações de forças em disputa exercem papel fundamental no direcionamento de quem irão servir, apesar de haver determinações éticas para com seus públicos.

Culturalmente, o Serviço Social e a Educação ainda têm que vencer muitos obstáculos para que possam se estabelecer na sociedade brasileira como instâncias comprometidas com a emancipação humana e social, sob preceitos de cidadania e democracia. Como a cultura é algo que se constrói e se estabelece na história, o Serviço Social e a Educação, no cenário da Política Pública Social, devem assumir seus postos de protagonistas diante da realidade social, influenciando nas ressignificações de seus papéis na sociedade. Ao considerar que a história se cria pelos homens, cabe aos diversos atores envolvidos no contexto educacional e no

Serviço Social reconhecer seus potenciais e responsabilidades no processo de superação de um determinado contexto e a construção de outro.

O Serviço Social e a Educação se convergem na medida que o primeiro busca a implementação e a garantia de direitos à sociedade via políticas públicas e o segundo configura-se como uma dessas Políticas Públicas de caráter social. Em um espaço contemporâneo onde a lógica neoliberal avança progressivamente, resultando em reformulações no modo de organização e produção da vida em sociedade, a aproximação das duas áreas é inevitável. O acirramento das desigualdades sociais e as diversas e contemporâneas expressões da Questão Social, representadas pela vivificação das diversas formas de violência, desemprego e fragilização das relações emprego, desmantelamento dos direitos sociais pela privatização e precarização de serviços públicos, analfabetismo funcional, indústria do tráfico, são situações presentes em todos os ramos e setores da sociedade, demandando intervenções e buscas por seu enfrentamento. O Serviço Social sendo uma das profissões que possui a particularidade de ter como objeto de trabalho a realidade social, depara-se conseqüentemente com as problemáticas mencionadas acima, independente do espaço de atuação. Em relação à Política Educacional, o Serviço Social além de somar esforços ao sistema educacional brasileiro para o enfrentamento das expressões da Questão Social na perspectiva interna e externa ao ambiente escolar, configura-se como uma peça importante no processo de luta pela garantia da Educação como um direito público perante a sociedade, contribuindo para a sua universalidade em termos quantitativos e qualitativos.

No entanto, muitos obstáculos ainda se apresentam para que a Educação e o Serviço Social possam se estabelecer como áreas interdisciplinares e afins no processo educativo, em prol da instrumentalização teórica e filosófica de seus sujeitos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, de fato democrática. Dentre os desafios identificados com a pesquisa, apresenta-se o fato da tramitação legal de regulamentação da inserção do Serviço Social nas escolas públicas não envolver em seu processo de discussão o meio escolar; as escolas enquanto instituições representativas do sistema escolar ainda encontram-se tradicionalmente fechadas a sua própria área de conhecimento e atuação; a especificidade do trabalho do Serviço Social não se encontra esclarecida no mundo do trabalho; culturalmente o Serviço Social ainda encontra problemas com sua legitimação – tanto por parte de seus usuários quanto por parte das estruturas e/ou políticas contratantes, independente da área de atuação. De acordo com os desafios expostos acima, pode-se dizer que as dificuldades se localizam representadas em duas categorias de análises: uma delas refere-se a problemáticas internas à própria profissão, que ainda não foram ultrapassadas; e a outra refere-se a

problemáticas do próprio sistema educacional que reinou ao longo de sua trajetória soberano da detenção do saber e no modo de prover a educação para a sociedade, tradicionalmente fechado à participação de outros setores e atores da sociedade.

Ressalta-se a importância de visualizar sob o processo de análise das dificuldades, a articulação e a inter-relação entre as duas categorias, para que se possa compreender os limites do processo de inserção do Serviço Social na Política Educacional Brasileira sob um aspecto de totalidade. As questões apontadas em relação às dificuldades pertinentes à própria categoria profissional não são novidades no contexto das reflexões acerca do desenvolvimento do Serviço Social em sua trajetória histórica, sendo já trabalhadas por diversos teóricos da área, conforme referências do estudo. O que chama atenção é que, embora a categoria tenha conhecimento da existência das mesmas, não conseguiu até o momento efetivar ações capazes de transpor e superar tais problemáticas que se mostram persistentes no processo de inserção do Serviço Social no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, os avanços que a categoria conquistou ao longo de seu desenvolvimento no aspecto teórico-filosófico, de respaldo legal, não se configurou na mesma proporção nas relações cotidianas de trabalho, frente o cenário de legitimação da categoria. Obviamente este nó está relacionado a questões objetivas e subjetivas de inserção da profissão na sociedade. A base ideológica crítica de sustentação do projeto ético-político profissional se defronta no cotidiano com uma realidade e uma lógica política, econômica, social e cultural que contraria os preceitos e princípios de cidadania, de coletividade, de direitos defendidos pelo Serviço Social. Esta contradição se faz presença contínua nos diversos espaços de atuação profissional, de modo que mesmo conscientes de seus deveres e obrigações ético-políticas para com a classe trabalhadora, os Assistentes Sociais possuem dificuldades de exercer ações coerentes com seus princípios, questão explícita no jargão recorrente entre alguns profissionais da categoria “na prática a teoria é outra.”

Outro aspecto que pode contribuir para a persistência dos ranços que acompanham o Serviço Social diante da categoria analisada, refere-se à auto-fragilização diante de práticas isoladas, que não se dispõem em confronto com outras experiências, que não garantem a socialização de idéias, observações e considerações sobre o cotidiano profissional, no sentido de expor-se ao debate para alcançar o fortalecimento e a construção de referências de atuação, em atenção às especificidades das áreas e espaços de atuação. Evidencia-se grande dificuldade da categoria em falar sobre a essência de suas problemáticas cotidianas de atuação, o que resulta em muitos casos na negação dos limites e desafios vivenciados, evitando-se a exposição à crítica dialética, compreendendo esta como necessária ao processo

de aprimoramento e consolidação profissional em suas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-interventivas. Cabe à profissão um olhar para si na coletividade, na categoria, e a busca por soluções em um movimento/mobilização onde todos se reconheçam como parte integrante e co-responsável no processo do como fazer, do como enfrentar tais desafios.

Em relação à questão que abrange os desafios impostos pelo sistema escolar, pode-se observar duas perspectivas: uma relacionada à sua própria estrutura de formação ideológica na sociedade brasileira, e a outra sob a perspectiva dos profissionais que a compõem. Quanto a primeira, cabe lembrar que o sistema educacional brasileiro desde o seu início foi organizado de forma a responder aos interesses e necessidades da sociedade. O problema que se manifesta é que ao longo de seu processo histórico de consolidação, foram os interesses dominantes, das classes detentoras de poder, que direcionaram as bases ideológicas a serem propagadas pela escola, influenciando sob a visão de homem e mundo de seus sujeitos. Desta forma, a Escola possui através de suas bases ideológicas a legitimação da hierarquia, evidente em sua própria estrutura de recursos físicos e humanos. Embora com consideráveis avanços em prol de uma Educação participativa, conforme abordado no Capítulo 2, a escola ainda se apresenta na sociedade como uma instituição a priori detentora do conhecimento, com o dever e o poder de transmitir o saber elaborado sob bases científicas, alicerçado em uma postura tradicional de conceber a sociedade e suas diversas instituições. Tal contexto se estabelece mediante uma legitimação cultural histórica e não serão as legislações capazes de um momento para outro transpor tais concepções. Ao contrário do Serviço Social que ainda busca sua legitimação no espaço cultural da sociedade, a Educação mediante o sistema escolar já ultrapassou esta etapa. Para tanto, concretizar os processos participativos e democráticos no contexto da gestão e desenvolvimento das propostas educacionais não é tarefa simples, exige o rompimento com aspectos ideológicos que caracterizam o sistema escolar desde o seu surgimento. A real abertura do espaço escolar a outras áreas de atuação subentende o reconhecimento de que a Educação não é propriedade da Escola e que a mesma não se faz alheia a contribuições de outras áreas frente as demandas existentes e emergentes em tal contexto. No que compete a perspectiva dos profissionais que a compõem, verifica-se divergências em relação a aceitação da presença do Assistente Social no ambiente escolar. As expectativas giram em torno da visualização do profissional do Serviço Social como quem irá auxiliar a escola na resolução de conflitos imediatos vivenciados no cotidiano e/ou alguém que ameaçará a liberdade dos professores/educadores em seu processo de ensino. Na realidade, o que se verifica sob esta perspectiva é o desconhecimento no que e como o Serviço

Social poderá contribuir para o cenário das instituições escolares e em uma análise mais ampla, para a Política Educacional.

Sob a ótica das abordagens acima, aponta-se para a necessidade das duas áreas, Serviço Social e Educação se aproximarem em relação à compreensão das contradições que as perpassam, construindo juntas possibilidades de atuação no processo educativo que venham a servir os interesses dos usuários, dos alunos, da sociedade em geral, na perspectiva de direitos, em atenção à conjuntura social, econômica, política e cultural na sua historicidade. Caso contrário, o respaldo legal à inserção do Serviço Social nas escolas públicas garantirá mais uma vez a conquista de espaço, mas não contribuirá no processo de legitimidade do Serviço Social na Política Educacional sob o aval de seus diversos atores.

Conforme evidências do decorrer da Pesquisa, a dimensão sócio-educativa do trabalho do Assistente Social confere a este profissional o potencial de atuar mediante as diversas políticas públicas sociais, contribuindo para que a população demandatária dos serviços possa se reconhecer enquanto sujeitos do processo sócio-histórico de construção da sociedade, sob um ato educativo de junto com os mesmos, desmistificar e tornar conhecidas as tramas constitutivas do real que influenciam direta e indiretamente a vida e a sua produção no social. As características educativas da atuação profissional, confere ao profissional de Serviço Social a posição de educador, não um educador conforme a concepção dos educadores escolares, mas um educador social, político, que por meio de sua práxis estabelece no cotidiano de seu trabalho, condições para o aprendizado e a tomada de consciência de seu público de atendimento sobre as questões pertinentes à conjuntura da qual fazem parte. No âmbito da Política de Educação, a presença do profissional de Serviço Social não se dará de outra forma. Exercerá as funções e competências pertinentes à categoria profissional bem como às particulares aos ambientes escolares, sob uma postura política, ética e comprometida, ou seja, educativa, visando a apropriação de conhecimentos da realidade social por seus sujeitos, como instrumento ideológico, para a busca por mudanças, transformações na sociedade.

A referência educativa da atuação profissional confere ao Assistente Social no cenário contemporâneo um papel fundamental na garantia do direito à Educação sob aspectos qualitativos e quantitativos, em prol de um sistema educacional aberto a todos e não apenas a quem pode pagar, contrariando a lógica mercadológica que tem avançado na conjuntura contemporânea também em relação a outras políticas, onde o público de direito perde espaço ao privado do custeio. Desta forma, a justificativa da presença do Serviço Social no ambiente escolar em consideração à Política Pública Social de Educação, extrapola os limites e as

demandas internas ao espaço de atuação, envolvendo-se com causas que dizem respeito ao contexto macro social da Educação.

Enquanto proposta para o enfrentamento dos desafios e limites que se impõem à interdisciplinaridade do Serviço Social e da Educação como áreas do saber e de atuação importantes para o desenvolvimento humano e social no sistema educacional brasileiro, apresenta-se como sugestões: realização de eventos para discussão da inserção do Serviço Social na Política Educacional, envolvendo em seu público a categoria do Serviço Social e a educacional como um todo; levar a discussão a respeito da interdisciplinaridade das áreas aos ambientes escolares por meio de palestras, fóruns, debates, entre outros; publicizar as experiências profissionais dos Assistentes Sociais nos ambientes educacionais por meio de artigos, textos, dentre outros, de modo que garanta o acesso a toda sociedade, mas em particular à comunidade escolar; organizar grupos de estudos sobre a temática que garantam a participação das duas áreas; criar espaços de socialização e troca de experiências, independente se a atuação do Serviço Social se dá no setor público ou no privado; dentre outros. Ressalta-se que estas foram algumas percepções de possibilidades ao enfrentamento de questões evidentes no processo de desenvolvimento da Pesquisa, no entanto as mesmas não se esgotam por aqui. Cada contexto, cada universo, sob a contraditoriedade das tramas constitutivas do real, apresentará seus desafios e possibilidades, cabe a seus atores a responsabilidade de interpretá-los.

A Pesquisa de Campo sob a abordagem quantitativa e qualitativa se mostrou como um momento imprescindível para o processo de construção do conhecimento, pois além de contribuir para subsidiar e refutar as hipóteses elaboradas no plano teórico, oportunizou o encontro empírico com o objeto de estudo, através da realidade dos colegas profissionais, Assistentes Sociais que atuam na Política Educacional de Ribeirão Preto/SP. Os dados e as informações obtidas revelam um cenário no município onde o setor privado por meio das instituições de ensino particulares e filantrópicas é o maior contratante do Serviço Social, em contraposição ao setor público, o que de certa forma contraria a tradição inicial frente o surgimento da profissão, de ser o Estado (representado pelas instituições públicas) o maior demandatário da atuação do Assistente Social frente a execução das políticas públicas.

Sob tais referências, a presença no Serviço Social na Política de Educação no município se estabelece mediante algumas particulares que merecem atenção. Apesar da inserção do Serviço Social nas escolas privadas estar associado a exigências legais de cumprimento de deveres e regras de filantropia, as experiências demonstram em sua maioria que a consolidação do trabalho do Assistente Social nas instituições se efetiva para além da

conotação burocrática, não que esta deixe de existir. É perante os desafios e contradições próprios ao cotidiano de trabalho, que o Assistente Social ganha espaço e legitimidade com o decorrer de sua atuação, mediante a constante correlação de forças. No que compete às escolas de natureza pública, a Pesquisa identificou apenas duas que contemplasse em seu quadro de recursos humanos o Assistente Social. Esta realidade se apresenta em decorrência de alterações nas legislações Educacionais, que prevêm sob a responsabilidade da Política Nacional de Educação as Creches e Escolas de Educação Infantil, anteriormente competência da Política Nacional de Assistência Social. Considerando que os Assistentes Sociais não se encontram previstos no quadro de funcionários determinado pela Política Educacional, as instituições públicas se isentam de sua contratação.

Em geral, nos casos onde o Assistente Social se faz presente, sua vinculação contratual se faz mediante recursos advindos de outras Políticas via convênios estabelecidos com Secretarias afins. As instituições privadas de finalidade filantrópica, por sua vez, garantem a presença do profissional em seu quadro de funcionários via custeio próprio ou por meio de convênios com outras Políticas. Evidencia-se nesse cenário a transferência da execução dos serviços públicos referentes às creches e educação infantil a instituições privadas filantrópicas, via convênios, o que remete a interpretação da privatização dos serviços públicos, conforme também ocorre com outras Políticas no município e no país como um todo.

O fato é que o PL 11.494/2007 (online), apresentou implicações para a categoria profissional no município, contribuindo para o desemprego e a desestabilidade, fragilização das relações de emprego existentes. Na ausência de uma legislação que regule a inserção e permanência dos Assistentes Sociais na Política Municipal de Educação, a categoria perde espaço profissional no setor público. Sobre a questão, observa-se um movimento da categoria, direcionado principalmente a partir do CRESS – 9ª Região, com sede no município, em prol da aprovação do PL 3688/2000 (online), que respalda em nível nacional a atuação dos profissionais no sistema público de ensino. Não se observa no município, seja por parte da gestão governamental ou pela própria Secretaria de Educação, qualquer manifestação em prol da defesa e garantia da presença do Serviço Social na Política de Educação.

Sob esse contexto, o município na perspectiva do sistema educacional, encontra-se alheio ao processo de reivindicação da categoria para a atuação no meio escolar. A conjuntura política, econômica, social e cultural ribeirã pretana têm correspondido aos anseios da sociedade capitalista neoliberal, evidenciando a privatização dos serviços públicos em

diversas áreas, descaracterizando os direitos sociais. No que compete a Educação, os dados revelam um município com uma grande estrutura de equipamentos educacionais, envolvendo a rede privada e pública de ensino, desde a educação infantil até a superior. Apesar de considerável amplitude dos recursos educacionais em termos quantitativos disponíveis à população, verifica-se que a ideologia educacional do município acompanha as políticas de mercado, sob a crescente privatização e desvalorização dos serviços públicos. Os dados do IDEB/2009 (Capítulo 4, Item 4.1), fazem menção a esta questão, quando aponta no município um maior desempenho na educação privada do que na pública.

O Serviço Social se apresenta na contramão das configurações assumidas pelo município no tocante à Política Educacional, uma vez que busca a construção da Educação mediante uma Política de direito, pública, voltada aos interesses e para os sujeitos no espaço escolar e fora dele. Em relação às evidências das experiências do cotidiano profissional, verifica-se a atuação no cenário da Política Educacional se encontra em construção, sob desafios e possibilidades já abordados neste estudo em uma perspectiva micro e macro. Essa compreensão leva a análise de que essa realidade não é específica de Ribeirão Preto, apresentando-se também no contexto brasileiro, salvo particularidades de algumas regiões, onde a atuação do Serviço Social venceu algumas etapas históricas por sua tradição e regulamentação em leis municipais e estaduais.

Há a necessidade de que o Serviço Social, principalmente os profissionais que atuam na área educacional no município, mobilizem-se junto ao sistema de educação (Conselhos de Direitos, Secretaria, Escolas, dentre outros) promovendo reivindicações e lutas pelo espaço escolar interdisciplinar, com vistas a benefícios no atendimento dos sujeitos nos ambientes escolares, bem como para a comunidade escolar como um todo. Para tanto, faz-se urgente para o Serviço Social atuante na área, envolver-se com algumas etapas, dentre elas a do seu fortalecimento enquanto categoria no universo do município, uma vez que a Pesquisa evidenciou em muitos casos, o desconhecimento dos Assistentes Sociais em relação à seus próprios colegas, não havendo de uns para com os outros a representação de sua existência, muito menos dos espaços em que se ocupavam. Mesmo nas situações onde se tinha conhecimento da existência de outros colegas, o encontro, o diálogo, a troca, o debate sobre a área de atuação não se estabelecia. As experiências em cada unidade de atuação se expressam isoladas, desarticuladas de um todo. A criação de recursos e/ou espaços que possibilitem a participação dos Assistentes Sociais no município, para a discussão dialética de suas experiências, é fator preponderante para o empoderamento dos profissionais que atuam na Política Educacional, bem como para a visualização de alternativas e estratégias de atuação

política da categoria em prol de sua regulamentação e legitimação no setor. Evidenciar e divulgar as experiências positivas de impacto social, caracteriza-se como uma das formas de garantir visibilidade à categoria.

Não há descobertas definitivas e nem propostas finalizadas diante da complexidade em que se apresenta a realidade sócio-histórica. O cotidiano profissional, independente da área e/ou política de atuação, por meio de suas contradições intrínsecas e em constante movimentação, expressa-se como a chave dos desafios e possibilidades para o Serviço Social inserir-se sob um processo dialético no mundo do trabalho e na sociedade.

Ao final deste estudo científico, espera-se ter contribuído para a construção de conhecimentos em relação à temática, bem como ter apresentado alguns subsídios ao debate da categoria em prol da atuação do Serviço Social na Política de Educação no município de Ribeirão Preto e no país, para além da ocupação de mais um espaço profissional.

REFERÊNCIAS

AÇÃO civil pública. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki>> Acesso em: 20 jun. 2012.

ALMEIDA, Guido de. **O professor que não ensina**. São Paulo: Summus, 1986. (Novas buscas em educação).

ALMEIDA, Jane Soares. A formação docente ao longo da história da educação brasileira. In: GARCIA, Wilson Galhego. (Coord.). **História da educação**. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. (Pedagogia cidadã. Cadernos de formação).

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: QUINTÃO, André (Org.). **Serviço Social e a política pública de educação**. Belo Horizonte: s.n., 2005.

_____. **O Serviço Social na educação: novas perspectivas sócio-educacionais**. 5 abr. 2010. Disponível em: <<http://serviosocialemgeral.blogspot.com.br/2010/04/o-servico-social-na-educacao-novas.html>>. Acesso em: 1 jun. 2012.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **o método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

APPLE, Michael W. Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: educação e conservadorismo em um contexto global. In: PALMA FILHO, João Cardoso; TOSI, Pedro Geraldo. (Org.). **Política e economia da educação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. (Pedagogia cidadã. Cadernos de formação).

_____. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

_____. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARGUETA, Júlio César Díaz. Natureza e especificidade do Serviço Social: um desafio a enfrentar: reflexões para o debate. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 9, n.2, p. 217-226, jul./dez. 2006.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões de nossa época, v. 19).

_____. _____. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da nossa época)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2012.

BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Tradução de Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis: Vozes, 1980.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social. v. 2).

BONETTI, Dilséa Adeodata. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, ed. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

_____. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras : UEPG, 2008. (Pesquisa; 3).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Primeiros passos, 20)

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 2 jun. 2012.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2012.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 dez. 1993a. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas_final.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.

_____. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jul. 1993b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.

_____. Projeto de Lei 3.688/2000. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. esp., p. 188-204, ago. 2006.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 19).

CARDOSO, Franci Gomes; MACIEL, Marina. Mobilização social e práticas educativas. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. mod. 4. Brasília, DF: Ed. UnB, 2000.

CAMPOS, Judas T. **Educação dialética**. 2001. Disponível em: <<http://www.pucspbr/ecurriculum>>. Acesso em: 8 jul. 2011.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. **Mapa da violência: 2012: crianças e adolescentes do Brasil**. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CFESS. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

CFESS. CRESS. **Serviço Social na educação**. Brasília, DF, set. 2001.

_____. GT. **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na educação**. Brasília, DF, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.

_____. _____. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/cjf>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

_____. **Manual do mandado de segurança**. 2. ed. rev. e atual. 2000. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/Download/Manual1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CORTELLA, Mario Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Prospectiva, v. 5).

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas da educação: um convite ao tema. In: SEMERARO, Giovanni; FAVERO, Osmar. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DAVID, Célia Maria. **Currículo de história - mudanças e persistências: a proposta curricular do Estado de São Paulo / 2008**. 2010. 301 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papyrus, 1997. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

_____. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 149-373, jul./dez. 2002.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Professor /conhecimento**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.

DIÁRIO COMÉRCIO INDÚSTRIA & SERVIÇOS. Disponível em: <www.dci.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2012.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 5-24, jan./mar. 2010.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O que o Serviço Social quer dizer. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 748-761, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Disponível em: <<http://www.sabotagem.cjb.net>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. _____. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho. In: VALE, José Misael do; BROENS, Mariana Cláudia. (Org.). **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. (Pedagogia cidadã. Cadernos de formação).

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____.; GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Educação e comunicação, v. 1).

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926 – 1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 3).

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____.; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época, v. 25).

GAMBOA, Silvio Sanchez. A globalização e os desafios da educação no limiar do novo século: um olhar desde a América Latina. In: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

GATTI, Bernadete A. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-79, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Antologia**. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. México: Siglo Veintiuno, 1977.

_____. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: 1982. (Civilização brasileira).

GRASSI, Estela. Problemas de realismo y teoricismo en la investigación social y en el trabajo social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 26-36, 2007.

GUEDES, Olegna de Souza. A compreensão da pessoa humana na gênese do serviço social no Brasil: uma influência neotomista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 7-25, jul./dez. 2001.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

GUIA Ribeirão Preto e região. Disponível em: <www.guiaribeiraoeregiao.com.br>. Acesso em: 9 jul. 2012.

GUIMARÃES, Débora Messenberg. As políticas sociais no Brasil: uma análise histórica. In: _____. et al. **Políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: Serviço Social da Indústria, 1993.

GURGEL, Wildoberto Batista. Metodologia nas ciências humanas. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n. esp., p. 9-28, jun. 2006.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1998.

HAMA, Lia. As Campeãs em infra-estrutura. **Revista Exame**, São Paulo, Ed. Abril, n. 882, 16 nov. 2006. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-campeas-em-infra-estrutura-m0116417>> Acesso em: 10 jul. 2012.

HETERONOMIA. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/heteronomia>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez : CELATS, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 9 jul. 2012.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Disponível em: <<http://www.igc.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS. **Definition of social work**. 8 jun. 2012. Disponível em: <<http://ifsw.org/policies/definition-of-social-work/>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

IPC MARKETING. **IPC Maps 2011**. Disponível em: <http://www.ipcbr.com/downpress/Ranking_2012_2011_500_Maiores.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 73-82, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0810spe.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores**. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

MANACORDA, Mario A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Mônaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANDADO de injunção. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mandadodeinjunção>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 14, v. 43, p. 136-141, dez. 1993.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O poder da verdade e a verdade do saber. In: _____.; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus. (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____.; _____. _____. Tradução de Álvaro Pina. Transcrição de José Braz e Maria de Jesus Coutinho. Editorial Avante, 2006. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/index.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portal CAGED**. Disponível em: <<https://granulito.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>>. Acesso em: 13 jul. 2012

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane S. de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálisis. Florianópolis**, v. 9, n. 2, p. 141-157, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000200002>. Acesso em: 1 jul. 2012.

MORAES, Carlos A. de S; JUNCÁ, Denise C. de M.; SANTOS; Katarine de Sá. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.103, p. 433-452, jul./set. 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez ; Brasília, DF: Ed. UNESCO, 2000.

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Org.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário Silva; ELIAS, Wiataiana de Freitas. A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 14, n. 1, p. 41-62, 2005.

_____.; _____. As diferentes configurações da dimensão sócio-educativa do Serviço Social brasileiro na sua trajetória histórica profissional. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 2, p. 61-83, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portella. O direito à educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 61-74, maio/ago. 1999. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE11/RBDE11_07_ROMUALDO_PORTELA_DE_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.

PAIVA, Beatriz A. et al. Reformulação do código de ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: BONETTI, Dilséa A. et al.(Org.). **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais**: o caso do Serviço Social. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats, 1986.

PALMA FILHO, João Cardoso. Impactos da globalização nas políticas públicas em educação. In: _____.; TOSI, Pedro Geraldo. (Org.). **Política educacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. (Pedagogia cidadã. Cadernos de formação).

_____. Por uma política nacional para a formação dos profissionais da educação. In: _____. (Org.). **A pedagogia cidadã e as políticas públicas de formação de educadores**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios a crítica dos mínimos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Política social**: temas & questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. 2008. 227 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/principal.php#>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

RAICHELIS, Raquel. Gestão pública e a questão social na grande cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 13-48, 2006, p. 13-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n69/a03n69.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

RIBEIRÃO Preto. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeir%C3%A3o_Preto>. Acesso em: 6 jul. 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Educação contemporânea).

_____. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. (Memória da educação).

RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano 18, n. 60, p. 144-158, dez. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROIO, Marcos Del. Gramsci e a educação do educador. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 311-328, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a03v2670.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

ROMANELLI, Oltaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANFELICE, José Luís. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval. (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados : HISTEDBR, 2008.

_____.; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados : HISTEDBR, 1999. (Educação contemporânea).

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, p. 11-32, jun.1997.

SÃO PAULO (Estado). **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <www.seade.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008a. (Memória da educação).

_____. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval. (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados : HISTEDBR, 2008b.

_____. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 1996. (Educação contemporânea).

_____. **Escola e democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1981. (Polêmicas do nosso tempo).

_____. et al. **Desenvolvimento e educação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1984.

SCHNEIDER, Gláucia Martins; HERNANDORENA, Maria do Carmo A. (Org.). **Serviço Social na educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10. n. esp., p. 64-72, 2007.

_____. **Pesquisa no Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. _____. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SIMIONATTO, Ivete; LUZA, Edinaura. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 215-226, ago./dez. 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica do serviço social, v. 3).

SISTEMA FIRJAN. Disponível em:

<<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01234E532B007D5D.htm>>.

Acesso em: 12 jul. 2012.

SOARES, Rosemary Dore. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias ao fazer profissional**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de Souza; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005. (Educação contemporânea).

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e Produção de Conhecimento no Campo do Serviço Social. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul./dez. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da educação: reproduzir e transformar**. 3. ed. São Paulo: FTD, 1996. (Aprender e ensinar).

VIEIRA, Marilene de Melo. Política e cidadania: práticas sociais possíveis. **Revista Múltiplas Leituras**, São Bernardo do Campo, v. 2, n. 2, p. 41-59, jul./dez. 2009.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Marx e o método**. São Paulo: Moraes, 1994.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Org.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro 6

Quadro 6 - O Serviço Social na Política de Educação do Município de Ribeirão Preto – SP²⁶

O Assistente Social em Instituições promotoras de Educação Formal								
Período da Pesquisa (Fevereiro a Julho de 2012)								
Instituição	Localização (região central, norte, sul, leste, oeste)	Nº de Atendimentos Diretos na Educação²⁷	Fundação da Instituição (ano)	Atendimentos na Política de Educação	Demais Atividades Desenvolvidas na Instituição	Natureza/ Finalidade Institucional	Nº de Assistentes Sociais presentes	Tempo de Existência do Serviço Social na Instituição²⁸ (anos)
Sociedade Espírita Benedito Rosa de Jesus	Norte	120	1960	Educação Infantil	Distribuição de alimentos e sopa	Privada Filantrópica Educação	01	04
E.E.I. Eurípedes Barsanulfo Casas de Betânia	Norte	300	1962	Berçário Maternal Educação Infantil	Atendimento às famílias	Privada Filantrópica Educação	01	20
Associação Assistencial Maria Nazaré	Norte	55	1985	Berçário Maternal Educação Infantil	Atendimento às famílias	Privada Filantrópica Educação	01	27
Centro Educacional Infantil Maria de Nazaré	Norte	140	1985	Maternal Educação Infantil	Atividades complementares de informática e artes	Privada Filantrópica Educação	01	08

²⁶ Todas as informações presentes no Quadro 6 são provenientes de contatos telefônicos e/ou presenciais com as próprias instituições, bem como de pesquisas via internet em sites das próprias entidades e/ou afins.

²⁷ Os números de atendimentos diretos podem sofrer variações em decorrência do processo de acesso, permanência e saída do público atendido.

²⁸ O tempo de existência do Serviço Social nas Instituições, correspondem em muitos casos, a números aproximados, visto que em muitas situações não havia registros

Instituição	Localização (região central, norte, sul, leste, oeste)	Nº de Atendimentos Diretos na Educação ²⁹	Fundação da Instituição (ano)	Atendimentos na Política de Educação	Demais Atividades Desenvolvidas na Instituição	Natureza/ Finalidade Institucional	Nº de Assistentes Sociais presentes	Tempo de Existência do Serviço Social na Instituição ³⁰ (anos)
Sociedade Beneficente Espírita Nave da Saúde	Leste	250	1983	Educação Infantil	Atendimento às famílias, atividades com comunidade	Privada Filantrópica Assistência Educação	01	29
EI do Instituto Espírita Paulo Tarso	Leste	143	1964	Berçário Educação Infantil	Atividades complementares de música e informática	Privada Filantrópica Educação	01	07
Creche Pingo de Leite	Oeste	140	1973	Berçário Maternal Educação Infantil	Atividades sócio- educativas	Privada Filantrópica Educação	01	39
Núcleo Assistencial Educativo Sonho Real	Norte	135	1989	Maternal Educação Infantil Ensino Fundamental	Atendimento às famílias, à comunidade, atividades sócio- educativas, dentre outras.	Privada Filantrópica Assistência e Educação	01	12
Lar Escola Aprendizes do Evangelho	Norte	100	1987	Educação Infantil	Atendimento às famílias	Privada Filantrópica Educação	01	03
Lar da Criança e Creche Vinde Meninos	Norte	440	1986	Educação Infantil, Ensino Fundamental	Atividades sócio- educativas, jornada ampliada	Privada Filantrópica Assistência Educação	01	04
Associação Auxiliares Mission Bertoni	Sul	152	1951	Berçário Maternal Educação Infantil	Atividades sócio- educativas	Privada Filantrópica Educação	01	51

exatos de tais datas.

²⁹ Os números de atendimentos diretos podem sofrer variações em decorrência do processo de acesso, permanência e saída do público atendido.

³⁰ O tempo de existência do Serviço Social nas Instituições, correspondem em muitos casos, a números aproximados, visto que em muitas situações não havia registros exatos de tais datas.

Instituição	Localização (região central, norte, sul, leste, oeste)	Nº de Atendimentos Diretos na Educação ³¹	Fundação da Instituição (ano)	Atendimentos na Política de Educação	Demais Atividades Desenvolvidas na Instituição	Natureza/ Finalidade Institucional	Nº de Assistentes Sociais presentes	Tempo de Existência do Serviço Social na Instituição ³² (anos)
Centro de Educação Especial de Ensino Fundamental Egidio Pedreschi – CEEEF	Leste	400	1991	Educação Especial Ensino Fundamental	Atividades sócio-educativas, capacitação de adolescentes e adultos deficientes para inserção no mercado de trabalho	Pública Municipal Assistência Educação	01	16
Associação Amigos do Autista - AMA	Sul	78	1988	Educação Especial	Atividades sócio-educativas	Privada Filantrópica Assistência	01	15
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Leste	405	1965	Educação Especial Educação Infantil Ensino Fundamental	Atividades sócio-educativas, atendimento complementar, atendimento clínico	Privada Filantrópica Assistência Educação Saúde	01	47
Centro Ann Sullivan do Brasil - Ribeirão Preto	Leste	107	1997	Educação Especial	Atividades sócio-educativas, atendimento à comunidade, serviços de saúde	Privada Filantrópica Assistência	01	13
Associação dos Deficientes Visuais Ribeirão Preto - ADEVIRP	Sul	164	1988	Educação Especial Braille	Atividades esportivas, culturais e profissionalizantes	Privada Filantrópica Assistência Educação	01	24

³¹ Os números de atendimentos diretos podem sofrer variações em decorrência do processo de acesso, permanência e saída do público atendido.

³² O tempo de existência do Serviço Social nas Instituições, correspondem em muitos casos, a números aproximados, visto que em muitas situações não havia registros exatos de tais datas.

Instituição	Localização (região central, norte, sul, leste, oeste)	Nº de Atendimentos Diretos na Educação ³³	Fundação da Instituição (ano)	Atendimentos na Política de Educação	Demais Atividades Desenvolvidas na Instituição	Natureza/ Finalidade Institucional	Nº de Assistentes Sociais presentes	Tempo de Existência do Serviço Social na Instituição ³⁴ (anos)
Fundação Educardário "Coronel Quito Junqueira"	Norte 5	1634	1938	Educação Infantil Ensino Fundamental	Programas sócio- educativos, atividades complementares, iniciação profissional	Privada Filantrópica Assistência Educação	01	32
Colégio Marista de Ribeirão Preto	Central	970	1938	Educação Infantil Ensino Fundamental Ensino Médio	Atividades sociais, culturais e de lazer, eventos	Privada Educação	01	06
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Norte	760	1918	Educação Infantil Ensino Fundamental Ensino Médio	Atividades sociais, culturais e de lazer, eventos	Privada Educação	01	94
Colégio Santa Úrsula	Sul	1600	1912	Educação Infantil Ensino Fundamental Ensino Médio	Atividades sociais, culturais e de lazer, eventos, ensino religioso, cursos extra-curriculares	Privada Educação	01	18 ³⁵
Serviço Social da Indústria – SESI 02 Unidades em Ribeirão Preto	Leste	10.000	1946	Educação Infantil Ensino Fundamental Ensino Médio	Atividades sociais, de lazer, esporte, cultura, alimentação, entre outros	Privada Assistência Educação	01	Informação não registrada ³⁶

³³ Os números de atendimentos diretos podem sofrer variações em decorrência do processo de acesso, permanência e saída do público atendido.

³⁴ O tempo de existência do Serviço Social nas Instituições, correspondem em muitos casos, a números aproximados, visto que em muitas situações não havia registros exatos de tais datas.

³⁵ De acordo com os registros existentes na Instituição.

³⁶ Não havia registro histórico de tal informação na Instituição.

Instituição	Localização (região central, norte, sul, leste, oeste)	Nº de Atendimentos Diretos na Educação ³⁷	Fundação da Instituição (ano)	Atendimentos na Política de Educação	Demais Atividades Desenvolvidas na Instituição	Natureza/ Finalidade Institucional	Nº de Assistentes Sociais presentes	Tempo de Existência do Serviço Social na Instituição ³⁸ (anos)
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI Escola Engenheiro Octávio Marcondes Ferraz	Norte	1.466	1949	Educação Profissional (cursos técnico-profissionalizantes)	Assessoria técnica e tecnológica; informação tecnológica; serviços técnicos especializados, treinamentos	Privada Educação	01	70
Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP	Leste	7.000	1924	Educação Superior Graduação Pós-graduação	Prestação de serviços à comunidade em diversas áreas: fisioterapia, odontologia, fonoaudiologia, dentre outros.	Privada Educação	03	89
Universidade de São Paulo - USP	Oeste	7.585	1927	Educação Superior Graduação Pós-graduação	Prestação de serviços à comunidade em diversas áreas: medicina, farmácia, enfermagem, odontologia, dentre outros.	Pública Estadual Educação	04	30

Fonte: Pesquisa de Campo – Abordagem quantitativa. Angelita M. C. Gandolfi Lança

³⁷ Os números de atendimentos diretos podem sofrer variações em decorrência do processo de acesso, permanência e saída do público atendido.

³⁸ O tempo de existência do Serviço Social nas Instituições, correspondem em muitos casos, a números aproximados, visto que em muitas situações não havia registros exatos de tais datas.

APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas

1. Qual o seu entendimento a respeito de Educação e/ou Educar?
2. Como foi seu processo de inserção enquanto Assistente Social na área educacional?
3. Relações do cotidiano profissional: poder, gestão, mediação e dimensão educativa. Como você observa estas questões?
4. Existem resultados no trabalho desempenhado que justifiquem a validação do Serviço Social na área educacional?
5. A flexibilidade nos contratos de trabalho, as diferentes formas de organização do núcleo familiar, o desemprego, entre outras questões, fazem parte do seu contexto enquanto profissional?
6. Espaço aberto.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética



Memorando CEP/Franca N.º 045/2011

Para: ANGELITA MÁRCIA CARREIRA GANDOLFI LANÇA
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Djanira Soares de Oliveira e Almeida

De: **Prof. Dr. Ubaldo Silveira**
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

Data: 10/08/2011

Projeto de Pesquisa CEP: 045/2011

Prezado (a) Senhor (a),

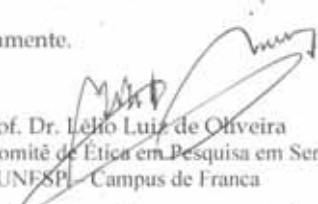
Vimos por meio deste informar que o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP - CEP/CAMPUS DE FRANCA, *analisou e aprovou* sem restrições, o Projeto intitulado "Ação Social Educativa: o Assistente Social como Educador", tendo como pesquisadora Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança, bem como o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em reunião ocorrida na data de 10/08/2011, registrado sobre o CEP: 045/2011.

Temos ciência de que os estudos serão conduzidos de acordo com normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

Solicitamos que sejam encaminhados os relatórios parciais e finais, bem como envie-nos possíveis emendas e novos termos de consentimentos livre e esclarecido, notifique qualquer evento adverso sério ocorrido durante a realização do presente projeto de pesquisa para que possamos fazer o devido acompanhamento.

Sem mais para a oportunidade,

Atenciosamente,


Prof. Dr. Ubaldo Luiz de Oliveira
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
UNESP - Campus de Franca

ANEXO B – Ofício Encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto/SP

Ofício 001/2012

Brodowski, 07 de março de 2012


Ilma. Sra. Profª. Maria Débora Vendramini Durlo
Secretária Municipal de Ensino de Ribeirão Preto-SP

Venho por meio deste, solicitar autorização para desenvolvimento de Pesquisa de Mestrado na rede municipal de ensino de Ribeirão Preto. O Estudo propõe reflexões a respeito da inserção de Assistentes Sociais na área educacional e para tanto a intenção da Pesquisa de Campo será realizar um levantamento estatístico da presença de tais profissionais na rede educacional do município, elegendo através de amostragem alguns Assistentes Sociais para participarem do processo de entrevistas, a ser realizado entre os meses de março e abril, em conformidade com a disponibilidade de tais profissionais. Estima-se que o estudo possa contribuir para a categoria, referenciando a intervenção profissional na educação no município de Ribeirão Preto.

Atenciosamente,



Angelita M. C. Gandolfi Lança
Aluna do Programa de Pós-graduação em Serviço Social Unesp-Franca
Bolsista CAPES



Profª. Dra. Djanira Soares de Oliveira e Almeida
Orientadora

ANEXO C – Devolutiva da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto/SP

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Coordenadoria do Ensino Fundamental e Ensino Médio

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Prezadas Senhoras,

Recebemos o Projeto de Pesquisa intitulado "Ação Social Educativa: o Assistente Social como Educador" para verificarmos as possibilidades da pesquisadora proceder a coleta de dados neste sistema de ensino.

Reconhecemos a importância deste estudo, no entanto, a natureza e a metodologia do projeto tratam de Assistentes Sociais como sujeitos da pesquisa. Perguntamos: em que setor seria realizado este mapeamento, visto que o estatuto do magistério municipal não contempla este profissional e a rede municipal de ensino regular não conta com equipe desses profissionais?

Estamos à disposição para possíveis esclarecimentos.
Atenciosamente,

30/03/12


Prof. Maria Antonia F. Dantas
Assistente Técnica Educacional

Ilustríssimas Senhoras
Prof. Drª Djanira Soares de Oliveira e Almeida - orientadora
Angelita M. C. Gandolfi Lança - orientanda
Curso de Pós-graduação - Unesp/Franca

ANEXO D – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado com os Sujeitos da Pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: Serviço Social e Educação: interfaces de uma atuação política. O projeto de pesquisa será conduzido por **Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança**, do curso de **Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca**, orientado pela **Prof(a). Dr(a) Djanira Soares de Oliveira e Almeida**, pertencente ao quadro *docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca*. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de **Dissertação**, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discricção. **O trabalho busca dialogar a respeito das correlações existentes entre as áreas do Serviço Social e da Educação, reportando-se à dimensão educativa do processo de atuação do Assistente Social, onde o profissional pode assumir no cotidiano de trabalho um papel de educador social em seu sentido amplo. Com a intenção de agregar conhecimento a pesquisa teórica, será realizada pesquisa de campo, cujos sujeitos referenciam-se por Assistentes Sociais que atuam na área educacional (formal, pública ou privada) do município de Ribeirão Preto – SP**. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança

Endereço: Rua João Carlos de Aguiar, 151, Vila Cristal, Brodowski-SP

Tel: (016) 8143-0482

E-mail: angel.gandolfi@yahoo.com.br

(assinatura)

Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª) Djanira Soares de Oliveira e Almeida

Endereço: Av. São Vicente, 3371, Condomínio Ecoville, Bloco 10, Ap. 14, Jd. Ângela Rosa, Franca-SP

Tel: (16) 3012-0108

E-mail: djaniraalmeida@netsite.com.br